

Claudio de Farias Augusto  
Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior



**GLOBALIZAÇÃO DIGITAL**  
**e a CRISE DO**  
**ESTADO MODERNO**



**AYA EDITORA**

**2024**

**GLOBALIZAÇÃO DIGITAL**  
**e a CRISE DO**  
**ESTADO MODERNO**

Claudio de Farias Augusto  
Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior

# **GLOBALIZAÇÃO DIGITAL e a CRISE DO ESTADO MODERNO**



**AYA EDITORA**  
2024

## **Direção Editorial**

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

## **Autores**

Claudio de Farias Augusto  
Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior

## **Capa**

AYA Editora©

## **Revisão**

Os Autores

## **Executiva de Negócios**

Ana Lucia Ribeiro Soares

## **Produção Editorial**

AYA Editora©

## **Imagens de Capa**

br.freepik.com

## **Área do Conhecimento**

Ciências Humanas

# **Conselho Editorial**

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva  
*Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí*

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza  
*Centro Universitário Santa Amélia*

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa  
*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz  
*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos  
*Instituto Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Carlos López Noriega  
*Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP*

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva  
*Centro Universitário FACEX*

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí  
*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota  
*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis  
*Universidade do Estado de Minas Gerais*

Prof.ª Ma. Denise Pereira  
*Faculdade Sudoeste – FASU*

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig  
*Universidade Federal do Paraná*

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos  
*Universidade Federal do Amapá*

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva  
*Universidade Estadual de Londrina*

Prof.º Dr. Gilberto Zammar  
*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota  
*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença*

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza  
*Universidade Federal de Sergipe*

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso  
*Universidade de Santa Cruz do Sul*

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues  
*Faculdade Sagrada Família*

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão  
*Faculdade Santa Helena*

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski  
*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior  
*Universidade Federal de Roraima*

Prof.º Me. Jorge Soistak  
*Faculdade Sagrada Família*

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra  
*Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara*

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti  
*Universidade Federal do Paraná*

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim  
*Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

Prof.ª Ma. Lucimara Glap  
*Faculdade Santana*

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho  
*Universidade Federal Rural de Pernambuco*

**Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues**

*Universidade Norte do Paraná*

**Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa**

*Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP*

**Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes**

*Universidade Estadual do Centro-Oeste*

**Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch**

*Faculdade Sagrada Família*

**Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda**

*Universidade Estadual de Ponta Grossa*

**Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes**

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus  
Pauapebas*

**Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira**

*Instituto Federal do Acre*

**Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail**

*Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais*

**Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens**

*Faculdade Sagrada Família*

**Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares**

*Universidade Federal do Piauí*

**Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros**

**Rodrigues**

*Faculdade Sagrada Família*

**Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda**

**Santos**

*Universidade Tecnológica Federal do Paraná*

**Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues**

*Instituto Federal de Santa Catarina*

© 2024 - **AYA Editora** - O conteúdo deste Livro foi enviado pelos autores para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (**CC BY 4.0**). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva dos autores. Os autores detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro, devem ser direcionados exclusivamente aos autores.

---

S2373 Augusto, Claudio de Farias

Globalização digital e a crise do Estado moderno [recurso eletrônico].  
/ Claudio de Farias Augusto, Paulo César Gomes dos Santos Júnior. -- Ponta  
Grossa: Aya, 2024. 128 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-525-9

DOI: 10.47573/aya.5379.1.273

1. Tecnologia da informação - Aspectos sociais. 2. Comunicação e tecnologia - Aspectos sociais. 3. Globalização - Aspectos sociais. 4. Mudança social. I. Santos Júnior, Paulo César Gomes dos. II. Título

CDD: 370.7

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

---

## **International Scientific Journals Publicações de Periódicos e Editora LTDA**

**AYA Editora©**

**CNPJ:** 36.140.631/0001-53

**Fone:** +55 42 3086-3131

**WhatsApp:** +55 42 99906-0630

**E-mail:** contato@ayaeditora.com.br

**Site:** <https://ayaeditora.com.br>

**Endereço:** Rua João Rabello Coutinho, 557  
Ponta Grossa - Paraná - Brasil  
84.071-150

*"Para mim, tudo se resume ao poder do Estado contra a capacidade das pessoas se oporem, de maneira efetiva, a este poder."*

*(Edward Snowden em 'Citizenfour'. Direção de Laura Poitras. EUA, Alemanha, 2014. tradução nossa)*

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
A FORMAÇÃO DO CONCEITO OCIDENTAL DE DEMOCRACIA .....	13
Antecedentes.....	19
A Democracia Liberal.....	24
A Democracia no Século XXI.....	27
O ESTADO MODERNO E A ASCENSÃO DO PODER CORPORATIVO.....	40
Tocqueville e a Degeneração da Democracia .....	40
O Estado e as Corporações.....	48
O Poder Corporativo .....	58
A GLOBALIZAÇÃO DIGITAL .....	74
Os Oligopólios e a Globalização no Século XXI .....	78
A Internet como Instrumento de Poder.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
REFERÊNCIAS .....	116
SOBRE OS AUTORES.....	122
ÍNDICE REMISSIVO .....	123



# LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EUA	Estados Unidos da América
HTTP	' <i>Hypertext Transfer Protocol</i> ' ou Protocolo para Transferência de Hipertexto
MIT	' <i>Massachusetts Institute of Technology</i> ' ou Instituto de Tecnologia de Massachusetts
NSA	<i>National Security Agency</i> ou Agência de Segurança Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
TCP-IP	' <i>Transmission Control Protocol</i> ' ou Protocolo para Controle de Transmissão
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WWW	' <i>World Wide Web</i> ', rede de comunicação internacional operando sobre o protocolo HTTP

# INTRODUÇÃO

Nenhuma área de atuação humana neste século XXI conseguiu representar as transformações que o mundo tem vivido, ao mesmo tempo em que as realimenta de maneira cada vez mais voraz, do que o ciberespaço (a enorme quantidade de equipamentos eletrônicos, extremamente diversificados, que se interconectam para formar uma grande rede global de comunicação<sup>1</sup>) e, mais especificamente falando, a internet (a parte desta rede mais conhecida do grande público). Fruto do rápido desenvolvimento das tecnologias de telecomunicação e informática que trouxeram mudanças intensas para a sociedade, praticamente em todos os seus aspectos, a partir da década de 1990 e, de maneira ainda mais inequívoca, a partir da década de 2000; a internet afetou sobremaneira a forma com que os Estados realizam e administram as atividades governamentais, tanto interna quanto externamente.

[...] O controle do Estado sobre o espaço e o tempo tem sido crescentemente contornado pelo fluxo global de capitais, bens, serviços, tecnologia, comunicação e informação [...] As tentativas do Estado em reafirmar o seu poder na arena mundial através da criação de instituições supranacionais termina por debilitar ainda mais a sua soberania. E os esforços do Estado para restaurar sua legitimidade através da descentralização do poder administrativo em níveis regionais e locais só faz alimentar tendências centrífugas, por aproximar os cidadãos do governo mas afastá-los dos interesses da Nação-Estado. Por isso, enquanto o capitalismo internacional prospera, e as ideologias nacionalistas explodem mundo afora, a Nação-Estado, tal qual foi criada na Era Moderna, parece estar perdendo cada vez mais o seu poder, embora, é importante frisar, não a sua influência [...] (Castells, 2010, p. 303)<sup>2</sup>

Tendo surgido junto com o desenvolvimento do estado moderno e dele retirado todas as suas questões mais prementes ao longo da sua história, é inevitável que a ciência política tenha sido colocada diante de questionamentos profundos ao se confrontar com uma tecnologia de âmbito mundial que possibilita a transferência de informações na velocidade

---

<sup>1</sup> Da definição apresentada por Kuehl (2009, p. 29): "um domínio global dentro do ambiente de troca de informações cuja característica única e distintiva é utilizar-se da eletrônica e do espectro eletromagnético para criar, armazenar, modificar, trocar e processar informações via redes interconectadas e interdependentes usando tecnologias de informação e comunicação"

<sup>2</sup> Tradução nossa, do original: "[...] State control over space and time is increasingly bypassed by global flows of capital, goods, services, technology, communication, and information [...] The state's attempt to reassert its power in the global arena by developing supranational institutions further undermines its sovereignty. And the state's effort to restore legitimacy by decentralizing administrative power to regional and local levels reinforces centrifugal tendencies by bringing citizens closer to government but increasing their aloofness toward the nation-state. Thus, while global capitalism thrives, and nationalist ideologies explode all over the world, the nation-state, as historically created in the modern age, seems to be losing power, although, and this is essential, not its influence. [...]"

da luz para qualquer lugar do planeta e que, desta forma, produz interações e formas de poder até então desconhecidas, inclusive desprezando, em muitos momentos e de diversas maneiras, os limites tradicionalmente conhecidos de soberania e controle do Estado.

[...] a dinâmica da economia mundial parece produzir instabilidades e dificuldades dentro e entre Estados que ultrapassam o controle de qualquer 'centro' único, o rápido crescimento das conexões transnacionais que tem estimulado novas formas de decisões coletivas envolvendo Estados, organizações intergovernamentais e vários grupos de pressão internacionais, junto ao crescimento do poder militar e dos conflitos armados como uma característica constante do mundo contemporâneo. Esses fenômenos levantam questões fundamentais sobre a natureza da teoria política, o destino do Estado Moderno e o futuro de uma das ideias [mais básicas] que definem o conceito de Estado: a soberania (Held, p. 214)<sup>3</sup>

Atualmente, entrando na terceira década do século XXI, esta mesma dinâmica acelerada que produziu um período de otimismo e aparente prosperidade durante a década de 1990, nos traz momentos de profunda insegurança e pessimismo com o avanço do populismo e de políticas extremistas em vários países do mundo, incluindo aquele que sempre foi considerado como baluarte e principal referência para a democracia liberal, os EUA.

Neste contexto, o Estado, mais uma vez, se coloca no centro das grandes questões políticas, seja como esperança de restabelecimento para uma perspectiva democrática e de desenvolvimento humano sadio, seja como inquietante dúvida diante do escuro horizonte de retrocessos projetado pelo extremismo e o autoritarismo que ora nos ameaçam.

Este trabalho pretende auxiliar a compreensão desta premente problemática focando nos princípios que orientaram a formação da democracia liberal e suas relações com a dinâmica da chamada globalização digital, mais particularmente, na maneira com que o crescimento do poder corporativo se utilizou dos novos recursos tecnológicos tendo em vista o aumento da sua capacidade de influência sobre o Estado e o cenário internacional.

No primeiro capítulo, faz-se um retrospecto da formação do conceito de democracia liberal até chegarmos à grande crise de 2008 e o entendimento, defendido por Wolfgang Streeck, de que as contradições internas deste regime político são irremediáveis e, portanto,

---

<sup>3</sup> Tradução nossa, do original: "[...] the dynamics of a world economy which seem to produce instabilities and difficulties within states and between states that outreach the control of any single 'centre'; the rapid growth of transnational links which have stimulated new forms of collective decision-making involving states, intergovernmental organizations and an array of international pressure-groups; the build-up of military arms and the means of warfare as a 'stable feature' of the contemporary world. Such phenomena raise fundamental questions about the nature of political theory, the fate of the modern state and the fate of one of the defining ideas of the state – sovereignty."

continuarão a se manifestar enquanto ele existir. Este capítulo é oriundo da revisão e significativa ampliação, a partir de reflexões posteriores e conversas com colegas, de um trabalho anterior (Santos Jr, 2019).

No segundo capítulo, explora-se as relações entre o poder corporativo e o Estado partindo das ideias de um autor basilar para a democracia liberal, Tocqueville, desenvolvendo sobre as inúmeras inconsistências entre sua visão democrática e a práxis nos EUA. A parte '2.3 O Poder Corporativo' realiza uma análise do entendimento que as principais correntes de pensamento da ciência política adotam para o conceito de poder e suas consequências para a compreensão da problemática relacionada com a influência das grandes corporações sobre o Estado.

O terceiro capítulo aborda especificamente o comportamento das grandes corporações no século XXI até chegar à globalização digital, dando uma especial atenção às peculiaridades do exercício do poder no ambiente virtual. A parte '3.2 A Internet como Instrumento de Poder' também é fruto de revisão, modificação e ampliação, a partir de reflexões mais aprofundadas e informações atualizadas, de capítulo pertencente a um trabalho anterior (Santos Jr, 2016).

Por fim, a conclusão se apoia no trabalho do teórico político Sheldon Wolin para projetar as ideias aqui trabalhadas num momento particularmente significativo da história dos EUA, o governo de George W. Bush e a invasão do Iraque.

# A FORMAÇÃO DO CONCEITO OCIDENTAL DE DEMOCRACIA

O final da Segunda Guerra Mundial representou a grande vitória econômica dos EUA sobre a enorme destruição financeira e material da outrora poderosa Europa, ao mesmo tempo em que surgia a bipolaridade mundial entre duas visões político-econômicas distintas e igualmente poderosas na época: os blocos socialista (Oriental) e capitalista (Occidental). O desfecho da guerra representou um momento de incomparável vantagem financeira e superioridade militar dos EUA sobre todos os outros países do Ocidente porque o seu poder, que vinha crescendo e se ampliando rapidamente desde as últimas décadas do século XIX, tornou-se hegemônico para o bloco ocidental que começava a se formar.

Ao terminar a guerra, o poderio dos Estados Unidos alcançou seu ponto mais alto, talvez o máximo. Não só fora o fator principal da vitória dos Aliados, mas, uma vez terminado o conflito, era o único a monopolizar a bomba atômica. Foi a única das grandes nações beligerantes a não sofrer danos de guerra, a não ser os das operações de ultramar, e cujo desenvolvimento industrial e agrícola era maior do que antes de entrar no conflito. Calcula-se que, em 1948, desfrutava de 40% da renda mundial [...] Isso se refletia em seu próprio poderio militar, pois era a primeira em aviação, forças terrestres e navais (Allen *apud* Aquino, 2002, p. 465).

[...] Para os EUA, que dominaram a economia internacional após a Segunda Guerra Mundial, esta superioridade não era em nada excepcional. Na verdade, representava apenas uma continuidade para a expansão vivida durante os anos de conflito que, conforme já vimos, foram especialmente benfazejos a este país. Os EUA não sofreram danos [dentro do seu território], aumentaram seu PIB em dois terços e terminaram a guerra responsáveis por quase dois terços de toda a produção industrial do mundo [...] (Hobsbawm, 1994, p. 258)<sup>4</sup>.

Era inevitável que todo esse poderio financeiro e militar se transformasse também em poder de influência sobre uma Europa arrasada pela guerra e sobre os países mais pobres simpáticos ao Ocidente, todos eles ansiosos pela conquista (ou restabelecimento no caso da Europa) de alguma prosperidade econômica.

<sup>4</sup> Tradução nossa, do original: "[...] For the USA, which dominated the world economy after the second World War, it was not all that revolutionary. It merely continued the expansion of the war years which, as we have seen, had been uniquely kind to that country. It had suffered no damage, increased its GNP by two thirds and ended the war with almost two thirds of the world's industrial production [...]"

É interessante observar como as mudanças na interpretação da ideia de "democracia", desde Tocqueville até a Guerra Fria, acompanharam de perto o crescimento do poder dos EUA no cenário internacional. De um país comercialmente forte, com notável capacidade de influência regional e além-mar no final do século XIX, os EUA evoluíram para um ator de grande importância no desfecho da Primeira Guerra Mundial até, finalmente, tornarem-se a potência hegemônica no Ocidente após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida apenas 20 anos após a primeira (Aquino, 2002, p. 462-465). Neste mesmo período, no cenário internacional, a "democracia" passou de uma ideia marginal, repudiada pelos líderes políticos da época e ignorada pelas massas, ao grande ideal de realização do poderio estadunidense.

O século XX foi efetivamente um século de intensa disputa em torno da questão democrática. Essa disputa, travada ao final de cada uma das guerras mundiais e ao longo do período da guerra fria, envolveu dois debates principais: na primeira metade do século o debate centrou-se em torno da desejabilidade da democracia. Se, por um lado, tal debate foi resolvido em favor da desejabilidade da democracia como forma de governo, por outro lado, a proposta que se tornou hegemônica ao final das duas guerras mundiais implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos. Essa foi a forma hegemônica de prática da democracia no pós-guerra, em particular nos países que se tornaram democráticos após a segunda onda de democratização [durante a Guerra Fria] (Avritzer; Santos, 2002, p. 39).

A ideologia "democrática" defendida pelos EUA durante a Guerra Fria estava diretamente relacionada com a manutenção e expansão de sua hegemonia econômica sobre o bloco ocidental. Desta forma, não se tratava, obviamente, de um sistema de poder que verdadeiramente privilegiasse a vontade ou os anseios da população em geral, mas sim de um sistema que visava garantir a primazia das decisões e dos interesses de uma pequena elite sobre a sociedade em geral. O discurso político em favor deste ideal também mudou: apesar de ainda ser associada com o "poder do povo", a "democracia" passou a ser apresentada como um processo eleitoral supostamente capaz de assegurar a representatividade dos interesses da população, e não mais como um conjunto de valores conforme acontecia na antiguidade.

[...] Democracia se tornou o nome preferido para a base sobre a qual nós assentamos tanto a noção de pertencimento quanto a nossa dependência [...] Ela é, acima de tudo, nossa referência de identificação política: "Nós, o povo". E o significado deste termo (mesmo agora, quando tão claramente diverge do que vemos mundo

afora) é que as pessoas (nós) detemos o poder e exercitamos o comando. Era o que ele queria dizer em Atenas, onde de fato guardava uma certa relação com a realidade. E é o que ele significa hoje, quando soa como uma enorme falsidade: uma mentira descarada [...] (Dunn, 2019, p. 45)<sup>5</sup>.

A plataforma econômica sobre a qual se expandiu a ideologia "democrática" estadunidense no pós-guerra foi o plano de auxílio à reconstrução da Europa e de fomento ao desenvolvimento econômico dos países mais pobres ou recém-independentes (Plano Marshall). O ideal de livre comércio entre países amigos e mutuamente interessados no bem comum foi a propaganda deste projeto. Além disso, o rápido crescimento do bloco comunista, iniciado em 1922 com a criação da URSS e concretizado com a ocupação do leste europeu durante a campanha contra os nazistas, inspirava temor e fez com que os EUA agissem rápido e sem maiores escrúpulos financeiros no sentido de garantir a adesão dos outros países do mundo ao lado capitalista e, desta forma, evitar a ampliação do lado socialista. Com farto poder financeiro e tecnológico disponível em mãos, o governo estadunidense concluiu que o investimento na construção de uma hegemonia econômica seria, a médio e longo prazos, mais lucrativo e bem menos perigoso em termos militares, do que enfrentar diretamente o seu opositor num possível conflito nuclear visando a conquista de territórios sobre o planeta.

Felizmente, para os aliados americanos, a situação nos anos de 1946 a 1947 parecia tão tensa que Washington entendeu que o desenvolvimento de uma Europa forte, e um pouco depois, de uma economia japonesa forte, eram as prioridades mais urgentes. Assim, o Plano Marshall, uma estratégia gigantesca para a recuperação europeia, foi lançado em junho de 1947. Diferente dos "auxílios" anteriores, que claramente fizeram parte de uma diplomacia econômica agressiva, o novo auxílio tomou, na maioria das vezes, a forma de doações e não de empréstimos. [Entretanto] Mais uma vez, para a sorte dos aliados, o plano original americano para a construção de uma economia mundial do pós-guerra baseada no livre comércio, livre conversibilidade [de moedas] e livres mercados dominados pelos EUA se mostrou irreal. Não só porque as desesperadas dificuldades de pagamento da Europa e Japão, ambos sedentos por dólares cada vez mais escassos no mercado internacional, significavam que não havia perspectiva imediata de implantação prática dos ideais liberais; mas também porque os EUA não estavam em condição de impor aos Estados europeus seu ideal de um plano único, preferencialmente levando a uma Europa única que seria a reprodução direta do modelo estadunidense, tanto em estrutura política quanto na economia baseada na livre iniciativa [...]. (Hobsbawm, 1994, p. 240)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Democracy has come to be our preferred name for the sole basis on which we accept either our belonging or our dependence. [...] It is, above all, our term for political identification: we, the people. What the term means (even now, when that so clearly is not how matters are in the outside world) is that the people (we) hold power and exercise rule. That was what it meant at Athens, where the claim bore some relation to the truth. That is what it means today, when it very much appears a thumping falsehood: a bare-faced lie [...]"

<sup>6</sup> Tradução nossa, do original: "Fortunately for America's allies, the west European situation in 1946-47 seemed so tense that Washington felt that the development of a strong European, and a little later, a strong Japanese economy was the most urgent priority, and the Marshall Plan, a massive design for European recovery, was launched accordingly, in June 1947. Unlike earlier aid, which was clearly part of aggressive economic diplomacy, it mostly took

A "ameaça comunista" impediu os EUA de transformarem sua estratégia de hegemonia econômica numa imposição militar pura e simples porque, se assim o fizessem, perderiam a "disputa moral" com os russos ao contrariarem explicitamente seus ideais liberais. Desta forma, a ideologia democrática ganhou mais peso e importância como força de convencimento e atração ao bloco ocidental. E ela se mostrou muito útil neste sentido por diversos motivos, entre eles a facilidade de adaptação e manipulação por interesses diversos e muitas vezes até antagônicos. Como se tratava de uma ideia muito antiga amplamente ressignificada ao longo da história recente, utilizá-la como propaganda e manipulação de opinião não seria algo difícil.

A democracia em si mesma, conforme já vimos, não especifica nenhuma estrutura clara e bem definida de governo. Mesmo como ideia (e menos ainda como prática) ela falha completamente em garantir qualquer relação segura e duradoura de resultados justos sobre qualquer assunto que se deseje abordar. Ao ser adotada numa estrutura de governo, dentro de uma dada sociedade num dado momento da história, a democracia torna muito provável que decisões específicas sejam flagrantemente injustas. As ideias de justiça e democracia [são distintas e] se unem de maneira precária, entrando constantemente em conflito na prática [...] (Dunn, 2019, p. 124)<sup>7</sup>.

Esta indeterminação conceitual intrínseca ao discurso democrático facilitou sua adaptação às concepções hegemônicas (e antagônicas economicamente) que caracterizaram o período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Surgiram, então, duas visões distintas de democracia que passaram a fazer parte das respectivas ideologias político-econômicas de cada um dos lados da Guerra Fria.

O debate sobre a democracia da primeira metade do século XX foi marcado pelo enfrentamento entre duas concepções de mundo e sua relação com o processo de modernização do Ocidente. De um lado, a concepção que C. B. MacPherson batizou de liberal-democracia e de outro uma concepção marxista de democracia que entendia à autodeterminação no mundo do trabalho como o centro do processo de exercício da soberania por parte de cidadãos entendidos como indivíduos-produtores. Desse enfrentamento surgiram as duas concepções hegemônicas no interior da teoria democrática que passaram a vigorar na segunda metade do século XX [...] (Avritzer; Santos, 2002, p. 39).

---

*the form of grants rather than loans. Again, fortunately for them, the original American plan for a post-war world economy of free trade, free convertibility and free markets, dominated by the USA proved quite unrealistic, if only because the desperate payments difficulties of Europe and Japan, thirsting for ever-scarcer dollars, meant that there was no immediate prospect for liberalizing trade and payments. Nor was the US in a position to impose on the European states its ideal of a single European plan, preferably leading to a single Europe modelled on the USA in its political structure as well as in its flourishing free enterprise economy [...]."*

<sup>7</sup> Tradução nossa, do original: "Democracy in itself, as we have seen, does not specify any clear and definite structure of rule. Even as an idea (let alone as a practical expedient) it wholly fails to ensure any regular and reassuring relation to just outcomes over any issue at all. As a structure of rule, within any actual society at any time, it makes it overwhelmingly probable that many particular outcomes will turn out flagrantly unjust. The idea of justice and the idea of democracy fit very precariously together. They clash constantly in application [...]."



Não só estas duas reinterpretações predominantes e inconciliáveis de democracia (cada uma delas se intitulando a "verdadeira") passaram a coexistir num mundo dual, dividido entre duas grandes potências econômicas, como também várias práticas políticas bem distintas passaram a se intitular "democráticas" dentro do bloco ocidental. Países que adotam ou adotavam a monarquia (nas suas múltiplas variações contemporâneas), parlamentaristas, presidencialistas com votação direta ou indireta para o líder do executivo e até mesmo regimes totalitários (conforme aconteceu na América Latina e alhures, incluindo a totalidade dos países no bloco oriental), se intitulavam "democráticos" ou "defensores da democracia". O uso do termo se banalizou de tal maneira que qualquer referência à "democracia" se tornaria imediatamente polêmica e altamente contestável: "[...] toda a ideia de democracia é, hoje, controversa; e essa situação não deve ser vista como passageira ou contingente. É um efeito de seu valor nas disputas políticas contemporâneas" (Miguel, 2005, p. 5).

[...] a democracia tornou-se o horizonte normativo da prática e do discurso políticos. Tamanho consenso esconde uma profunda divergência quanto ao sentido da democracia: como é comum em relação a palavras que se tornam objeto de disputa política, os diferentes grupos empenhados em ostentar o rótulo promovem sua ressemantização, adequando seu significado aos interesses que defendem (Miguel, 2005, p. 5).

A fragilidade do discurso democrático contrasta, entretanto, com o seu efeito prático. O apelo ao "poder do povo" reverbera no imaginário dos eleitores e assume papéis inusitados de elemento unificador, de identidade cultural. Através de um símbolo profundamente deceptivo, o idealismo de tempos antigos se encontra com as ideologias de hoje, celebrando seu caráter ilusório "[...] que prefere a imagem ao objeto, a representação à realidade, a aparência ao ser [...]" (Feuerbach, 1881, p. XIII)<sup>8</sup>. Por detrás da crença, da máscara ostentada pelo culto à "democracia", encontra-se qualquer coisa menos aquilo que se esperava encontrar.

Assim como o papel estava destinado a se tornar a moeda dos EUA, palavras como "democracia" e "república" não poderiam ser preservadas da incontável tendência humana em supervalorizar qualquer coisa que possua um apelo superficial. Se já não era mais possível tolerar as hipocrisias da cena política, ainda assim, de alguma maneira, era necessário preservar a integridade da linguagem necessária para se colocar estas hipocrisias em ação (Runciman, 2008, p. 102)<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Tradução nossa, do original: "[...] But certainly for the present age, which prefers the sign to the thing signified, the copy to the original, fancy to reality, the appearance to the essence, this change, inasmuch as it does away with illusion, is an absolute annihilation, or at least a reckless profanation; for in these days illusion only is sacred, truth profane [...]"

<sup>9</sup> Tradução nossa, do original: "But just as paper was destined to become the currency of the United States, so words like "democracy" and "republic"

Além do conflito fundamental entre o sentido etimológico original da palavra e as diversificadas práticas políticas relacionadas com o termo, a associação de "democracia" com liberdade (no sentido toquevilliano de igualdade de direitos), é uma outra inconsistência que se revela extremamente frágil na realidade mundana, e que em vários momentos históricos trouxe consequências funestas para o mundo. Na prática, não é possível à "democracia", no sentido de "governo do povo" ou "governo da maioria", garantir qualquer tipo de liberdade. A força que os movimentos de extrema direita têm reencontrado recentemente, durante as primeiras décadas deste século XXI, são um exemplo claro para este tipo de afirmação.

Para os ocidentais, democracia significa "democracia liberal": um sistema político que se realiza não só por eleições livres e justas, mas também pelo Estado de Direito, pela separação entre poderes, e pela garantia de proteção às liberdades mais básicas de expressão, manifestação, religião e propriedade. Mas este grupo de liberdades - normalmente chamadas de "liberalismo constitucional" - não possui intrinsecamente nada a ver com a democracia e os dois conceitos nem sempre são encontrados juntos, mesmo no Ocidente. [Para entender isto] Basta lembrar que Adolf Hitler se tornou Chanceler da Alemanha através de eleições livres. Durante a última metade de século no Ocidente, democracia e liberdade se fundiram. Mas hoje estas duas vertentes da democracia liberal, entrelaçadas no tecido da política ocidental, estão se separando ao redor do globo. A democracia está prosperando, mas a liberdade não (Zakaria, 2007, p. 14)<sup>10</sup>.

Mas para o principal responsável e maior fiador da ideologia democrática durante o século XX, a "democracia", independentemente das suas falhas, justifica-se por si mesma, e deve ser entendida, primordialmente, com um processo perfectível, sempre apto a se aprimorar em função dos objetivos colocados pela sociedade.

[...] democracia, assim como qualquer outra instituição humana, é imperfeita. Ela pode ser lenta, frustrante, difícil e confusa. Políticos tendem a ser impopulares nas democracias, porque, por definição, as democracias exigem que você obtenha 100% do que você quer. Ela exige um compromisso. É famosa a frase de Winston Churchill que diz "democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras". E numa sociedade multiétnica, multiracial e multicultural como os EUA, a democracia pode ser especialmente complicada [...] (Obama, 2016, p. 5)<sup>11</sup>.

---

*could not be preserved from the inevitable human tendency to inflate the value of anything that has a surface appeal. It was not possible to tolerate the trivial hypocrisies of political performance, yet somehow to preserve the integrity of the language needed to put these hypocrisies in context [...]*".

10 Tradução nossa, do original: "[...] For people in the West, democracy means "liberal democracy": a political system marked not only by free and fair elections but also by the rule of law, a separation of powers, and the protection of basic liberties of speech, assembly, religion, and property. But this bundle of freedoms— what might be termed "constitutional liberalism"—has nothing intrinsically to do with democracy and the two have not always gone together, even in the West. After all, Adolf Hitler became chancellor of Germany via free elections. Over the last half-century in the West, democracy and liberty have merged. But today the two strands of liberal democracy, interwoven in the Western political fabric, are coming apart across the globe. Democracy is flourishing; liberty is not [...]".

11 Tradução nossa, do original: "[...] democracy, like all human institutions, is imperfect. It can be slow; it can be frustrating; it can be hard; it can be messy. Politicians tend to be unpopular in democracies, regardless of party, because, by definition, democracies require that you don't get a hundred percent of what you want. It requires compromise. Winston Churchill famously said "that democracy is the worst form of government" — except for all the others. And in a multiethnic, multiracial, multicultural society, like the United States, democracy can be especially complicated [...]".

Assumir o caráter "frustrante" da "democracia" ocidental contemporânea em nada altera a sua realidade prática mas, de fato, diz muito sobre a sua real natureza.

## Antecedentes

Me parece inevitável que cedo ou tarde nós chegaremos, assim como os americanos, à igualdade quase completa de condições. Mas não concluo daí que tiraremos necessariamente, de tal estado social, as mesmas consequências políticas. Estou muito longe de crer que os americanos encontraram a única forma de governo que pode ser chamada de democracia, pois basta que nestes dois países a causa geradora das leis e dos costumes seja a mesma para que tenhamos um imenso interesse em saber o que ela produziu em cada um deles (Tocqueville, 1848, p. 21)<sup>12</sup>.

Uma vez findo o seu apogeu durante a Grécia Antiga, a "democracia", tanto como termo usual quanto como proposta de sistema político, caiu gradualmente em desuso no vocabulário europeu. E mesmo ao final do século XVIII, durante as duas grandes revoluções (Americana e Francesa) que iriam demarcar a ascensão do sistema econômico liberal no Ocidente, a "democracia" ainda não era vista como algo desejável.

Se nós traçarmos uma linha em termos puramente linguísticos, devemos insistir então no uso relativamente recente da palavra 'democracia', que enfatiza o governo popular, em oposição à palavra 'república', que tem uma forte ênfase nas instituições. A palavra 'democracia' não foi usada na França até 1794, e até a execução do rei ainda foi acompanhada pelos gritos de 'Viva a República' (Arendt, 1990, p. 120)<sup>13</sup>.

Renovada no rastro destes dois grandes marcos da Era Moderna através da valorização da liberdade e da visão liberal de mundo, a palavra "democracia" ganhou novos significados, agora apoiados no capitalismo e nos interesses econômicos. Alexis de Tocqueville, cidadão francês que interpretou a sociedade e a 'Revolução Americana' de maneira peculiar no seu trabalho mais importante, "Democracia na América", foi responsável por uma renovação conceitual do termo que mudou a maneira como o 'Novo Mundo' e sua recém-inaugurada estrutura política passaram a ser vistos pelos europeus e, até mesmo, pelos próprios estadunidenses.

---

<sup>12</sup> Tradução nossa, do original: " Il me paraît hors de doute que tôt ou tard nous arriverons, comme les américains, à l'égalité presque complète de conditions. Je ne conclus point de là que nous soyons appelés un jour à tirer nécessairement, d'un pareil état social, les conséquences politiques que les Américains en ont tirées. Je suis très loin de croire qu'ils aient trouvé la seule forme de gouvernement que puisse se donner démocratie; mais il suffit que dans le deux pays la cause génératrice des lois et des moeurs soit la même, pour que nous ayons un intérêt immense a savoir ce qu'elle a produit dans chacun d'eux."

<sup>13</sup> Tradução nossa, do original: "[...] If we wish to draw the line in purely linguistic terms, we might insist on the relatively late date of the word 'democracy', which stresses the people's rule and role, as opposed to the word 'republic', with its strong emphasis on objective institutions. And the word 'democracy' was not used in France until 1794; even the execution of the king was still accompanied by the shouts: *Vive la république*."

Entretanto, é importante ressaltar, ao contrário do que afirmava Tocqueville e na acepção original dos seus idealizadores, os EUA não se pretendiam democráticos. Este fato fica claro ao considerarmos os interesses que orientaram o movimento separatista e seu desfecho logo após a independência: "[...] o poder político na antiga América Inglesa continuou nas mãos dos aristocratas do Sul e dos comerciantes e pequenos proprietários do Norte [...]" (Aquino, 2002, p. 201). Ou seja, a chamada 'Revolução Americana' não teve como motivação a valorização dos interesses do povo e a transformação da sociedade (conforme aconteceu na Revolução Francesa), mas sim a eliminação de restrições econômicas e comerciais que prejudicavam o governo da colônia. A liberdade pleiteada era econômica e a guerra representou, na verdade, um esforço da elite local para consolidar o seu poder e se livrar da ingerência inglesa.

Uma vez que não resultou em mudanças fundamentais na estrutura da sociedade, há razão para perguntar se merece ser chamada ainda de revolução. No fundo foi uma luta entre interesses comerciais da Inglaterra e da América (Moore Jr. *apud* Aquino, 2002, p. 202).

Esta característica fortemente elitista da independência dos EUA levou à consolidação de uma estrutura política restritiva em termos de poder. Não havia a intenção de se construir um governo popular ou de promover qualquer tipo de igualdade material entre as pessoas, ao contrário, a principal preocupação era a proteção da propriedade privada e a manutenção do poder pelos grupos dominantes. Para os "pais fundadores", a democracia representava uma enorme ameaça às minorias e por isso deveria ser evitada a todo custo. Desde o início, o grande objetivo era construir um governo republicano.

Ao invés deste perigoso projeto de nivelamento e homogeneização [proposta de governo participativo], Madison ofereceu um modelo diferente que prometia ser a cura para os males da democracia: uma República baseada num esquema representativo. A República de Madison é diferente da democracia pura em diversos sentidos. E as duas maiores diferenças estão, primeiro, no ato de delegar o governo a um pequeno grupo de cidadãos e, segundo, na quantidade de representantes, tão maior quanto maior for a área de território coberta [...] (Dunn, 2019, p. 66)<sup>14</sup>.

Para os idealizadores da estrutura política dos EUA, a democracia era algo altamente pernicioso, um tipo de governo que "[...] sempre foi turbulento e litigioso, sempre se mostrou

---

<sup>14</sup> Tradução nossa, do original: "In place of that perilous project of levelling and homogenization, Madison offered a different model which promised to provide a cure for the ills of democracy: 'a Republic, by which I mean a Government in which the scheme of representation takes place'. A Republic in Madison's sense differed from a pure Democracy in several ways. The two great points of difference between a Democracy and a Republic are, first, the delegation of the Government, in the latter, to a small number of citizens: secondly, the greater number of citizens, and greater sphere of country, over which the latter may be extended.' [...]"

incompatível com a segurança pessoal ou os direitos de propriedade e, em geral, sempre teve uma curta duração, com um final violento [...]" (Dunn, 2019, p. 66)<sup>15</sup>.

Uma facção minoritária é capaz de provocar problemas sem fim mas, dentro de um sistema republicano, ela nunca encontrará oportunidades para se colocar acima da lei. Por outro lado, se uma facção consegue formar maioria, um governo popular lhe dará todas as oportunidades para sacrificar tanto os direitos das minorias quanto o bem comum em favor das paixões e interesses próprios (Dunn, 2019, p. 65)<sup>16</sup>.

Vale notar que, paralelamente aos interesses elitistas envolvidos, muito desta visão desfavorável da democracia se apoiava em pensadores antigos como Platão ou Aristóteles. É famosa a descrição que Aristóteles realizou das formas de governo na sua época definindo-a como corrupção de um governo ideal composto por cidadãos virtuosos.

A degeneração destas formas são: tirania para a monarquia, oligarquia para a aristocracia e democracia para a politeia. A tirania é o governo de um só que age em benefício do monarca, a oligarquia visa o benefício dos ricos, a democracia o benefício dos pobres, e nenhuma delas se ocupa do interesse público (Aristotle, 1998, p. 78)<sup>17</sup>.

Bem diferente de um suposto "governo do povo", o que realmente era valorizado no ápice da sociedade escravocrata nas cidades-estados da Grécia Antiga era a liberdade, ou seja, a igualdade de direitos políticos entre os cidadãos. E a grande consequência deste valor cívico em termos de governabilidade era a primazia dos interesses da maioria dos cidadãos. Entretanto, cabe perguntar, quem seriam os "cidadãos" ? Em geral, uma pequena elite privilegiada apenas. Assim, dependendo do 'demos' ao qual a "democracia" se refere, ainda na Grécia Antiga, o termo poderia ser interpretado como uma apologia à elite ou, ao contrário, como uma forte crítica ao sistema vigente. Além disso, o sufixo agrega um caráter belicoso à palavra porque "[...] *kratos* (poder) significa algo diferente de *archē*, o sufixo com o qual os nomes dos outros regimes políticos são formados. *Kratos* implica num elemento de força ligado às condições com as quais a democracia foi estabelecida [...]" (Mossé, 2013, p. 260)<sup>18</sup>.

15 Tradução nossa, do original: "That is why such democracies have always been so turbulent and contentious, have always proved incompatible with personal security or property rights, and 'have in general been as short in their lives, as they have been violent in their deaths' [...]"

16 Tradução nossa, do original: "[...] A minority faction could provoke endless trouble; but within a republican government it ought never to find an opportunity to impose itself through the law. Where a faction forms a majority, however, popular governments give it every opportunity to sacrifice both the rights of minorities and the public good to its own passions and interests [...]"

17 Tradução nossa, do original: "Deviations from these are tyranny from kingship, oligarchy from aristocracy, and democracy from polity. For tyranny is rule by one person for the benefit of the monarch, oligarchy is for the benefit of the rich, and democracy is for the benefit of the poor. But none is for their common profit."

18 Tradução nossa, do original: "[...] *kratos* (power) meant something different than *archē*, the term from which the names of the other political regimes are formed. *Kratos* implies an element of force linked to the conditions in which democracy was actually established, that is, the stasis (feuding) that threatened the unity of the polis immediately after the fall of the Pisistratids."

A primeira pergunta é: o que o termo 'demos' significava em Atenas? Neste aspecto os registros [existentes] são bem claros: o 'demos' era a comunidade de cidadãos. Entretanto, nos escritos de oradores e filósofos o termo geralmente se refere aos "pobres" em oposição à elite. O quanto esta oposição variou em cada caso, e em qual intensidade, era um efeito dos fundamentos do sistema: o princípio da maioria (Mossé, 2013, p. 262)<sup>19</sup>.

A liberdade como um fenômeno político foi contemporânea à ascensão das cidades-estados na Grécia Antiga. Desde Heródoto, ela era entendida como uma forma de organização política na qual os cidadãos viviam juntos sob a condição de não dominação, sem divisão entre governantes e governados. Esta noção de não dominação era expressa pela palavra 'isonomia', cuja mais notável característica entre as outras formas de governo, como os antigos as descreviam, era a ideia de que não havia um governante (o sufixo 'arquia' em monarquia ou oligarquia, ou o sufixo 'cracia' em democracia). A 'polis' deveria ser uma isonomia e não uma democracia. A palavra 'democracia' com o sentido de governo da maioria ou governo de muitos, foi originariamente cunhada por aqueles que se opunham à isonomia e que afirmavam: 'O que vocês chamam de 'ausência de governo' é, na verdade, um outro tipo de governo, a pior forma de governo possível: o governo do 'demos' (Arendt, 1990, p. 30)<sup>20</sup>.

Observa-se, então, que desde o seu surgimento a "democracia" já trazia consigo uma certa ambiguidade entre dois conceitos totalmente distintos e independentes: liberdade e "governo do povo". A quem era dada a liberdade, aos senhores de escravos ou aos escravos, e quem era esse "povo" que efetivamente governava, uma pequena elite ou a maioria da população, são conflitos interpretativos que jazem no uso político do termo desde tempos remotos.

Desta maneira, não será surpreendente constatar que foi exatamente na união destes dois conceitos que Tocqueville foi embasar o seu entendimento de "democracia". Partindo do mesmo grande valor civilizacional da Grécia Antiga, a igualdade política, o pensador francês verá na sociedade norte-americana, desprovida de prerrogativas hereditárias ou arbitrariedades sociais como títulos de nobreza, a realização do grande ideal grego. Inspirado pelas instituições e costumes estadunidenses, pelas suas diversas possibilidades de ascensão social e pela suposta ausência da miséria que assolava a Europa na época, ele veria nos EUA um conjunto de fatores únicos que corroborariam a um

---

19 Tradução nossa, do original: "The first question is, what did the term "demos" refer to in Athens? On this point the inscriptions are perfectly clear: the demos was the entire civic community. However, in the writings of orators and philosophers the term generally meant "poor citizens" as opposed to the elite. How sharp the opposition was varied from case to case; at any rate, this was an effect of one of the foundations of the system: the majority principle [...]"

20 Tradução nossa, do original: "Freedom as a political phenomenon was coeval with the rise of the Greek city-states. Since Herodotus, it was understood as a form of political organization in which the citizens lived together under conditions of no-rule, without a division between rulers and ruled. This notion of no-rule was expressed by the word isonomy, whose outstanding characteristic among the forms of government, as the ancients had enumerated them, was that the notion of rule (the 'archy' from in monarchy and oligarchy, or the 'cracy' from democracy) was entirely absent from it. The polis was supposed to be an isonomy, not a democracy. The word 'democracy', expressing even then majority rule, the rule of the many, was originally coined by those who were opposed to isonomy and who meant to say: What you say is 'no-rule' is in fact only another kind of rulership; it is the worst form of government, rule by the demos"

objetivo maior: a construção de uma verdadeira sociedade democrática.

Mas, nesta interpretação, a liberdade assumiria um significado diferente da isonomia dos antigos, para Tocqueville "[...] a noção de liberdade é a ausência de arbitrariedade. Quando o poder é exercido somente de acordo com as leis, os indivíduos gozam de segurança [...]" (Aron, 1993, p. 211). Ou seja, a liberdade se apoiava na constituição e nas instituições que garantiam a igualdade de direitos políticos.

A tese de Tocqueville é, então, esta: a liberdade não pode se fundamentar na desigualdade; deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo lhe parecia existir na América (Aron, 1993, p. 211).

A interpretação peculiar de Tocqueville para a realidade da Nação recém-surgida foi fundamental para a redefinição do conceito de democracia, sua adoção pela sociedade norte-americana, e pela transformação do discurso político estadunidense em geral. Inicialmente republicanos e totalmente avessos ao termo, os cidadãos das ex-colônias inglesas, subitamente, se descobriram democratas (Dunn, 2019, p. 62)<sup>21</sup>.

É importante notar que esta visão de democracia libertária dos EUA ignora totalmente a pobreza e as injustiças sociais existentes neste país desde o início da colonização (West, 2015, p. 1), particularmente a escravidão que foi a base para a economia colonial e o desenvolvimento das ricas monoculturas sulistas. O entendimento de que a sociedade estadunidense foi um sucesso por proporcionar igualdade de condições e oportunidades a todos os seus habitantes é, no mínimo, tendencioso, pois não leva em conta a enorme arbitrariedade e desigualdade social do trabalho escravo, o problema indígena e a maneira como os colonos e imigrantes mais pobres eram explorados pelos mais bem sucedidos (Aquino, 2002, p. 104-105). Enquanto o modelo político estadunidense poderia, para Tocqueville, representar um avanço em relação ao autoritarismo da monarquia europeia da época, a efetiva distribuição de poder entre as camadas da sociedade americana ainda estava bem distante dos interesses da maioria e do povo.

---

<sup>21</sup> Tradução nossa, do original: "[...] The term democracy played no role at all in initiating the crisis of the North American colonies, and no positive role in defining the political structures that brought it to its strikingly durable close [...] Only in retrospect, as America's new constitution was put to work and the new nation went on its way, did the perspective alter sharply. When it did so, the familiar practices of England's own representative government, above all the election of a key body of its legislators (in North America, usually on a far broader franchise than in most English parliamentary constituencies), found themselves rechristened in the language of the ancient world. Once they had been so, Americans began to see themselves, in the mirror of their protracted colonial past, as having long been democrats already without knowing it. The classic rendering of that picture was given not by an American author but by a young French aristocrat, Alexis de Tocqueville, writing some half a century after America's independence, and explaining the Americans not merely to his fellow countrymen and European contemporaries but also to themselves, more insinuatingly than anyone else has ever done before or since [...]"

No primeiro momento da construção da democracia estadunidense, a justiça social num sentido mais amplo simplesmente não foi levada em conta. Na visão de vários teóricos que influenciam o pensamento liberal do século XX, o que realmente foi significativo e relevante na independência estadunidense é o surgimento de um novo modelo político.

Nada poderia ser mais injusto do que ignorar o sucesso da Revolução Americana enquanto tecemos julgamentos sobre o fracasso da Revolução Francesa. Este sucesso não aconteceu somente devido à sabedoria dos fundadores da República, embora esta sabedoria tenha sido realmente notável. O que deve ser lembrado é que a Revolução Americana foi bem sucedida [...] que a Constituição foi estabelecida 'de fato', com uma existência real e em forma visível, e que ainda não se tornou para a liberdade o que a gramática é para a língua. A [verdadeira] razão para o sucesso e o fracasso foi que o dilema da pobreza [miséria] estava ausente das terras americanas e presente em todos os outros lugares do mundo [...] (Arendt, 1990, p. 68)<sup>22</sup>.

## A Democracia Liberal

Apesar da inspiradora interpretação elaborada por Tocqueville, a democracia continuou a ser questionada como um valor político, embora sua aceitação nos EUA e na Europa fosse crescente. A influência de pensadores importantes como John Stuart Mill, ainda no século XIX, contribuiu bastante para este debate. Defensor do governo representativo, Mill acreditava também na importância da participação popular na política e, já naquela época, idealizava uma associação de trabalhadores tendo em vista uma gestão financeira democrática. Para ele, a democracia seria um processo educacional gradual da população, capaz de fortalecer toda a sociedade.

Quando se diz que a maior força na sociedade se fará ainda mais forte no governo, o que chamamos de força? Não falamos de músculos ou tendões, mas sim da pura democracia, a única forma de política que poderia existir. À mera força muscular, adicione dois outros elementos, propriedade e inteligência, e nós estaremos mais próximos da verdade, mas ainda longe de alcançá-la (Mill, 2004, p. 13)<sup>23</sup>.

Desta forma, a discussão sobre a desejabilidade da democracia foi ganhando força pública e, com isso, a sua visão idealista, já como um forte elemento do discurso político estadunidense, pode ser claramente notada no início do século XX.

<sup>22</sup> Tradução nossa, do original: "Nothing could be less fair than to take the success of the American Revolution for granted and to sit in judgement over the failure of the men of the French Revolution. The success was not due merely to the wisdom of the founders of the republic, although this wisdom was of a very high calibre indeed. The point to remember is that the American Revolution succeeded [...] that the Constitution could be established 'in fact', as 'a real existence, in a visible form', and still did not become 'to Liberty what grammar is to language'. The reason for success and failure was that the predicament of poverty was absent from the American scene but present everywhere else in the world [...]"

<sup>23</sup> Tradução nossa, do original: "[...] When it is said that the strongest power in society will make itself strongest in the government, what is meant by power? Not thews and sinews; otherwise pure democracy would be the only form of polity that could exist. To mere muscular strength, add two other elements, property and intelligence, and we are nearer the truth, but far from having yet reached it [...]"



Um exemplo significativo é o discurso do presidente Woodrow Wilson, em 1917, ao defender perante ao Congresso a entrada do país na Primeira Guerra Mundial.

[...] Nós lutaremos pelo que temos sempre mais próximo dos nossos corações: pela democracia, pelo direito daqueles que se submetem à autoridade terem uma voz nos seus governos, pelos direitos e a liberdade das Nações mais fracas, pela prevalência universal do bem através de um concerto tal de liberdades que trará paz e segurança para todas as Nações e fará com que todo o mundo se torne livre afinal [...] (Thompson, 2002, p. 150)<sup>24</sup>.

A participação decisiva dos EUA na vitória dos aliados ao final da Primeira Guerra Mundial e o significativo poder econômico que o país conquistara deu a Woodrow Wilson e seu projeto político uma grande projeção internacional, embora, poucos anos depois, o debate em favor da democracia tenha esvanecido completamente com a crise econômica mundial de 1929 e a consequente ascensão do fascismo na Europa (Aquino, 2002, p 385).

Nesta época, surgiu o trabalho de um autor cuja influência seria decisiva na definição mais básica do conceito de democracia para o Ocidente no Pós-Guerra. O seu livro, lançado em meio à Segunda Guerra Mundial, fazia uma crítica considerada definitiva para os ideais participativos que ainda amparavam a democracia e passou a servir de base para a teoria democrática ocidental que surgiria posteriormente, durante a Guerra Fria.

O ponto de partida para a atual concepção liberal de democracia é a doutrina do economista austríaco Joseph Schumpeter, que mudou a história da reflexão política ao lançar seu *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (1942). As poucas páginas que dedica à questão da democracia, numa obra voltada sobretudo a uma revisão polêmica do pensamento marxista, tiveram enorme repercussão e, de alguma maneira, redefiniram o sentido da palavra (Miguel, 2005, p. 9).

A crítica de Schumpeter é que os pressupostos do que ele chama de "teoria clássica" da democracia não existem no mundo real. As premissas para uma decisão popular consistente e racional tal como cidadãos interessados, bem informados, plenamente conscientes dos seus desejos e voltados para o bem comum são, simplesmente, irreais, e por isso os ideais democráticos tradicionais não podem orientar governos efetivos na realização do interesse público (Miguel, 2005, p. 9).

Sem condições de cumprir com suas aspirações utópicas, a democracia deixaria, então, de ser um conjunto de valores para se tornar apenas um procedimento de escolha

24 Tradução nossa, do original: "[...] We shall fight for the things we have always carried closest to our hearts - for democracy, for the right of those who submit to authority to have a voice in their own governments, for the rights and liberties of small nations, for a universal dominion of right by such a concert of free peoples as shall bring peace and safety to all nations and make the world itself at last free [...]"

de líderes devidamente capazes de representar os interesses da população. Ou seja: um "[...] certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas, legislativas e administrativas [...]" (Schumpeter, 2008, p. 242)<sup>25</sup>. A democracia não significa que o "povo" governa, mas sim que "[...] as pessoas têm a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que as governam [...]" (Schumpeter, 2008, p. 284)<sup>26</sup>.

Schumpeter afirma que o conceito moderno de democracia está associado com a ascensão da burguesia e por isso guarda muitos dos ideais defendidos por esta classe como o racionalismo e a valorização do indivíduo. Desta maneira, a existência de uma classe política devidamente qualificada seria a garantia para um certo nível de democracia no capitalismo, embora o autor admita que "[...] não é possível existir uma "verdadeira" democracia no capitalismo [...]" (Schumpeter, 2008, p. 298)<sup>27</sup> porque uma excessiva expansão do poder decisório dos representantes sobre a área econômica comprometeria a liberdade na economia. O instrumento para a existência de um bom governo seria a "liderança competitiva", a seleção, por parte dos eleitores, dos políticos melhor capacitados às funções públicas.

Schumpeter estabelece quatro condições básicas para uma democracia: a) políticos com competência suficiente para exercer seus cargos (qualidade intelectual e moral); b) decisões políticas desprovidas de uma amplitude excessiva (respeito à legislação e constituição instituída); c) existência de uma burocracia tecnicamente competente e capaz de orientar os políticos (elaboração e implementação de políticas públicas); d) autocontrole democrático, ou seja, capacidade intrínseca de manter o método democrático em funcionamento e resiliência contra a degeneração do sistema (corrupção, por exemplo) (Schumpeter, 2008, p. 290-295).

Sinteticamente, na visão de Schumpeter, a democracia seria apenas uma maneira de se gerar uma minoria governante supostamente legítima, e, desta forma, reduzir drasticamente qualquer expectativa de manifestação real das ambições coletivas. Ao invés de uma deliberação ampla sobre os problemas comuns, as decisões públicas passariam

25 Tradução nossa, do original: "[...] Democracy is a political method, that is to say, a certain type of institutional arrangement for arriving at political—legislative and administrative—decisions and hence incapable of being an end in itself [...]"

26 Tradução nossa, do original: "[...] Democracy means only that the people have the opportunity of accepting or refusing the men who are to rule them [...]"

27 Tradução nossa, do original: "[...] That there "cannot" be true democracy in the capitalist order is nevertheless an obvious over-statement."

a ser determinadas pela manipulação de opiniões, preconceitos e a passionalidade que caracterizam as eleições de representantes profissionais. A participação cívica é, desta forma, substituída pelo simulacro, e a voz do cidadão, pelos interesses de uns poucos grupos privilegiados.

## A Democracia no Século XXI

A hegemonia política, econômica e militar dos EUA sobre o bloco ocidental, surgida após a Segunda Guerra Mundial, estimulou e facilitou a adoção de modelos políticos dentro dos moldes propostos por Schumpeter. Entretanto, esta superioridade estadunidense não poderia ser considerada como o único motivo para o sucesso da democracia liberal no ocidente. As chagas psicológicas dos horrores da guerra, a destruição generalizada na Europa, a necessidade urgente de se construir uma nova frente aliada perante à ameaça militar e ideológica da URSS, além de vários outros elementos, todos observáveis a partir de um contexto social e econômico mais amplo, motivaram uma forte mudança de visão sobre quais seriam as necessidades mais imediatas do capitalismo ao ser confrontado com uma paz mundial instável e competitiva. Neste contexto, alguns estímulos políticos que se destacavam:

Para os trabalhadores, o "pleno emprego" que caracterizou o esforço de guerra, ou seja, a eliminação do desemprego em massa [do período de entreguerras], se tornou a pedra angular da política nos países onde vigorava o capitalismo democrático reformado, de maneira que o mais celebrado profeta e pioneiro desta linha de pensamento, embora não o único, foi o economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946). Os argumentos keynesianos para os benefícios oriundos da eliminação completa do desemprego eram tanto econômicos quanto políticos. Os keynesianos afirmavam, corretamente, que a demanda gerada pelos salários num contexto de pleno emprego teria um efeito que seria o mais estimulante possível sobre economias em recessão. Entretanto, a razão pela qual o aumento da demanda recebeu uma prioridade tão grande na agenda pública - a Inglaterra já havia se comprometido com ela antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial - foi a crença de que o desemprego em massa seria política e socialmente explosivo, conforme, de fato, ocorrera durante a grande crise de 1929. (Hobsbawm, 1994, p. 110)<sup>28</sup>.

Surgiu, então, um período em que as ideias associadas ao liberalismo econômico

---

28 Tradução nossa, do original: "As for the workers, after the war 'full employment', i.e. the elimination of mass unemployment, became the keystone of economic policy in the countries of a reformed democratic capitalism, whose most celebrated prophet and pioneer, though not the only one, was the British economist John Maynard Keynes (1883-1946). The Keynesian argument for the benefits of eliminating permanent mass unemployment was economic as well as political. Keynesians held, correctly, that the demand which the incomes of fully employed workers must generate, would have the most stimulating effect on depressed economies. Nevertheless, the reason why this means of increasing demand was given such urgent priority—the British government committed itself to it even before the end of the Second World War—was that mass unemployment was believed to be politically and socially explosive, as indeed it had proved to be in the Slump."

clássico (a defesa do "livre mercado") deixaram de ser preponderantes e a interferência direta do Estado na economia passou a ser vista como algo desejável para se garantir o bom funcionamento do sistema financeiro do país. Mas, embora houvesse uma ênfase teórica na importância do amparo social e no pleno emprego para o desenvolvimento econômico, as políticas públicas oriundas deste pensamento terminaram sendo utilizadas para justificar o subsídio da iniciativa privada a partir da esfera pública. Tal qual acontecera nos períodos anteriores, as grandes empresas voltaram a se imiscuir no Estado, só que agora de maneira ainda mais intensa e, sobretudo, legalizada, obtendo assim poder suficiente para expandir seu raio de ação e influência sobre vários países diferentes. "O principal efeito [desta nova tendência] foi a crescente concentração de empresas caracterizadas pelo gigantismo, pela mundialização e multinacionalidade [...]" (Aquino, 2002, p. 460). "Essencialmente, [nesta época,] houve uma espécie de casamento entre o liberalismo econômico e a social democracia (ou, em termos americanos, o '*New Deal*' de Roosevelt), aliados a vários "empréstimos" [teóricos] retirados da estratégia macroeconômica da URSS, que foi pioneira em adotar o planejamento em larga escala da economia" (Hobsbawm, 1994, p. 272)<sup>29</sup>.

Podemos observar, após 1945, uma tendência cada vez maior à intervenção do Estado na Economia, seja na multiplicação de companhias estatais (transportes, comunicações, bancos ou produção), na regulamentação das atividades econômicas, no crescente investimento na produção e afins (incluindo a astronáutica, devido à competição espacial e militar), na fixação de salários, na tendência ao planejamento da vida econômica ... (Aquino, 2002, p. 460).

A democracia liberal conquistou o mundo Ocidental durante a Guerra Fria como uma solução privilegiada para se conciliar os interesses do capital e dos eleitores. A rápida expansão do capitalismo estadunidense proporcionou uma época de grande desenvolvimento econômico e farto financiamento para os projetos públicos, proporcionando assim, ao governo e aos homens públicos, amplos recursos para honrarem as suas promessas de campanha. Num primeiro momento, a "democracia" de Schumpeter parecia se mostrar efetiva, mas havia um caráter deceptivo e profundamente ilusório escondido nestes "anos dourados" de um mercado supostamente benfazejo.

A Economia costuma conceber a sociedade como se fosse [o modelo matemático de] um fenômeno governado pela tendência ao equilíbrio estável, onde crises e mudanças não passam de oscilações temporárias para um sistema considerado se-

---

<sup>29</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Essentially it was a sort of marriage between economic liberalism and social democracy (or, in American terms, Rooseveltian New Deal policy), with substantial borrowings from the USSR, which had pioneered the idea of economic planning."

guro e bem integrado. Um sociólogo, entretanto, não é obrigado a respeitar este tipo de interpretação. Ao invés de assumir as nossas presentes aflições como [mero] distúrbio ocasional de uma condição de estabilidade, eu considerarei a "Grande Recessão" [de 1929] e o subsequente quase-colapso das finanças públicas como uma manifestação do princípio de tensão sobre o qual se apoiam as sociedades pertencentes ao capitalismo avançando; uma tensão que torna o desequilíbrio e a instabilidade uma regra ao invés da exceção, e cujas manifestações podem ser encontradas na sucessão histórica de distúrbios socioeconômicos [que o caracterizam] (Streeck, 2011, p. 5)<sup>30</sup>.

A busca da acumulação cada vez maior de capital aliada à consequente necessidade de crescimento contínuo e exploração ilimitada da mão de obra disponível, colocam os interesses capitalistas em contínua rota de colisão com os anseios de estabilidade, bem estar e previsibilidade que orientam os desejos do cidadão comum, este que, por sua vez, sempre espera que as iniciativas públicas trabalhem para garantir uma vida digna e segura a todos. A grande contradição básica da democracia liberal não demoraria a voltar a se manifestar.

[...] Eu definirei o capitalismo democrático como uma economia política orientada por dois princípios ou regimes antagônicos de alocação de recursos: um operando de acordo a partir da produtividade marginal<sup>31</sup> [exploração do trabalho] ou o que também pode ser entendido como a "livre interação entre as forças do mercado", e outro baseado nas necessidades ou anseios sociais, conforme definidos pelas escolhas coletivas sob uma política democrática. No capitalismo democrático, exige-se que os governos honrem simultaneamente estes dois princípios, apesar deles quase nunca estarem alinhados. [Portanto] Na prática, os governantes irão, por um determinado período de tempo, negligenciar um princípio em favor de outro até serem punidos pelas consequências [da sua escolha]: governos que não atendem aos anseios democráticos por proteção e redistribuição [de renda] arriscam perder sua maioria [nas câmaras decisórias], enquanto aqueles que desprezam as expectativas de compensação por parte dos donos dos recursos produtivos, conforme se diz na linguagem da produtividade marginal, geram disfuncionalidades econômicas que se tornarão cada vez mais insustentáveis e, desta forma, terminarão por minar o seu apoio político (Streeck, 2011, p. 7)<sup>32</sup>.

## O período de prosperidade e relacionamento pacífico entre os capitalistas e os

---

30 Tradução nossa, do original: "[...] Mainstream economics has tended to conceive society as governed by a general tendency toward equilibrium, where crises and change are no more than temporary deviations from the steady state of a normally well-integrated system. A sociologist, however, is under no such compunction. Rather than construe our present affliction as a one-off disturbance to a fundamental condition of stability, I will consider the 'Great Recession' and the subsequent near-collapse of public finances as a manifestation of a basic underlying tension in the political-economic configuration of advanced-capitalist societies; a tension which makes disequilibrium and instability the rule rather than the exception, and which has found expression in a historical succession of disturbances within the socio-economic order [...]"

31 "Produtividade Marginal" pode ser definida como o resultado que uma determinada empresa obtém ao contratar um ou mais trabalhadores. O "produto marginal do trabalho" pode ser calculado pelo crescimento nos resultados à medida que um trabalhador adicional é contratado (Hubbard; O'Brien, 2017, p. 265).

32 Tradução nossa, do original: "[...] I will characterize democratic capitalism as a political economy ruled by two conflicting principles, or regimes, of resource allocation: one operating according to marginal productivity, or what is revealed as merit by a 'free play of market forces', and the other based on social need or entitlement, as certified by the collective choices of democratic politics. Under democratic capitalism, governments are theoretically required to honour both principles simultaneously, although substantively the two almost never align. In practice they may for a time neglect one in favour of the other, until they are punished by the consequences: governments that fail to attend to democratic claims for protection and redistribution risk losing their majority, while those that disregard the claims for compensation from the owners of productive resources, as expressed in the language of marginal productivity, cause economic dysfunctions that will become increasingly unsustainable and thereby also undermine political support."

anseios populares terminou na década de 1970, quando o crescimento econômico diminuiu consideravelmente e, numa tentativa de temporizar o inevitável, os governos foram obrigados a inflacionar a moeda visando garantir a continuidade das políticas de bem estar da população. O modelo keynesiano já não atendia mais à avidez dos mercados agora fortemente internacionalizados.

A democracia capitalista do Pós-Guerra conheceu a sua primeira crise na década seguinte ao final dos anos 1960, quando a inflação começou a crescer rapidamente através do mundo ocidental, à medida em que o declínio do crescimento tornava difícil a manutenção da fórmula política econômica de paz entre capital e trabalho, e que fora capaz de eliminar os conflitos trabalhistas após a Segunda Guerra Mundial. Em termos básicos, esta fórmula implicava na aceitação, por parte da classe trabalhadora organizada, das imposições dos mercados capitalistas e dos direitos de propriedade em troca de democracia política [influência eleitoral efetiva], o que os permitiu conquistar segurança social e um crescimento constante no padrão de vida. Mais de duas décadas de crescimento ininterrupto resultaram numa percepção, fortemente enraizada na imaginação popular, de que o contínuo progresso econômico era um direito da cidadania democrática - uma percepção que se traduzia em expectativas políticas que os governos se sentiam forçados a honrar mas eram cada vez menos capazes de fazê-lo, devido à desaceleração no crescimento (Streeck, 2011, p. 10)<sup>33</sup>.

Trata-se da mesma tendência de degeneração financeira ocorrida nos anos do entreguerras e no período anterior à Primeira Guerra Mundial: as crises do capitalismo voltaram a mostrar sua face hedionda, comprometendo a estabilidade social e o pacto político-econômico representado pelo novo tipo de "democracia". Na verdade, o capitalismo estava apenas retirando a máscara social e se apresentando como sempre foi:

[...] não é o seu período áureo, mas sim a sequência de crises que se seguiram que representam a condição normal da democracia capitalista - um regime regido pelo conflito endêmico entre os mercados capitalistas e as políticas democráticas, e que voltou a se reafirmar fortemente quando o crescimento econômico chegou ao fim na década de 1970. (Streeck, 2011, p. 10)<sup>34</sup>.

O agravamento da inflação e a influência das corporações sobre os governos acabaram por comprometer irremediavelmente as políticas keynesianas, trazendo de volta o desemprego e a insatisfação popular. Era o início das políticas neoliberais que

---

33 Tradução nossa, do original: "Post-war democratic capitalism underwent its first crisis in the decade following the late 1960s, when inflation began to rise rapidly throughout the Western world as declining economic growth made it difficult to sustain the political-economic peace formula between capital and labour that had ended domestic strife after the devastations of the Second World War. Essentially that formula entailed the organized working classes accepting capitalist markets and property rights in exchange for political democracy, which enabled them to achieve social security and a steadily rising standard of living. More than two decades of uninterrupted growth resulted in deeply rooted popular perceptions of continuous economic progress as a right of democratic citizenship—perceptions that translated into political expectations, which governments felt constrained to honour but were less and less able to, as growth began to slow."

34 Tradução nossa, do original: "[...] it is not the trente glorieuses but the series of crises which followed that represents the normal condition of democratic capitalism—a condition ruled by an endemic conflict between capitalist markets and democratic politics, which forcefully reasserted itself when high economic growth came to an end in the 1970s [...]"

se caracterizavam pelo retorno dos ideais de "livre mercado" e "não intervenção estatal" da escola econômica clássica. Daqui para frente, o interesse público seria cada vez mais abandonado em favor dos interesses de mercado.

A era neoliberal começou com os governos anglo-americanos colocando de lado toda a sabedoria recebida do capitalismo democrático do Pós-Guerra, o aprendizado de que o desemprego iria minar o apoio político, não só para o governo em exercício, mas também para o próprio capitalismo democrático. Os experimentos realizados por Reagan e Thatcher sobre os seus respectivos eleitorados foram observados com grande atenção pelos legisladores mundo afora. Entretanto, aqueles que estavam esperando ver no fim da inflação um conseqüente fim dos desequilíbrios econômicos seriam logo desapontados. À medida em que a inflação cedeu, o débito público cresceu rapidamente [...] (Streeck, 2011, p. 14)<sup>35</sup>.

A tentativa de se utilizar empréstimos públicos (ao invés de inflação) para financiar as políticas de amparo social gerou rapidamente uma outra crise, desta vez ainda mais grave, porque os Estados se viram comprometidos com os grandes bancos e seus sistemas financeiros, e estes, por sua vez, aproveitaram a oportunidade para transferirem para si uma boa parte do poder de influência que as grandes corporações possuíam sobre o Estado. Como seria de se esperar, este processo de endividamento público rapidamente alcançou seu limite aceitável em termos de riscos de investimento, fazendo com que o bancos utilizassem sua recém-adquirida capacidade de influência para forçar os governos a tomarem fortes medidas de austeridade que iriam inviabilizar, de maneira definitiva, qualquer expectativa de política pública social.

Ao invés de inflacionar a moeda, os governos começaram a recorrer a empréstimos cada vez maiores visando acomodar a demanda por benefícios e serviços até então entendidos como direitos dos cidadãos, ao mesmo tempo em que cresciam as críticas de que as receitas [públicas] deveriam refletir o julgamento do mercado e, desta forma, auxiliarem a maximizar o uso financeiramente profícuo dos recursos produtivos. A redução da inflação foi útil neste sentido porque garantia aos credores que os títulos públicos manteriam seus valores no médio e longo prazo [...] [entretanto] à medida em que o débito público crescia, uma parcela cada vez maior dos gastos públicos precisava ser dedicada aos serviços da dívida [juros e amortizações], mesmo com as taxas se mantendo baixas. Finalmente, chegaria um momento, aparentemente desconhecido *a priori*, em que os credores, tanto domésticos quanto estrangeiros, começariam a se preocupar com o retorno dos seus investimentos. Surgiriam, então, pressões por parte dos mercados financeiros exigindo a consolidação dos orçamentos [equilíbrio nos gastos públicos segundo a visão de mercado] e o retorno da disciplina fiscal (Streeck, 2011, p. 15)<sup>36</sup>.

---

35 Tradução nossa, do original: "The neoliberal era began with Anglo-American governments casting aside the received wisdom of post-war democratic capitalism, which held that unemployment would undermine political support, not just for the government of the day but also for democratic capitalism itself. The experiments conducted by Reagan and Thatcher on their electorates were observed with great attention by policy-makers worldwide. Those who may have hoped that the end of inflation would mean an end to economic disorder were soon to be disappointed, however. As inflation receded, public debt began to increase [...]"

36 Tradução nossa, do original: "[...] Instead of inflating the currency, governments began to borrow on an increasing scale to accommodate demands for

A solução adotada para lidar, simultaneamente, com os vultosos débitos públicos e a irremediável incapacidade estatal de manter as políticas sociais foi transferir o endividamento governamental para o cidadão comum. Utilizando o Estado como incentivador de linhas de crédito cada vez maiores para empréstimos pessoais, as grandes financeiras descobriram um novo mercado tão lucrativo quanto o dos débitos públicos. Nos países mais ricos, a classe média e até parte da população mais pobre pode, temporariamente, trocar a rede de proteção social do Estado pelo consumismo imediatista sustentado através do endividamento a longo prazo.

A estratégia de Clinton para gerenciar o conflito social foi a desregulamentação do setor financeiro, uma política que já começara com Reagan e que agora foi levada muito mais adiante. O rápido crescimento da desigualdade causado pelo contínuo enfraquecimento dos sindicatos, profundos cortes nos gastos sociais e pela redução da demanda agregada [consumo], devido à consolidação fiscal [políticas de austeridade], foram contrabalançadas por oportunidades nunca antes vistas de os cidadãos e as pequenas empresas se endividarem [à vontade]. O termo 'keynesianismo privado' foi cunhado para descrever o que era, na verdade, a substituição do débito público pelo privado. Ao invés do governo pegar dinheiro emprestado para financiar igualdade de acesso à moradia decente e a formação de mão de obra qualificada, eram agora os próprios cidadãos que, sob um regime de excepcional generosidade nos juros, foram permitidos, algumas vezes compelidos, a pegar empréstimos por conta e risco próprios e assim poderem pagar pela educação pessoal ou poderem se mudar para vizinhanças menos inadequadas (Streeck, 2011, p. 17)<sup>37</sup>.

No início deste período de pujança no crédito pessoal ocorreu o fim da URSS e a grande expansão neoliberal mundial impulsionada pela popularização da internet. Surge, então, a globalização digital durante a década de 1990 e os países ricos seriam tomados por uma súbita onda de otimismo que se espalhava apoiada no "keynesianismo privado" e na ubiquidade das ferramentas de telecomunicação, um contexto que expandiu, e muito, o poder e a capacidade de influência da especulação financeira capitalista e dos grandes bancos e financeiras transnacionalizadas.

---

*benefits and services as a citizen's right, together with competing claims for incomes to reflect the judgement of the market and thereby help maximize the profitable use of productive resources. Low inflation was helpful in this, since it assured creditors that government bonds would keep their value over the long haul [...] as debt burdens rose, a growing share of public spending had to be devoted to debt service, even with interest rates remaining low. Above all, there had to be a point, although apparently unknowable beforehand, at which creditors, foreign and domestic alike, would begin to worry about getting their money back. By then at the latest, pressures would begin to mount from 'financial markets' for consolidation of public budgets and a return to fiscal discipline."*

*37 Tradução nossa, do original: "The Clinton strategy of social-conflict management drew heavily on the deregulation of the financial sector that had already started under Reagan and was now driven further than ever before. Rapidly rising income inequality, caused by continuing de-unionization and sharp cuts in social spending, as well as the reduction in aggregate demand caused by fiscal consolidation, were counterbalanced by unprecedented new opportunities for citizens and firms to indebt themselves. The felicitous term, 'privatized Keynesianism', was coined to describe what was, in effect, the replacement of public with private debt. Instead of the government borrowing money to fund equal access to decent housing, or the formation of marketable work skills, it was now individual citizens who, under a debt regime of extreme generosity, were allowed, and sometimes compelled, to take out loans at their own risk with which to pay for their education or their advancement to a less destitute urban neighbourhood."*



Os mais exaltados chegaram a proclamar o "fim da história" (Fukuyama, 1992), ou seja, o liberalismo econômico havia derrotado todos os seus oponentes ideológicos e se revelado, portanto, como o único sistema capaz de atingir uma abrangência universal e definitiva.

Fukuyama argumenta que a democracia liberal, como um sistema de governança, conquistou uma "vitória absoluta" sobre os outros sistemas de ideias, de maneira que o liberalismo é a única ideologia legítima que restou no mundo. Não só deixaram de existir adversários ideológicos para o liberalismo como o liberalismo é, ele mesmo, livre de contradições internas, levando ao colapso os seus oponentes. Não possuir contradições internas significa que o liberalismo é uma ideia acabada [não admite melhorias ou revisões]. E para Fukuyama isto marca o "ponto final da evolução ideológica humana" e significa que o liberalismo é a "forma final de governo humano" [...] A crença de Fukuyama não só previu o término do paradigma estratégico da guerra fria como permitiu também o surgimento de um campo totalmente novo de estudos: a globalização (Weber, 2010, p. 108)<sup>38</sup>.

O capitalismo, agora fluindo torrencialmente através da hiperconexão global num tráfego planetário incessante de informações na velocidade da luz, mudaria completamente a sua maneira de fazer e conduzir negócios a nível internacional, acelerando grandemente decisões e processos financeiros, viabilizando a existência de estruturas administrativas remotas e a terceirização da mão de obra em países estrangeiros, além de, acima de tudo, aumentar de forma nunca vista a sua capacidade de ação através do capital especulativo globalizado. Como consequência, surgiria um mercado financeiro transnacional extremamente ativo e poderoso, ávido pelo lucro instantâneo e independentemente de qualquer controle ou regulamentação estatal. Este 'tsunami' do crédito privado fácil e globalizado iria em breve produzir mais uma crise, desta vez de proporções somente comparáveis à de 1929.

[...] Os mercados não são autocriados, autorregulados, autoestabilizados ou auto-legitimizados. Toda economia de mercado capaz de funcionar adequadamente mistura Estado e mercado, 'laissez-faire' e intervenção [estatal]. O percentual exato de cada parte nesta mistura depende das preferências de cada nação, da sua posição no mercado internacional e de sua trajetória histórica. Nenhum país descobriu como gerar desenvolvimento sem colocar consideráveis responsabilidades sobre o seu setor público (Rodrik, 2011, p. 22)<sup>39</sup>.

---

38 Tradução nossa, do original: "Fukuyama argues that liberal democracy as a system of governance has won an "unabashed victory" over other ideas to the point that liberalism is the only legitimate ideology left in the world. Not only are there no coherent ideological challengers to liberalism, liberalism itself is free of irrational internal contradictions which lead to the collapse of ideologies. Having no internal contradictions means that liberalism is a finished idea. For Fukuyama, all this marks "the end point of mankind's ideological evolution" and means that liberalism is "the final form of human government" [...] Fukuyama's myth not only foretold the death of the classical Cold War strategic paradigm, it made possible an entirely new realm of research—the study of 'globalization'."

39 Tradução nossa, do original: "[...] markets are not self-creating, self-regulating, self-stabilizing, or self-legitimizing. Every well-functioning market economy blends state and market, laissez-faire and intervention. The precise mix depends on each nation's preferences, its international position, and its historical trajectory. But no country has figured out how to develop without placing substantial responsibilities on its public sector."

[...] [Os] mercados globais são duplamente problemáticos: eles carecem da sustentação institucional oriunda dos mercados nacionais e operam entre as fronteiras institucionais existentes. Esta dupla realidade faz com que a globalização econômica seja frágil e cheia de custos transacionais, mesmo na ausência de restrições diretas ao comércio e às trocas financeiras internacionais. Isto faz com que a busca pela globalização perfeita seja uma tarefa de tolos (Rodrik, 2011, p. 22-23)<sup>40</sup>.

Junto com o acelerado crescimento da globalização digital, o século XXI se inicia trazendo consigo os profundamente impactantes ataques de 11 de setembro realizados em solo estadunidense que, resultando em milhares de mortes, destruíram parte do principal centro estratégico militar de defesa do país, o Pentágono, e derrubaram um dos grandes símbolos do poder capitalista estadunidense, o 'World Trade Center', situado na ilha de Manhattan, coração da cidade de Nova Iorque, célebre centro comercial e político dos EUA (Barron, 2001). Não menos impactante para o mundo e a política internacional, a "Guerra ao Terror" que se seguiu a esta catástrofe (Enciclopédia Britannica, 2018) inaugurou procedimentos e iniciativas governamentais inimagináveis para um país que se dizia democrático. Símbolo da democracia liberal, historicamente seu maior defensor e baluarte, os EUA entrariam num período de retrocesso na democracia marcado por medidas autoritárias, tomadas em nome da defesa nacional e sem o devido respaldo do Congresso ou qualquer tipo de consulta pública, muito pelo contrário: a população estadunidense se viu, de repente, refém do medo, da insegurança, à sombra da guerra assimétrica e à mercê de um governo com comportamento megalômano, agindo por conta própria enquanto desprezava o sistema de freios e contrapesos que sempre caracterizou o regime político estadunidense.

[...] termos como "superpoder americano", "império americano" ou "a maior potência da história" adquiriram uma certa notoriedade, como se pode notar, durante a controvérsia sobre a invasão do Iraque. A forte dissonância produzida [...] levantou a possibilidade de um sistema político diferente estar evoluindo dentro de uma estrutura familiar. Ao invés de um sistema no qual os poderes governamentais são definidos pela Constituição e seus artigos, parece surgir uma concepção expansiva de poder e uma ideologia triunfalista estranha à Carta Magna. Apesar deste "excepcionalismo", ou talvez por causa dele, os Estados Unidos podem estar sofrendo uma transformação política que inclui não apenas uma nova identidade política e cívica, significativamente distinta daquela que orientava o país, mas também um diferente tipo de política [...] (Wolin, 2010, p. 97)<sup>41</sup>.

---

40 Tradução nossa, do original: "[...] global markets are doubly problematic: they lack the institutional underpinnings of national markets and they fall between existing institutional boundaries. This dual curse leaves economic globalization fragile and full of transaction costs, even in the absence of direct restrictions on trade and cross-border finance. It renders the quest for a perfect globalization a fool's errand."

41 Tradução nossa, do original: "[...] terms like 'American superpower,' 'American empire,' or 'the greatest power in history' acquire a certain notoriety, as they did during the controversy over the invasion of Iraq, the sheer dissonance produced [...] raises the possibility that a different type of political system is evolving within the familiar framework. Instead of a system in which governmental powers are measured by a constitution of enumerated powers, there appears to be an expansive conception of power and a triumphalist ideology alien to the Constitution. Despite its 'exceptionalism,' or perhaps

A guerra do Iraque em 2003 é mais sintomática do que paradigmática. A seriedade da situação vai além do lento crescimento da oposição à guerra. Não nos é possível apontar uma única instituição nacional que possa ser devidamente descrita como democrática: de certo que não nas eleições inundadas de dinheiro corporativo, no Congresso infestado por 'lobbies', no autoritarismo da presidência, nos preconceituosos sistemas judicial e penal ou, por último, na mídia (Wolin, 2010, p. 105)<sup>42</sup>.

O autoritarismo não ressurgiu por acaso e também não ganharia força mais tarde por um mero capricho do destino. Apesar da onda de crédito fácil nos países mais ricos, a frustração com o governo voltava a crescer. O ressentimento com a contínua queda no padrão de vida, o endividamento crescente, a ampliação dos conflitos armados internacionais e a falta de perspectivas para o futuro imediato trouxeram um sentimento de desolação entre o eleitorado. Vários dos problemas que sempre caracterizaram a democracia liberal como a baixa participação popular, baixa representatividade e a demagogia começaram a ganhar proporções até então inéditas para as gerações anteriormente acostumadas com as políticas de bem-estar social (Giridharadas, 2009). Os sintomas sociais que iriam se agravar muito na década seguinte começavam a aparecer. De alguma forma, a "democracia" não estava "funcionando direito".

A democracia depende da capacidade de escolha. Os cidadãos devem ser capazes de influenciar o curso das ações governamentais através das eleições. Se mudanças no governo não se traduzem em mudanças nas suas políticas, a democracia está incapacitada. Várias das democracias maduras podem muito bem estar se aproximando desta situação ao enfrentarem [sucessivas] crises fiscais. Por quase três décadas, os países mais ricos do planeta amargaram déficits e acumularam dívidas públicas. O aumento nas taxas de juros e o declínio das políticas sociais fizeram com que partes cada vez menores da receita pública estivessem disponíveis para gastos discricionários [livres de exigências prévias] e investimento social. Qualquer que seja o partido eleito, ao assumir o governo, terá suas mãos amarradas por decisões passadas. A crise financeira e fiscal atual apenas exacerbou o encolhimento a longo prazo do espaço de manobra que os governos outrora possuíam. Como consequência, projetos políticos relacionados com mudanças na agenda pública

---

*because of it, the United States may be undergoing a political transformation that includes not only significantly different political and civic identities but also a different kind of politics [...]*"

42 Tradução nossa, do original: "The Iraq war of 2003 is symptomatic rather than paradigmatic. The seriousness of the situation goes beyond the slowly growing opposition to the war. One cannot point to any national institution(s) that can accurately be described as democratic: surely not in the highly managed, money-saturated elections, the lobby-infested Congress, the imperial presidency, the class-biased judicial and penal system, or, least of all, the media."

perderam credibilidade - pelo menos aqueles relacionados com a redistribuição de recursos para novos fins [...] (Schäfer; Streeck, 2013, p. 1)<sup>43</sup>.

A grande crise de 2008 levou a um novo paroxismo a decepção popular com as políticas públicas e colocou os governos num estado de completa dependência para com o capital especulativo internacional. Num fenômeno de proporções tão catastróficas quanto a grande quebra de 1929, as maiores instituições financeiras do planeta (cujas principais são estadunidenses) ameaçavam falência iminente pela incapacidade de honrar títulos de risco indevidamente negociados. A saída para evitar a quebra do sistema financeiro global foi o empenho de vastas quantias de dinheiro público nas imprudentes financeiras, restituindo-lhes assim a credibilidade perante ao mercado (Enciclopédia Britannica, 2019). Nesta manobra, os governos dos países ricos retrocederam ao nível de endividamento das crises anteriores, e o primeiro mundo entrou numa fase sombria de austeridade fiscal sem qualquer tipo de agenda pública social compensatória.

Com o fim do 'keynesianismo privado' em 2008, as crises do capitalismo democrático do Pós-guerra entraram na sua quarta e última fase, após sucessivos períodos de inflação, déficit público e endividamento privado. Com o sistema financeiro global prestes a se desintegrar, as Nações-Estado tentaram restaurar a confiança na economia [mundial] através da socialização dos empréstimos ruins em compensação pela consolidação fiscal. Junto com a expansão fiscal necessária para evitar uma quebra da 'economia real', isto resultou num aumento dramático nos déficits e débitos públicos - um desfecho que, deve-se ressaltar, não ocorreu devido ao excesso de gastos frívolos por parte de políticos oportunistas ou instituições públicas mal administradas, conforme sugeriam as teorias econômicas e a literatura específica produzida na década de 1990 sob os auspícios de, entre outros, o Banco Mundial e o FMI (Streeck, 2011, p. 20)<sup>44</sup>.

A precariedade da situação econômica dos Estados no primeiro mundo, após 2008, os impede de assumir qualquer compromisso possível com a democracia, ao mesmo tempo em que os mantém reféns dos interesses do capital. As mesmas financeiras que os Estados

---

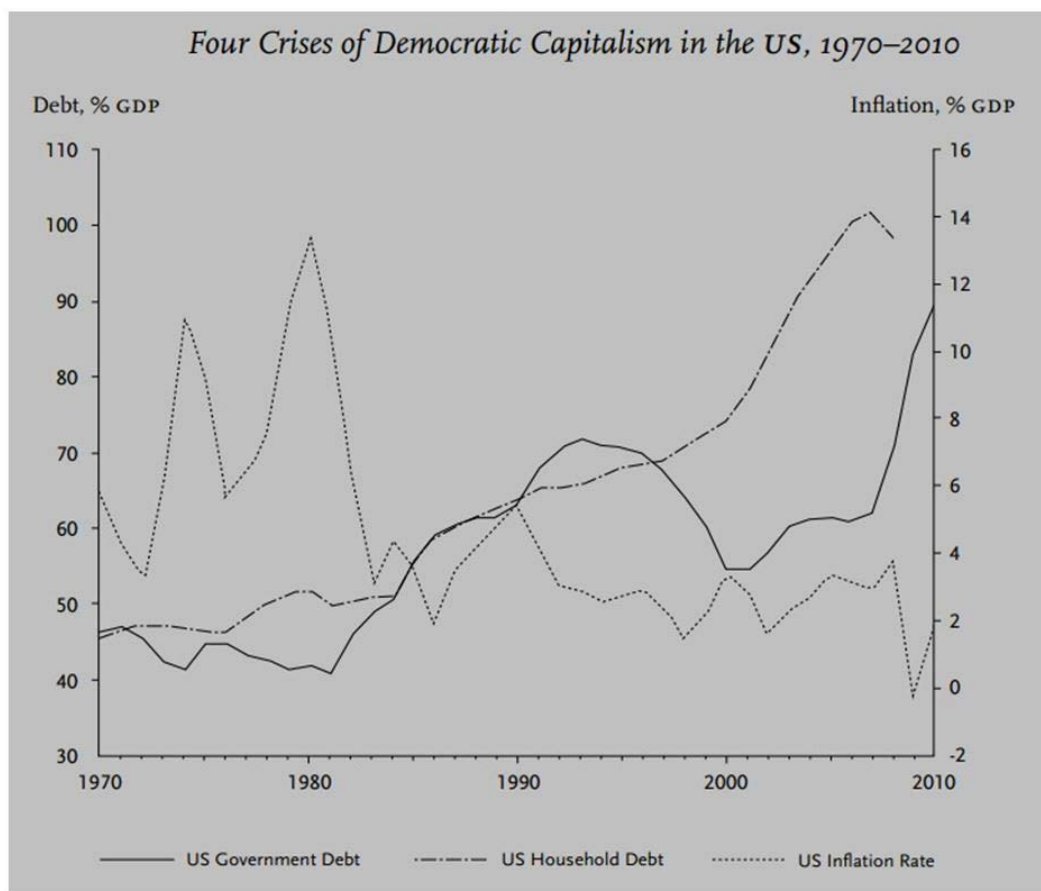
43 Tradução nossa, do original: "Democracy depends on choice. Citizens must be able to influence the course of government through elections. If a change in government cannot translate into different policies, democracy is incapacitated. Many mature democracies may well be approaching such a situation as they confront fiscal crisis. For almost three decades, OECD countries have – in fits and starts – run deficits and accumulated debt. Rising interest payments and welfare-state maturation have meant that an ever smaller part of government revenue is available today for discretionary spending and social investment. Whichever party comes into office will find its hands tied by past decisions. The current financial and fiscal crisis has only exacerbated the long-term shrinking of the room governments have to manoeuvre. As a consequence, projects for policy change have lost credibility – at least if they imply the redistribution of resources from old purposes to new ones [...]"

44 Tradução nossa, do original: "With the crash of privatized Keynesianism in 2008, the crisis of post-war democratic capitalism entered its fourth and latest stage, after the successive eras of inflation, public deficits and private indebtedness (Figure 5). With the global financial system poised to disintegrate, nation-states sought to restore economic confidence by socializing the bad loans licensed in compensation for fiscal consolidation. Together with the fiscal expansion necessary to prevent a breakdown of the 'real economy', this resulted in a dramatic new increase in public deficits and public debt—a development that, it may be noted, was not at all due to frivolous overspending by opportunistic politicians or misconceived public institutions, as implied by the theories of 'public choice' and the large institutional-economics literature produced in the 1990s under the auspices of, among others, the World Bank and the IMF."

"salvaram" da falência, agora ameaçam levar os próprios Estados à insolvência, com todas as piores consequências sociais possíveis relacionadas.

[...] Dado o montante de débito acumulado por vários Estados atualmente, até mesmo o menor aumento nas taxas de juros dos títulos governamentais pode levar a um desastre fiscal. Entretanto, os mercados devem evitar levar os Estados a declarar insolvência, o que seria uma opção dos governos caso a pressão dos mercados se torne muito grande. Este é o motivo pelo qual outros Estados têm interesse em auxiliar financeiramente aqueles em situação mais precária: proteger a si mesmos de um aumento generalizado nas taxas de juros dos títulos governamentais que uma primeira inadimplência causaria [...] (Streeck, 2011, p 22)<sup>45</sup>.

**Figura 1 - As quatro crises do capitalismo democrático nos EUA, 1970 a 2010.**



Fonte: Streeck. 2011, p. 21.

O conflito entre democracia e capitalismo parece ter chegado ao seu limite. A pergunta agora é "[...] por quanto tempo os Estados conseguirão impor os direitos de propriedade e as expectativas de lucro dos mercados sobre os seus cidadãos, enquanto tentam evitar a falência e proteger o que ainda resta da legitimidade democrática?" (Streeck, 2011, p. 24)<sup>46</sup>

45 Tradução nossa, do original: "[...] Given the amount of debt carried by most states today, even minor increases in the rate of interest on government bonds can cause fiscal disaster. At the same time, markets must avoid pushing states into declaring sovereign bankruptcy, always an option for governments if market pressures become too strong. This is why other states have to be found that are willing to bail out those most at risk, in order to protect themselves from a general increase in interest rates on government bonds that the first default would cause [...]."

46 Tradução nossa, do original: "[...] Now the issue is how far states can go in imposing the property rights and profit expectations of the markets on their citizens, while avoiding having to declare bankruptcy and protecting what may still remain of their democratic legitimacy."

Esta pergunta ganha dimensões ainda mais complexas e diversificadas ao considerarmos os inúmeros aspectos sociais e o âmbito individual afetados. A desesperança misturada com a insatisfação para com o governo estimula reações passionais, e a irracionalidade, por sua vez, é facilmente explorada por líderes messiânicos e/ou oportunistas. A democracia se apoia no interesse público e, se este é desrespeitado ou desprezado, a população também não encontrará motivos para respeitar o governo e tenderá a desprezá-lo, seja lá qual for. Ou seja: a democracia, simplesmente, deixa de existir.

Historicamente o nosso sistema de freios e contrapesos tem funcionado corretamente - mas não, não inteiramente, devido ao sistema constitucional criado pelos Pais Fundadores. As democracias funcionam melhor - e sobrevivem por mais tempo - onde as Constituições são reforçadas por normas democráticas não escritas. Duas destas normas têm preservado o sistema americano de freios e contrapesos de uma maneira [tão natural] que nós nem nos damos conta: tolerância mútua, ou o entendimento de que as partes em disputa aceitam uma à outra como rivais [legítimos]; e paciência, ou a ideia de que os políticos devem ser comedidos ao usarem as suas prerrogativas constitucionais. Essas duas normas orientaram a democracia americana pela maior parte do século XX [...] (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 12)<sup>47</sup>.

Atualmente os sustentáculos que protegem a democracia americana estão cedendo. A erosão das normas democráticas começou nos anos 1980 e 1990, e acelerou com o início do século XXI. Quando Barack Obama se tornou presidente, muitos republicanos, em diálogos reservados, questionavam a legitimidade dos seus rivais democratas e abandonaram a tolerância em favor de uma estratégia de vitória a qualquer custo. Donald Trump pode ter acelerado este processo, mas não foi ele quem o causou. Os desafios que ora enfrentam a democracia americana são profundos. O enfraquecimento das nossas normas democráticas está enraizado no extremismo da polarização partidária - um fenômeno que avança para além das diferenças políticas e assume a forma de um conflito existencial sobre raça e cultura [...] (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 12)<sup>48</sup>.

Em face ao imponderável e sofrendo fortes convulsões que são resultados diretos das suas contradições mais internas, a democracia liberal parece ter encontrado seus limites no alvorecer do século XXI. Surgirá uma nova manobra fiscal por parte dos Estados capaz de restabelecer, pelo menos temporariamente, a confiança popular na política remetendo a alguma réstia de bem estar social em meio à austeridade dos orçamentos estatais, ou sucumbiremos todos ao ódio e à destruição generalizada conforme aconteceu

---

47 Tradução nossa, do original: "[...] Historically, our system of checks and balances has worked pretty well—but not, or not entirely, because of the constitutional system designed by the founders. Democracies work best—and survive longer—where constitutions are reinforced by unwritten democratic norms. Two basic norms have preserved America’s checks and balances in ways we have come to take for granted: mutual toleration, or the understanding that competing parties accept one another as legitimate rivals, and forbearance, or the idea that politicians should exercise restraint in deploying their institutional prerogatives. These two norms undergirded American democracy for most of the twentieth century [...]"

48 Tradução nossa, do original: "Today, however, the guardrails of American democracy are weakening. The erosion of our democratic norms began in the 1980s and 1990s and accelerated in the 2000s. By the time Barack Obama became president, many Republicans, in particular, questioned the legitimacy of their Democratic rivals and had abandoned forbearance for a strategy of winning by any means necessary. Donald Trump may have accelerated this process, but he didn’t cause it. The challenges facing American democracy run deeper. The weakening of our democratic norms is rooted in extreme partisan polarization—one that extends beyond policy differences into an existential conflict over race and culture [...]"

durante a década de 1930? Não podemos precisar (mais sobre estas especulações no item '3.2 A Internet como Instrumento de Poder') mas, independentemente do que acontecer, uma coisa nos parece certa: a contradição mais básica da democracia liberal, ou seja, a incapacidade de atender simultaneamente aos interesses da população e do capital, continuará sem solução.

# O ESTADO MODERNO E A ASCENSÃO DO PODER CORPORATIVO

## Tocqueville e a Degeneração da Democracia

O modelo de democracia liberal exportado ao mundo pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial teve como um dos seus grandes precursores no campo das ideias Alexis de Tocqueville, um francês que, encantado com os costumes e a ausência de uma tradição aristocrática nas terras do novo continente, ali concebeu o surgimento não apenas de um novo sistema político, mas de toda uma nova civilização onde a liberdade de direitos ensejaria o surgimento da liberdade individual voltada para o bem comum. Nascidos sob a bandeira do republicanismo, os EUA, de repente, se descobrem democratas.

O termo "democracia" não exerceu influência alguma no surgimento da crise das colônias norte-americanas, e nenhum papel positivo na definição das estruturas políticas que levaram à sua surpreendentemente duradoura conclusão [...] Foi somente em retrospecto, quando a nova Constituição começou a funcionar e a nova Nação seguiu seu próprio caminho, que esta perspectiva mudou drasticamente. As familiares práticas do governo representativo inglês e, acima de tudo, a eleição de um grupo-chave de legisladores (que na América do Norte assumiu uma dimensão bem maior do que nos distritos parlamentares ingleses), foi rebatizada na linguagem do mundo antigo. Neste momento, os americanos começaram a se ver através do espelho do seu prolongado passado colonial como se tivessem sido democratas há muito tempo, sem o saber. A interpretação clássica desta imagem não foi dada por um autor americano, mas sim por um jovem aristocrata francês, Alexis de Tocqueville, escrevendo cerca de meio século depois da independência dos EUA. Ele foi capaz de explicar isto aos americanos, não apenas aos seus compatriotas e contemporâneos europeus, de uma maneira mais sedutora do que qualquer um já o fizera até então (Dunn, 2019, p. 62)<sup>49</sup>.

49 Tradução nossa, do original: "[...] The term democracy played no role at all in initiating the crisis of the North American colonies, and no positive role in defining the political structures that brought it to its strikingly durable close [...] Only in retrospect, as America's new constitution was put to work and the new nation went on its way, did the perspective alter sharply. When it did so, the familiar practices of England's own representative government, above all the election of a key body of its legislators (in North America, usually on a far broader franchise than in most English parliamentary constituencies), found themselves rechristened in the language of the ancient world. Once they had been so, Americans began to see themselves, in the mirror of their protract-



Tocqueville também foi um dos precursores no estudo da sociedade como base para a análise política. Na sua obra mais importante relacionada com o tema em foco, "*A Democracia na América*" (Tocqueville, 1848), ele partiu "[...] da determinação de certos traços estruturais das sociedades modernas para a comparação das diversas modalidades dessas sociedades [...]" (Aron, 1993, p. 207). Diferente de outros pensadores de sua época, não procurou as características comuns nas sociedades visando construir um "modelo único" de regime político. "Tocqueville, ao contrário, constata certas características associadas à essência de toda sociedade moderna, ou democrática, mas acrescenta que, a partir desses fundamentos comuns, há uma pluralidade de regimes políticos possíveis [...]" (Aron, 1993, p. 208).

Deste tipo de análise surge um conceito de "democracia" que é usado "[...] para designar um certo tipo de sociedade, mais do que um certo tipo de poder [...]" (Aron, 1993, p. 208). Para Tocqueville, no seu aspecto mais básico, a democracia consiste na "igualdade de condições":

[...] Democrática é a sociedade onde não subsistem distinções de ordens e de classes; em que todos os indivíduos que compõem a coletividade são socialmente iguais, o que não significa que sejam intelectualmente iguais, o que é absurdo, ou economicamente iguais, o que, para Tocqueville, é impossível. A igualdade social significa a inexistência de diferenças hereditárias de condições; quer dizer que todas as ocupações, todas as profissões, dignidades e honrarias são acessíveis a todos. Estão portanto implicadas na ideia de democracia a igualdade social e, também, a tendência para a uniformidade dos modos e dos níveis de vida (Aron, 1993, p. 209).

Esta igualdade entre a população evitaria a concentração excessiva de poder em determinados grupos sociais e, desta forma, proporcionaria o surgimento de uma sociedade onde a soberania pertence ao conjunto dos indivíduos como um todo. A civilização democrática, na visão de Tocqueville, seria finalmente possível através da criação de instituições apoiadas em homens livres que, por sua vez, através da participação ativa na escolha dos seus governantes, garantiriam a manutenção do seu ideal de liberdade, evitando assim a degeneração do governo em tirania.

A tese de Tocqueville é, então, esta: a liberdade não pode se fundamentar na desigualdade; deve assentar-se sobre a realidade democrática da igualdade de condições, salvaguardada por instituições cujo modelo lhe parecia existir na América (Aron, 1993, p. 211).

---

*ted colonial past, as having long been democrats already without knowing it. The classic rendering of that picture was given not by an American author but by a young French aristocrat, Alexis de Tocqueville, writing some half a century after America's independence, and explaining the Americans not merely to his fellow countrymen and European contemporaries but also to themselves, more insinuatingly than anyone else has ever done before or since [...]"*

Entretanto, o autor ressalta que esta mesma liberdade, quando usufruída de maneira descontrolada ou excessiva, pode se transformar na sua própria destruição. Sem um sistema institucional de controle que evite excessos, nada impede que os desejos desta maioria democrática passem a suprimir ou anular completamente os interesses de eventuais minorias existentes entre a população. Uma possibilidade de degeneração política intitulada "tirania da maioria".

Com efeito, toda democracia tende à centralização e, em consequência, tende a uma espécie de despotismo, que traz o perigo de degenerar no despotismo de um homem. A democracia comporta permanentemente o perigo de uma tirania da maioria. Todo regime democrático postula que a maioria tem razão; pode ser difícil impedir uma maioria de abusar da sua vitória, e oprimir a minoria (Aron, 1993, p. 221).

Esta percepção coloca um problema de difícil solução que terminou se transformando no grande conflito das democracias liberais: como o sistema político supostamente criado e administrado pela população para gerar liberdade, a democracia, irá trabalhar para limitar esta mesma liberdade e, desta forma, evitar excessos?

Tocqueville tenta resolver este dilema de duas maneiras principais. A primeira delas é a associação política por interesses comuns. Segundo ele, o associativismo é a força estruturante da sociedade americana, donde se origina a diversidade e, conseqüentemente, a estratificação social. "A América é o país do mundo onde mais se tirou partido das associações, e onde se aplicou este potente meio de ação a uma enorme diversidade de objetivos" (Tocqueville, 1848b, p. 29)<sup>50</sup>. Ou seja, os americanos, ao buscarem defender os seus interesses individuais, unem-se a outras pessoas com os mesmos interesses, de maneira que a tendência à uniformidade é rechaçada por uma enorme diversidade de organizações aleatórias defendendo interesses também aleatórios. A segunda é uma ideia de liberdade que surge a partir da ausência de arbitrariedade. Ao observar cuidadosamente as instituições americanas, Tocqueville associa a liberdade ao exercício do poder segundo as leis previamente estabelecidas. É preciso vigiar e desconfiar dos homens porque "[...] ninguém tem a virtude necessária para exercer o poder absoluto sem se corromper [...]" (Aron, 1993, p. 211), em outras palavras, é necessário que "o próprio poder imponha limites ao poder" (Aron, 1993, p. 211). A existência de instituições visando garantir o exercício

---

<sup>50</sup> Tradução nossa, do original: "L'Amérique est le pays du monde où l'on a tiré le plus de parti de l'association, et où l'on a appliqué ce puissant moyen d'action à une plus grande diversité d'objects."

democrático passa assim a ter uma importância fundamental para assegurar a continuidade da democracia.

Entretanto, como se pode observar, a sugestão de um poder superior capaz de limitar o poder democrático cria um problema ainda maior do que o anterior, pois pressupõe a subserviência da democracia a uma força externa a ela.

Além disso, ao final da sua obra, Tocqueville se entrega a ilações diversas sobre o possível futuro da democracia, terminando o trabalho de maneira soturna ao falar dos "tipos de despotismo que as nações democráticas devem temer" (Tocqueville, 1848d, p. 309). Neste momento o pensador francês demonstra notável perspicácia ao prever, bem antes do estabelecimento da democracia liberal no Ocidente, vários dos problemas que ela iria enfrentar mais de um século depois; entre eles, os males do individualismo como o hedonismo e a apatia política que pode resultar da contínua perseguição do interesse próprio em detrimento do coletivo.

Eu gostaria de imaginar de que novas maneiras o despotismo poderia se produzir no mundo: eu vejo uma enorme multidão de homens semelhantes e iguais que dão voltas em torno de si mesmos para tentar satisfazer prazeres pequenos e vulgares, com os quais preenchem as suas almas. Cada um deles, considerado à parte, está totalmente alheio ao destino de todos os outros: seus filhos e amigos próximos formam, para ele, toda a espécie humana. E quanto ao resto de seus concidadãos, ele está ao lado deles, mas não os vê. Ele os toca, mas não os sente. Ele existe apenas para si mesmo e por si mesmo. E, se ainda lhe resta uma família, podemos dizer, pelo menos, que pátria ele não mais possui (Tocqueville, 1848d, p. 313)<sup>51</sup>.

Não é difícil enxergar, neste próximo parágrafo de Tocqueville, a iniciativa política sendo substituída pelos prazeres fugidios do consumismo, a profusão de imagens prontas das campanhas de 'marketing' bombardeando as retinas dos afobados trabalhadores, os sorridentes 'outdoors' de cartão de crédito prometendo fugas materiais das atribulações diárias através do endividamento contínuo, e a sombra do imenso poder manipulatório de um sistema cada vez mais poderoso que trabalha para produzir apenas diversionismo e nunca a formação de um cidadão consciente dos seus direitos e valor social.

---

<sup>51</sup> Tradução nossa, do original: "Je veux imaginer sous quels traits nouveaux le despotisme pourrait se produire dans le monde : je vois une foule innombrable d'hommes semblables et égaux qui tourment sans repos sur eux-mêmes pour se procurer de petits et vulgaires plaisirs, dont ils emplissent leur âme. Chacun d'eux, retiré à l'écart, est comme étranger à la destinée de tous les autres : ses enfants et ses amis particuliers forment pour lui toute l'espèce humaine ; quant au demeurant de ses concitoyens, il est à côté d'eux, mais il ne les voit pas ; il les touche et ne les sent point ; il n'existe qu'en lui-même et pour lui seul, et, s'il lui reste encore une famille, on peut dire du moins qu'il n'a plus de patrie."

Acima deles se ergue um gigantesco poder tutelar que se encarrega de assegurar sua satisfação e de velar pela sua sorte. É absoluto, detalhista, regular, previdente e doce. Ele se pareceria com o poder paterno se, como este, tivesse como objetivo preparar os homens para a idade viril, mas, pelo contrário, se dedica a fixá-los irrevogavelmente na infância. Ele gosta que os cidadãos se regozijem, desde que não pensem noutra coisa senão em regozijarem-se. Ele trabalha de bom grado para a alegria deles, mas quer ser seu único agente e árbitro. Ele provê a sua segurança, prevê e garante suas necessidades, facilita seus prazeres e conduz seus principais negócios, dirige sua indústria, estabelece regras para suas sucessões, divide sua herança; por que não poderia lhes poupar inteiramente o incômodo de pensar e a atribulação de viver ? (Tocqueville, 1848d, p. 313)<sup>52</sup>.

Nestas e em outras partes dos capítulos finais, Tocqueville adianta críticas e questionamentos sobre a amplitude do poder do Estado Democrático que, somente muitos anos depois, seriam publicadas por autores como Weber, Marx, entre outros. Desta maneira, deixa claro os limites do seu sonho democrático que, também mais tarde, seria reapropriado por outros autores como Schumpeter para descrever o sistema político liberal vitorioso no Pós-Guerra. O conflito entre democracia e liberdade, que no século seguinte se tornaria uma marca distintiva do liberalismo democrático, perpassa toda a sua obra.

O dilema toquevilliano se constitui da contraposição entre um diagnóstico “científico da sociedade moderna – que retrata as disposições que tendem a inviabilizar a liberdade política nas condições sociais igualitárias – e uma necessidade “ético-política” de afirmar a exequibilidade desta mesma liberdade no contexto de destruição da participação política e da cidadania que decorre do desenvolvimento daquelas disposições. Essa tensão irresolúvel entre ciência e política, determinação e vontade, natureza e arte, é o leitmotiv da reflexão toquevilliano e será trabalhada exaustivamente e de muitos modos ao longo de sua obra (Jasmin, 1997, p. 34).

Entre os desenvolvimentos da teoria do Estado desde o século XVI, surgem duas notáveis inovações: o conceito de Estado como uma estrutura impessoal ou 'anônima' de poder, e o problema de reconciliar autoridade e liberdade através de uma nova visão de 'direitos, obrigações e deveres' dos súditos [...] O problema central que enfrentam as teorias ligadas ao liberalismo e a democracia liberal se referem à relação entre o Estado, como uma autoridade independente com o supremo direito de declarar e administrar legalmente um território, e o indivíduo, com o direito e o interesse de determinar a natureza e os limites da autoridade do Estado. Em resumo, a questão poderia ser colocada da seguinte maneira: como o 'Estado Soberano' se relaciona com a 'Soberania do Povo' que, a princípio, seria a fonte dos seus poderes? (Held, 1989, p. 48)<sup>53</sup>.

---

52 Tradução nossa, do original: "Au-dessus de ceux-là s'élève un pouvoir immense et tutélaire, qui se charge seul d'assurer leur jouissance et de veiller sur leur sort. Il est absolu, détaillé, régulier, prévoyant et doux. Il ressemblerait à la puissance paternelle si, comme elle, il avait pour objet de préparer les hommes à l'âge viril ; mais il ne cherche, au contraire, qu'à les fixer irrévocablement dans l'enfance ; il aime que les citoyens se réjouissent, pourvu qu'ils ne songent qu'à se réjouir. Il travaille volontiers à leur bonheur ; mais il veut en être l'unique agent et le seul arbitre ; il pourvoit à leur sécurité, prévoit et assure leurs besoins, facilite leurs plaisirs, conduit leurs principales affaires, dirige leur industrie, règle leurs successions, divise leurs héritages, que ne peut-il leur ôter entièrement le trouble de penser et la peine de vivre ?"

53 Tradução nossa, do original: "Among the developments in the theory of the state since the sixteenth century, two notable innovations stand out: the concept of the state as an impersonal or 'anonymous' structure of power, and the problem of reconciling authority and liberty through a fundamentally new view of the 'rights, obligations and duties' of subjects [...] The central problem facing liberal and liberal democratic theory concerned the relationship between the state, as an independent authority with supreme right to declare and administer law over a given territory, and the individual, with a right and interest to determine the nature and limits of the state's authority. In short, the question was: how should the 'sovereign state' be related to the 'sovereign people' who were in principle the source of its powers ?"

Numa sociedade onde o indivíduo é constantemente motivado pela busca do interesse próprio, não é tarefa simples imaginar uma maneira voluntária de se garantir a satisfação e o bem estar de todos, mesmo considerando, conforme fez Tocqueville, que as instituições conspirariam neste sentido.

O pensador francês busca, por fim, afastar de maneira definitiva os perigos que ameaçam a democracia da maneira como ele a concebeu através de uma doutrina moral, natural à igualdade de condições e que, segundo ele, seria comum ao povo americano, chamada "interesse bem compreendido" ou, no texto original, "*l'intérêt bien entendu*" (Tocqueville, 1848d, p. 243).

Em uma carta enviada a Ernst Chabrol, em 9 de Junho de 1831, Alexis de Tocqueville indaga o que reuniria homens tão diferentes entre si quanto os estadunidenses então observados, em sua viagem à América, fazendo que eles constituíssem propriamente um povo. "*Qui sert de lien à des éléments si divers? Qui fait de tout cela un peuple? L'intérêt, c'est là le secret [...] l'intérêt qui du reste se produit ostensiblement et s'annonce lui-même comme une théorie sociale*". Como se nota, a proposição que serve de resposta à especulação, "O interesse, eis o segredo", abre uma senda de discussões ao postular que o interesse não apenas responderia pela articulação entre os homens em uma sociedade democrática, cuja característica fundamental era o individualismo e na qual eles se sentiam pequenos e perdidos na multidão, mas se anunciaria "como uma teoria social" (Nicolette, 2016, p. 1).

Ao explicar a maneira como os americanos utilizam esta doutrina para garantir os benefícios da democracia, Tocqueville se mostra extremamente otimista quanto aos costumes do país estrangeiro e voluntariedade dos seus habitantes em favor do interesse coletivo:

Há muito tempo atrás disse Montaigne: "Quando, por sua retidão, eu não seguir o caminho correto; eu o seguiria por ter descoberto, através da experiência, que no final das contas é normalmente o mais feliz e útil."

A doutrina do interesse bem compreendido não é, então, algo novo. E entre os americanos dos nossos dias, é admitida universalmente, tornou-se popular: ela surge no fundo de todas as ações, aparece em todos os discursos. Podemos encontrá-la na boca tanto do pobre quanto do rico (Tocqueville, 1848d, p. 243)<sup>54</sup>.

No entender do autor, haveria uma predisposição do americano, construída pela sociedade do novo mundo, para o bem comum, e esta boa disposição de espírito garantiria a devida conciliação do livre arbítrio, da iniciativa individual, com o bem coletivo.

<sup>54</sup> Tradução nossa, do original: "Il y a longtemps que Montaigne a dit : 'Quand, pour sa droiture, je ne suivray pas le droit chemin, je le suivray pour avoir trouvé, par expérience, qu'au bout du compte c'est communément le plus heureux et le plus utile.' La doctrine de l'intérêt bien entendu n'est donc pas nouvelle ; mais, chez les Américains de nos jours, elle a été universellement admise ; elle y est devenue populaire : on la retrouve au fond de toutes les actions ; elle perce à travers tous les discours. On ne la rencontre pas moins dans la bouche du pauvre que dans celle du riche."

A doutrina do interesse bem compreendido cede aos homens a percepção de que há dependência entre eles, e que trabalhar com vistas à prosperidade comum é também atender aos próprios interesses. Em outras palavras, todos compreendem que o interesse também está em agir em favor da felicidade dos semelhantes, mas sem apagar a própria felicidade. A doutrina, deste modo, não produzia grandes devoções, mas indicava aos homens “pequenos sacrifícios”, tanto “a quem os impõe a si quanto a quem deles se aproveita”, sacrifícios estes, por sua vez, que não produziam heroísmos, que não elevavam alguns poucos homens acima do nível da humanidade, mas toda a espécie; que tornavam ainda mais raras as virtudes extraordinárias, é verdade, mas amainavam as depravações e estendia a virtude à totalidade dos cidadãos [...] (Nicolete, 2016, p. 20).

Devido à sua importância para a coesão do projeto filosófico de Tocqueville, a doutrina do "interesse bem compreendido", seria, na verdade, a grande base do seu conceito de democracia porque estaria diretamente associada com todos os elementos necessários para o surgimento e manutenção da civilização democrática.

Ora, qual seria o sentido para o francês de se inserir em um debate sobre doutrinas do interesse? Na “Advertência”, Tocqueville afirma que “a democracia não pode dar os frutos que os homens esperam senão em combinação com a moralidade”, bem como nas anotações do plano de trabalho do Tomo II D’A Democracia, lê-se que “a doutrina do interesse bem compreendido é a doutrina filosófica que a igualdade faz nascer” e “esse mesmo estado social fez com que os homens adotassem a doutrina do interesse bem compreendido como regra principal de vida” Essas duas proposições encontradas nas anotações para A Democracia nos permitem sugerir que, com esse movimento, o autor pretendia entender o fundamento moral da ação concertada dos homens, em um estado social que não mais estabelecia vínculos necessários e permanentes entre os homens, a sociedade democrática [...] (Nicolete, 2016, p. 6).

Apesar de se constituir numa doutrina moral, Tocqueville não via o "interesse bem compreendido" como uma prática coercitiva ou mandatária, ao contrário, conforme na citação introdutória de Montaigne, a percepção dos seus resultados práticos por uma sociedade não contaminada pelos modos e privilégios aristocráticos, se constituiria em repetidos estímulos que justificariam naturalmente a sua continuidade. A igualdade de condições e o "interesse bem compreendido" realimentariam continuamente um ao outro nos costumes sociais, fazendo com que os interesses privados e coletivos estivessem sempre entrelaçados nas atitudes dos habitantes do novo mundo.

Não é à toa que uma das palavras usadas com mais frequência n’A Democracia é 'instinto'. Instinto não significa, na obra do autor, um comportamento bruto, mas uma "espontaneidade cultivada" pelo costume [...] Se as circunstâncias observadas por Tocqueville eram inauditas, isto é, se o novo estado igualitário inseria de modo vigoroso a possibilidade de cada um satisfazer a sua paixão material, não seria preciso supor que os interesses individuais fossem apagados ou que os homens não

se orientassem individualmente, pois o modo pelo qual cada homem compreenderá o seu interesse individual (o "como" do excerto acima destacado) estará sujeito ao costume - e esse ensina o homem a viver de modo virtuoso. Tal como Montaigne, o autor parece convencido de que, se não são seguidos os caminhos certos porque são certos, dever-se-ia seguir aqueles que, no final das contas, constatou-se experimentalmente que no geral são só de maior utilidade (Nicolete, 2018, p. 111).

A visão de democracia como um processo social contínuo, dependente do dinamismo das interações entre os indivíduos, antecipa, em Tocqueville, conexões que somente muito mais tarde a sociologia política faria e que nos permitem estabelecer relações causais entre os fenômenos sociais e políticos. Mais ainda, a doutrina do "interesse bem compreendido" coloca sobre o próprio povo a responsabilidade pelo seu destino, demonstrando a importância da participação política democrática e suas consequências benéficas para a construção de uma existência coletiva virtuosa. Por outro lado, é na degeneração do "interesse bem compreendido" que reside o perigo da degeneração democrática e social. Ao agirem visando apenas o benefício próprio em detrimento do interesse comum, as forças sociais constroem um caminho de ruptura com o ideal maior democrático, o bem-estar do maior número possível de pessoas e, desta forma, ameaçam não apenas a democracia mas a própria sociedade em si e todas as suas conquistas, sejam elas técnicas, humanas ou econômicas.

É tal simplismo binário entre modernos e antigos, eivado de postulações antropológicas, e as suas consequências políticas que Tocqueville refuta. Ao correr, a pena toquevilliano lança o gênero humano ao segundo corte abismal: o primeiro era o que dividia o mundo entre um passado aristocrático e um futuro democrático; o segundo dobra o homem sobre as suas tentações e desejos, o abismo das suas paixões. Tocqueville atenta para a complexidade desse homem na composição do novo estado social de igualdade de condições, sem atrever-se a silenciar as forças dos abismos. Se os homens possuíam interesses e paixões, aboli-las ou rejeitá-las, predicando assim um "novo homem", criatura essa feita inteiramente de virtudes, seria tarefa insuficiente e inalcançável para a organização de uma ordem comum (Nicolete, 2018, p. 134).

No início deste século XXI, amplificadas pela aceleração vertiginosa das interconexões digitais globais, as advertências que Tocqueville fez há mais de 150 anos atrás se mostram ainda mais atuais. O conflito entre liberdade e democracia, entre interesses privados e públicos, nunca esteve tão intenso quanto agora, quando o desproporcional poder econômico transnacional subjuga a força social garantidora da democracia, o Estado Moderno, ao mesmo tempo em que faz uso deste mesmo Estado, supostamente

democrático, para alargar, no tempo e no espaço, a miopia do poder predatório de elites locais que disputam o mercado global.

Pode-se dizer que em vários momentos Tocqueville foi otimista ou tendencioso demais ao enxergar a sociedade americana com olhos de um estrangeiro que busca ansiosamente a esperança humana nos difusos desenhos de um horizonte distante e desconhecido. Mas não se pode dizer que ele foi inocente. Os perigos que conseguiu divisar já na encruzilhada entre o velho e o novo mundo demonstram a força que seu pensamento guarda não só como precursor de uma ordem mundial que somente iria se consolidar cerca de 100 anos depois, mas também como um arauto da sua ruína, dos abismos que se colocam entre o sonho de uma vida justa e a realidade liberal.

E é sob a força do segundo abismo, quando a racionalidade humana se deixa levar pelas paixões mais individualistas e egoístas, que tem se desdobrado o destino da democracia.

## O Estado e as Corporações

Considerando desde as diversas áreas de estudo das ciências sociais relacionadas com a política, até os conceitos filosóficos que inspiram e inspiraram as doutrinas do direito moderno, existem variadas e distintas teorias sobre o Estado, sobre como efetivamente defini-lo e identificá-lo entre a miríade de sistemas de poder que compõe o mundo contemporâneo. A presença do Estado em todos os aspectos do dia a dia aliada à sua enorme capacidade de influência sobre os indivíduos e seus destinos, tornam esta tarefa ainda mais complexa.

[...] Entretanto, a natureza do Estado é difícil de se apreender. Esta afirmação pode parecer estranha para algo tão pervasivo tanto à vida pública quanto privada, mas é exatamente esta pervasividade que dificulta a sua compreensão. Não há nada mais central para a teoria política e social do que a natureza do Estado, e nada mais polêmico [...] (Held, 1989, p. 11)<sup>55</sup>.

"No pensamento político moderno, a ideia de Estado está quase sempre ligada

---

55 Tradução nossa, do original: "[...] Yet the nature of the state is hard to grasp. This may seem peculiar for something so pervasive in public and private life, but it is precisely this pervasiveness which makes it difficult to understand. There is nothing more central to political and social theory than the nature of the state, and nothing more contested [...]"



à noção de uma ordem constitucional impessoal e privilegiada capaz de administrar e controlar um dado território [...] (Held, 1989, p. 11). Neste sentido é construída a definição mais usual no âmbito do direito moderno:

[...] o Estado tem sido definido através de três elementos constitutivos: o povo, o território e a soberania (conceito jurídico por excelência, elaborado por legistas e universalmente aceito pelos escritores de direito público). Para citar uma definição corrente e autorizada, o Estado é "um ordenamento jurídico destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes" (Bobbio, 2007, p. 94).

Entretanto, é nesta concepção de "soberania", basilar à ideia contemporânea de Estado, que persiste o dilema entre liberdade e poder democrático. Onde começa um e termina o outro ? Como a força reguladora pode regular aquilo que, por si mesmo, deveria regulá-la?

Foram os democratas liberais que forneceram a inovação institucional que tentava superar este dilema: a democracia representativa. As preocupações liberais relacionadas com a razão, legislação e liberdades individuais só poderiam ser adequadamente superadas através do reconhecimento da igualdade política entre os indivíduos adultos. Esta igualdade iria assegurar não apenas um ambiente social seguro onde as pessoas teriam o livre arbítrio de perseguir as suas atividades e interesses privados, mas também seria uma garantia de que os indivíduos envolvidos nas atividades do Estado fariam o melhor no sentido do interesse público e geral como, por exemplo, buscar a satisfação do maior número possível de pessoas. Desta maneira, o Estado Democrático Constitucional associado ao livre mercado, na visão dos liberais democratas, resolveria os problemas relacionados com a manutenção simultânea da autoridade e da liberdade (Held, 1989, p. 49)<sup>56</sup>.

Esta visão, entretanto, é fortemente contestada pela crítica marxista que vê no Estado apenas uma maneira de garantir a divisão de classes, ou seja, a divisão da sociedade entre grupos de diferente poder aquisitivo onde poucos têm muito e muitos têm pouco.

Os marxistas concebem o Estado como uma extensão da sociedade civil, reforçando a ordem social em benefício de interesses particulares, ou seja, garantindo a realização dos interesses da classe [dominante] capitalista. Não é o Estado, conforme Marx coloca já nos seus primeiros trabalhos, que está subjacente à ordem social [ao bem estar da maioria], mas a ordem social [a estrutura de privilégios de uma elite dominante] que está subjacente ao Estado [...]. A 'verdadeira democracia', portanto, só pode ser estabelecida com a destruição das classes sociais e, em última instância, com o fim do Estado. O Estado deve desaparecer para que surja um sistema de autogoverno associado com trabalhos e tarefas compartilhadas coletivamente

---

<sup>56</sup> Tradução nossa, do original: "It was the liberal democrats who provided the key institutional innovation to try to overcome this dilemma – representative democracy. The liberal concern with reason, law and freedom of choice could only be upheld properly by recognizing the political equality of mature individuals. Such equality would ensure not only a secure social environment in which people would be free to pursue their private activities and interests, but also that the state's personnel would do what was best in the general or public interest, for example, pursue the greatest happiness of the greatest number. Thus, the democratic constitutional state, linked to the free market, resolved, the liberal democrats argued, the problems of ensuring both authority and liberty."

(Held, 1989, p. 49)<sup>57</sup>.

Neste mesmo sentido, a argumentação liberal prefere não olhar para o fato de que a economia capitalista, altamente competitiva e elitista, se realiza através do acúmulo de capital por pequenos grupos privilegiados, em detrimento de todo o resto da população. Esta característica básica do capitalismo, por si mesma, representa um poderoso elemento de restrição das liberdades individuais, impedindo que a maioria da população tenha acesso aos recursos materiais necessários à realização dos seus interesses e aspirações pessoais. Desta forma, há uma contradição intrínseca entre o discurso dos liberais democratas e a realidade prática social.

Os defensores do Estado Democrático e da Economia de Mercado apresentam estas instituições como as únicas sob as quais a liberdade pode ser sustentada e as desigualdades reduzidas. Entretanto, devido à sua dinâmica interna, a economia capitalista inevitavelmente produz desigualdade de maneira sistemática e, desta maneira, fortíssimas restrições à uma liberdade verdadeira. Ao mesmo tempo em que cada passo em direção a uma igualdade política formal representa um avanço, seu potencial de libertação é severamente cerceado pelas desigualdades de classe. Conforme Marx ironicamente colocou: "Assim como os cristãos são iguais no céu e desiguais na terra, os membros individuais da população são iguais no céu do seu mundo político e desiguais na existência terrena da sociedade" (Held, 1989, p. 49)<sup>58</sup>.

Por outro lado, a crítica marxista não é capaz, por si mesma, de nos levar a um sistema político que efetivamente concilie liberdade e democracia. Ao se encontrarem com a complexidade do mundo real, as ambições marxistas se esvanecem perante um muro de problemas sociais originados diretamente das condições "revolucionárias" criadas.

[Max] Weber acreditava que as ambições políticas dos bolcheviques [durante a Revolução Russa] se apoiavam numa compreensão deficiente da natureza do Estado Moderno e da complexidade da vida política. Na sua análise, a história do Estado e dos conflitos políticos não poderia, de maneira alguma (nem mesmo em 'última instância'), serem reduzidas a relações de classe: as origens e funções do Estado Moderno sugerem que ele é muito mais do que uma "superestrutura" sobre uma "base" econômica. Mais ainda, mesmo que as relações de classe fossem [severamente] modificadas, as instituições de democracia direta não seriam capazes de substituir o Estado porque haveria um enorme problema de coordenação e controle [dos serviços públicos] que inevitavelmente exigiriam soluções relacionadas com a existência de uma burocracia, e somente através de uma burocracia outras instituições poderiam ser alimentadas e reguladas. Os problemas colocados pela busca

---

57 Tradução nossa, do original: "[...] Marxists conceive of the state as an extension of civil society, reinforcing the social order for the enhancement of particular interests – in capitalist society, the long-run interests of the capitalist class. It is not the state, as Marx put it in his early writings, which underlies the social order, but the social order which underlies the state [...] 'True democracy' can only be established with the destruction of social classes and ultimately the abolition of the state itself: the state must 'wither away' leaving a system of self-government linked to collectively shared duties and work."

58 Tradução nossa, do original: "[...] The advocates of the democratic state and the market economy present them as the only institutions under which liberty can be sustained and inequalities minimized. However, by virtue of its internal dynamics, the capitalist economy inevitably produces systematic inequality and hence massive restrictions on real freedom. While each step towards formal political equality is an advance, its liberating potential is severely curtailed by inequalities of class. As Marx wryly put it: 'Just as Christians are equal in heaven yet unequal on earth, so the individual members of a people are equal in the heaven of their political world yet unequal in the earthly existence of society'"

liberal de um equilíbrio entre força e direito, poder e lei, são, no pensamento de Weber, elementos intrínsecos à modernidade (Held, 1989, p. 49)<sup>59</sup>.

Neste contexto, o Estado Contemporâneo, supostamente democrático e liberal ao mesmo tempo, seria, na realidade, um espaço de representação privilegiado para contradições político-econômicas que se manifestam no seio da sociedade. Dentre elas, duas se destacariam como mais significativas: a primeira delas oriunda das fragilidades do próprio conceito de democracia, ou seja, de uma "liberdade" que precisa limitar a liberdade para poder existir, num constante conflito entre o individual e o coletivo; a segunda, oriunda dos interesses econômicos capitalistas que não respeitam o coletivo e funcionam a partir de uma lógica elitista e competitiva, tolhendo, desta maneira, as liberdades individuais através da desigualdade financeira e confrontando constantemente o bem comum.

Mais uma vez, por ter se constituído, através do seu poder político e sua hegemonia econômica e militar, no principal modelo de Estado da democracia liberal no Pós-guerra e até os dias de hoje, é importante retomarmos o exemplo dos EUA e o desenvolvimento histórico destas contradições dentro desta sociedade para que possamos ganhar uma maior compreensão sobre esta problemática.

Voltando a olhar para a formação desta nação, é oportuno destacar que a ideia de Schumpeter para uma "democracia procedural", um sistema representativo sem participação direta da população nas decisões governamentais, baseado apenas em um procedimento de escolha de representantes supostamente qualificados e devidamente amparado por um regime legal, encontra forte identificação com a visão republicana da "Revolução Americana"; isto porque a independência das antigas treze colônias inglesas não se consistiu numa transferência de poder para as massas rebeladas e nem foi motivada pela busca de justiça social. Ao contrário: representou a consolidação no poder das mesmas antigas elites coloniais (Aquino, 2002, p. 202) por um arranjo político madisoniano que garantia a alternância periódica destes grupos no governo do país recém-instituído (Dunn, 2019, p. 66). Desta maneira, torna-se mais claro o entendimento do autor, muito utilizado

59 Tradução nossa, do original: "Weber believed that the Bolsheviks' political ambitions were premised on a deficient understanding of the nature of the modern state and the complexity of political life. In his account, the history of the state and the history of political struggle could not in any way (even 'in the last instance') be reduced to class relations: the origins and tasks of the modern state suggested it was far more than a 'superstructure' on an economic 'base'. Moreover, even if class relations were transformed, institutions of direct democracy could not replace the state; for there would be a massive problem of coordination and regulation which would inevitably be 'resolved' by bureaucracy, and by bureaucracy alone unless other institutions were nourished to check its power. The problems posed in the liberal pursuit of a balance between might and right, power and law, are, Weber thought, inescapable elements of modernity"

nas suas argumentações, para o que seriam regimes políticos "possíveis" ou "verdadeiros", em oposição à "utopia" democrática do poder popular oriunda da Grécia Antiga.

Mais ainda, a definição schumpeteriana para "democracia liberal" refletia também uma forte tendência política europeia do entre guerras que terminaria por se consolidar mais tarde durante a hegemonia econômica e militar estadunidense do Pós-guerra: a preponderância dos interesses das grandes corporações nas políticas públicas regionais e internacionais dos países. Apesar do capitalismo ter surgido sob os auspícios liberais da Revolução Industrial, quando "[...] a indústria comandava as demais atividades econômicas e funcionava baseada na livre concorrência que, segundo os teóricos da Escola de Manchester<sup>60</sup>, assegurava lucros aos produtores e benefícios aos consumidores [...]" (Aquino, 2002, p. 184), os notáveis avanços tecnológicos e o significativo acúmulo de riquezas entre as elites ocorridos no final do século XIX e ao longo do século XX deram lugar a uma economia dominada por grandes empresas que trabalhavam avidamente para dominar seus respectivos mercados. Neste ímpeto, não hesitavam em se utilizar da força política e financeira do Estado para conquistarem vantagens competitivas em disputas comerciais cada vez mais acirradas: subsídios e protecionismos diversos, construção de agendas públicas oportunistas e/ou diversionistas, empréstimos com taxas diferenciadas, investimentos público-privados, etc. Na prática, não havia limites para o nível de manipulação, implícito ou explícito, que as empresas poderiam pretender sobre o Estado durante a época de Schumpeter.

[...] o que seria do chamado "livre mercado" numa economia cada vez mais dominada por enormes corporações, de tal maneira que a crença na "livre competição" se transformou num absurdo tão grande que mesmo os economistas críticos de Karl Marx puderam observar que ele estava correto, e isto não apenas na sua previsão de crescente concentração de capital. Não é preciso ser marxista ou ter interesse na obra deste autor para perceber como são diferentes o livre mercado do século XIX e o capitalismo do entre guerras. De fato, muito antes da quebra da bolsa de 1929, um banqueiro suíço comentou que a incapacidade do liberalismo econômico (e também do socialismo pré-1917, acrescentou) em se manterem como projetos políticos universais explicava a crescente pressão em direção a economias autoritárias, sejam elas fascistas, comunistas ou controladas por grandes corporações independentes dos seus investidores. No final da década de 1930, as ortodoxias liberais de livre competição no mercado estavam tão distantes [da realidade] que a

---

60 "A Escola de Manchester, conhecida também como Escola [Econômica] Clássica, desenvolveu o pensamento econômico dominante na época do capitalismo industrial liberal. Coube a Adam Smith formular em *A Riqueza das Nações*, que foi publicado em 1776, as ideias iniciais do liberalismo econômico, igualmente defendido por Davi Ricardo (*Princípios da economia política e do imposto*), Thomas Robert Malthus (*Ensaio sobre o princípio da população*) e Jean-Baptiste Say (*Tratado de economia política*)" (AQUINO, 2002, p. 185).

economia mundial podia ser vista como um sistema triplo composto por uma parte de mercado, uma parte intergovernamental (dentro do qual as economias planejadas como Japão, Turquia, Alemanha e União Soviética conduziam seus negócios) e uma parte de organizações internacionais públicas ou quase públicas responsáveis pela regulação de determinadas partes da economia (por exemplo, acordos internacionais sobre 'commodities') (Hobsbawm, 1994, p. 103)<sup>61</sup>.

Podemos notar, então, que ao pensar uma "democracia" que se resume em proporcionar às pessoas a "[...] oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que as governam [...]" (Schumpeter, 2008, p. 284)<sup>62</sup>, Schumpeter reflete em grande parte o ambiente social e a realidade político-econômica da sua época, ao mesmo tempo em que antevê o comportamento dos governantes que iriam conduzir o bloco ocidental durante o pós-guerra.

Refletindo em boa parte as efetivas estruturas políticas da sua época, Schumpeter cria um modelo antagônico ao conceito clássico de "democracia" que seria capaz de representar, de uma maneira consideravelmente fidedigna, os conflitos de interesse entre pequenos grupos privilegiados envolvidos em constantes disputas de poder e sem maiores preocupações com as reais necessidades da população, constituindo-se, desta maneira, numa completa degeneração da política como possibilidade de representação legítima dos anseios populares.

O período da "Grande Depressão", ocorrido após a crise de 1929, forneceu a Schumpeter uma clara percepção sobre como seria uma sociedade controlada por pequenas elites financeiras responsáveis por grandes cartéis e monopólios internacionais, manipulando diretamente as políticas públicas dos Estados.

[...] No Ocidente, a maior parte dos industriais conseguiu responder ao declínio no preço das mercadorias reduzindo a oferta através da criação de grandes estoques ou pela diminuição da capacidade produtiva, congelando ou reduzindo salários e dispensando funcionários, de maneira a cortar custos e afastar o risco de falência. Mais ainda, muitos produtores se reuniram em poderosos e estáveis cartéis, nacionais ou internacionais, com o objetivo de evitar uma queda acentuada nos preços através do controle organizado da oferta, e isto muitas vezes com apoio dos

---

<sup>61</sup> Tradução nossa, do original: "[...] In any case, what was "free market economy" when an economy increasingly dominated by huge corporations made nonsense of the term 'perfect competition' and economists critical to Karl Marx could observe that he had been proved right, not least in his prediction of the growing concentration of capital. One did not have to be a marxist, or show interest in Marx, to observe how unlike the economy of nineteenth century free competition inter-war capitalism was. Indeed, well before the Wall Street crash, an intelligent swiss banker observed that the failure of economic liberalism (and, he added, the pre-1917 socialism) to maintain themselves as universal programmes explained the pressure towards autocratic economics - fascist, communist or under the auspices of large corporations independent of their shareholders. And by the end of 1930s the liberal orthodoxies of freemarket competition were so far away that the world economy could be seen as a triple system composed of a market sector, an inter-governmental sector (within which planned or controlled economies such as Japan, Turkey, Germany and the Soviet Union conducted their transactions with each other) and a sector of international public or quasi-public authorities which regulated certain parts of the economy (e.g. by international commodity agreements)".

<sup>62</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Democracy means only that the people have the opportunity of accepting or refusing the men who are to rule them [...]"

governos (até mesmo em países supostamente 'liberais' como EUA e Inglaterra). O aumento nas taxas para importação e a criação de restrições aduaneiras foram também muito efetivas para protegerem fazendeiros, manufaturas e mineradoras europeias (especialmente a produção de carvão) contra concorrentes estrangeiros e contra supostas alegações de 'dumping'. De fato, esta intensa política protecionista foi fundamental para fortalecer e estabilizar os cartéis da Europa Ocidental, além de proteger os agricultores subsidiados pelo Estado que, de outra forma, sucumbiriam diante das importações mais baratas [...] (Bideleux; Jeffries, 2007, p. 346)<sup>63</sup>.

A "democracia liberal" do século XX, seguindo até os tempos de hoje, estaria resumida a uma constante disputa entre os interesses de pequenas elites financeiras, conectando-se aos anseios públicos apenas para fins eleitorais e se orientando pela satisfação dos interesses privados de pequenos grupos privilegiados.

A democracia compreendida por Schumpeter é, portanto, uma inversão do entendimento usual do conceito. No lugar da ficção democrática que supõe representantes diretamente vinculados ao povo, o autor identifica um cenário real constituído por elites políticas, com diferentes estratégias de captura do voto, em disputa pelo poder e referidas aos interesses dos eleitores apenas na medida do seu próprio interesse. Nesse sentido, a atenção dos representantes aos representados deixa de ser um fim em si mesmo para constituir um instrumento subordinado à promoção do autointeresse. São essas as bases do elitismo democrático, que tem impacto decisivo na formulação do entendimento contemporâneo da democracia. (Hollanda, 2011, p. 37).

É importante ressaltar também que, apesar da existência de espaços públicos para a divulgação e confronto de ideias, além de projetos políticos diversos, a base da estrutura decisória política schumpeteriana é fechada e sectária. O bem comum deixa efetivamente de ter importância, fazendo com que a conduta dos homens públicos reproduza com muita propriedade a oposição entre a "liberdade dos antigos e dos modernos" descrita por Benjamin Constant (Constant, 1819): ao invés de pautarem as suas discussões e decisões pelo coletivo, pelas necessidades da população em geral, os embates políticos nas democracias liberais trabalham apenas para satisfazer determinados interesses privados através da esfera pública. A vida pública se submete ao privado, tanto e de tal maneira que a "democracia" Schumpeteriana leva a diferenciação de Constant a um nível ainda mais intenso, projetando diretamente sobre a política a utopia econômica clássica de livre competição num mercado idealizado, ou seja, a expectativa de que a busca dos interesses

63 Tradução nossa, do original: "[...] In the West most industrialists were able to respond to declining products prices and demand by 'moth-balling' or cutting back capacity, freezing or even reducing nominal wages and laying off workers, in order to cut costs and stave off bankruptcy. Moreover, many were able to come together in quite strong and stable national and international cartels to curb competitive price cutting and to restrict their members' output in a coordinated fashion, often with government backing (even in the supposedly 'liberal' USA and UK). Increased tariffs and import controls were also quite effective in protecting western European farmers, manufacturers and mineral producers (especially coal mining) against cheap imports and alleged 'dumping'. Indeed, this potent protectionism was crucial to the strength and stability of western European cartels and state farm support schemes, which might otherwise have been undercut and undermined by low-priced imports [...]"

individuais levaria ao benefício do coletivo, de forma que a satisfação do interesse público surgiria, num último momento, como consequência "acidental" da disputa política.

Os partidos, nessa perspectiva, não reúnem indivíduos movidos por uma ideia compartilhada de bem. O partido real descrito por Schumpeter acolhe homens unidos pela ambição de poder e dedicados à expansão de seus ganhos individuais. Ainda que o significado social do Parlamento seja produzir ação legislativa, o princípio que move seus integrantes é o conflito pelo poder. A função social da política, portanto, é "preenchida acidentalmente" como consequência indireta da real motivação dos parlamentares, isto é, o interesse do grande número pode ser alcançado apenas como efeito da ação política autointeressada. Para o autor, não há mal, mas realidade nesse diagnóstico (Hollanda, 2011, p. 37).

Entretanto, este suposto "preenchimento acidental" da função social da política não se concretiza na prática política porque, ao se transferir o poder decisório efetivo a outrem totalmente desvinculado da população e suas vicissitudes, a agenda pública passa a ser orientada por interesses totalmente estranhos ao bem público, e seus resultados, como consequência natural, seguem a mesma tendência, gerando frustração no eleitorado. Diante deste fato, reproduzindo mais uma vez a ideologia capitalista, a insatisfação popular passa a ser tratada a partir de uma lógica comercial simplista: se um político eleito não atende aos interesses dos seus eleitores, troca-se por outro, e assim por diante. Cria-se a ilusão de renovação através da repetição contínua do mesmo engodo, ao mesmo tempo em que a insatisfação também se repete porque a "realidade" de Schumpeter é incapaz de enxergar as necessidades reais da população.

Schumpeter opõe ao irrealismo da democracia clássica uma teoria que supõe mais próxima da realidade e que deriva o poder político da luta pelo voto. Nessa concepção, não há distinção substantiva entre os ambientes e os sujeitos da política e do comércio. Um eleitor e um consumidor dispõem de informação superficial e mediada a respeito dos seus objetos de escolha. As possibilidades de voto ou consumo tendem a definir o desejo dos eleitores ou compradores, ao invés de serem definidas por eles. Inverte-se, assim, a relação de anterioridade do modelo democrático tradicional: as elites induzem (e não expressam) as escolhas do povo (Hollanda, 2011, p. 36).

O afastamento entre os interesses da população e a esfera decisória pública é completado através da interiorização, no imaginário popular, da associação entre política e mercado capitalista: "vende-se" a imagem e as "propostas" dos políticos, como se fossem mercadorias, em custosas campanhas de marketing para que estes, por sua vez, "satisfaçam" os desejos dos seus respectivos "públicos-alvo" durante seus mandatos.

A naturalização da democracia liberal se fez crescentemente sob sua variante norte-americana, com campanhas eleitorais midiáticas, partidos cada vez menos diferenciados, financiamentos milionários, substituição das ruas e praças pela privacidade das casas. Sua ideologia busca identificar o cidadão com o consumidor e o processo eleitoral com o mercado, que seria - nas palavras de George Soros - mais democrático do que as eleições. A formação da opinião pública, por sua vez, é feita cada vez mais pela ação dos grandes meios de comunicação, que cada vez mais são condicionados por critérios comerciais de busca de audiência e de publicidade. Ao mesmo tempo era naturalizada também a economia capitalista de mercado como a forma por excelência de organização da economia. Esse constitui o núcleo da hegemonia liberal contemporânea (Sader, 2002, p. 653).

Esta ressignificação da política através do liberalismo econômico tem como resultado final a ocultação, aos olhos do cidadão comum, do conflito básico que rege o funcionamento da democracia liberal (ou capitalista), ou seja, a oposição entre os interesses do capital e os interesses da população, além da naturalização dos viés corporativo e do elitismo como *modus operandi* da sociedade. Nos EUA, o interesse público costuma se confundir com a visão empresarial e esta mistura é tida como algo positivo por grande parte da população. Neste mesmo sentido, a preponderância do individual sobre o coletivo, do privado sobre o público, alimenta o desinteresse pela participação política e possibilita que grupos financeiros privilegiados assumam o controle das atividades governamentais sem serem molestados por maiores questionamentos sobre representatividade, legitimidade e bem comum.

Na sociedade contemporânea estadunidense, o "interesse bem compreendido"<sup>64</sup> de Tocqueville não encontra espaço na vida do cidadão médio enquanto as grandes corporações definem, sem maiores constrangimentos, os limites do comportamento da sociedade.

[...] antes do nascimento e até depois da morte, e em quase tudo entre estes dois extremos, nós dependemos das corporações como nunca aconteceu na história. Como somos governados, o que consumimos, como cuidamos da nossa saúde, nutrição, o que sabemos ou acreditamos, como gerenciamos nossas finanças, como nos comunicamos ou nos transportamos, e como lidamos uns com os outros e com a natureza, é agora objeto das prioridades e dos interesses das grandes corporações (Suarez-Villa, 2015, p. 1)<sup>65</sup>.

Os EUA, ao longo da sua história, desde a independência até hoje, representam,

---

64 Vide Capítulo 2, item 2.1 "Tocqueville e a Degeneração da Democracia", p. 36.

65 Tradução nossa, do original: "[...] Before the cradle and even after the grave, and for almost everything in between, we depend on corporations as never before. How we are governed, what we consume, how we care for our health, our nutrition, what we know or believe, how we manage our finances, how we communicate or transport ourselves, and how we deal with each other and with nature, are now subject to the priorities and interests of large corporations".



tanto ideologicamente quanto em termos políticos, uma vitória avassaladora da perspectiva comercial e capitalista sobre o social.

Resta claro historicamente que os Pais Fundadores possuíam intenções bem definidas ao se separarem da Inglaterra e que elas estavam relacionadas com a obtenção de vantagens comerciais (Aquino, 2002, p. 201) e a formação de um regime político elitista, onde o interesse de pequenos grupos dominantes seria sempre preponderante em detrimento das necessidades e anseios da população em geral.

Mesmo que utilizemos o termo democracia de uma forma bem diferente hoje em dia, a força com que Madison insistiu na exclusão total da população, na forma de sua capacidade coletiva, de qualquer participação no governo, soa chocante. Para o próprio Madison, entretanto, tratava-se da mais clara obviedade o quão diferentes eram as cidades-estados da Grécia Antiga e o novo [conceito de] Estado que ele estava tentando defender, uma prova de que, bem diferente da sua contraparte grega, este novo governo nunca poderia ser uma democracia [...] (Dunn, 2019, p. 67)<sup>66</sup>.

Da mesma maneira, a política atual dos EUA e dos outros Estados líderes mundiais após a crise de 2008<sup>67</sup>, comprometendo a maior parte dos seus orçamentos públicos para resgatar da falência as riquíssimas financeiras transnacionais, abandonando qualquer noção de 'consolidação fiscal' apenas para garantir a manutenção do *status quo* especulativo globalizado, deixa claro que a preocupação social, se houver, é secundária aos grupos governantes e se constitui meramente num meio para um fim individualista.

Na contradição entre democracia e um suposto "liberalismo"<sup>68</sup>, os EUA e os Estados líderes do capitalismo financeiro globalizado não deixam dúvidas quanto à opção escolhida. Se a práxis da "Democracia Americana"<sup>69</sup>, tanto como modelo político quanto como potência mundial, possuir uma única característica mais marcante, esta seria a concentração de poder entre as grandes corporações internacionais.

---

66 Tradução nossa, do original: "Even though we use the term democracy so differently today, the force of Madison's insistence on the total exclusion of the people in their collective capacity from any share in the American Government still comes as something of a shock. For Madison himself, however, it was the clearest evidence how unlike the democratic city states of classical Greece the new state which he was struggling to defend really was, and the proof that it, unlike them, was not a democracy at all [...]".

67 Vide Capítulo 1, item 1.3 "A democracia no século XXI", p. 25.

68 Vide Capítulo 1, item 1.3 "A democracia no século XXI", p. 26.

69 Vide "Du gouvernement de la démocratie en Amérique" (TOCQUEVILLE, 1848b, p. 42)

# O Poder Corporativo

A percepção de que as grandes corporações e seus agrupamentos possuem uma capacidade privilegiada de influência sobre o Estado remonta já ao fim do século XIX, quando o rápido crescimento tecnológico das indústrias se une ao poder financeiro institucionalizado da época (grandes bancos) para criar um novo paradigma político-econômico ligado "[...] às transformações do sistema capitalista em alguns poucos países do mundo. Essas transformações, geralmente enquadradas na Segunda Revolução Industrial, marcaram o início do capitalismo monopolista e financeiro." (Aquino, 2002, p. 304).

A evolução em complexidade técnica elevou os custos e as exigências para implantação e manutenção das máquinas nas indústrias, demandando assim investimentos crescentes por parte dos seus proprietários, ao mesmo tempo em que o mercado impunha a necessidade de produção a custos cada vez menores, para que se pudesse competir com mercadorias iguais ou equivalentes oriundas de outras empresas. No mundo real, a "mão invisível" de Adam Smith apontava para a direção oposta do "livre mercado", com as grandes empresas inviabilizando o funcionamento das menores devido às vantagens que possuíam em termos de fôlego financeiro, influência no mercado, capacidade de estoque, etc. Surge uma "[...] tendência à concentração de empresas. Os grandes complexos industriais e financeiros predominavam em detrimento das pequenas empresas de tipo individual ou familiar [...]" (Aquino, 2002, p. 305).

As grandes empresas industriais organizaram-se não só pela absorção dos estabelecimentos incapazes de resistir à concorrência e às crises cíclicas como também pela concentração de capitais, pela ação do Estado promovendo integração e pela crescente influência dos bancos sobre as indústrias. O desenvolvimento da concentração capitalista tendeu a limitar a concorrência, mediante combinações diversas. Estas visavam a manter altos os preços e controlar os mercados, com isso assegurando os lucros e, na medida do possível, procurando evitar crises (Aquino, 2002, p. 305).

A concentração das empresas ocorreu em vários níveis e de diversas maneiras diferentes: verticalmente, as empresas maiores se uniam às menores para que, desta forma, uma única empresa pudesse controlar todas as fases da produção, desde a obtenção da matéria-prima até a venda do produto. O objetivo era a redução dos custos de produção através da eliminação de intermediários. Este tipo de união passou a se chamar '*trust*'

quando há a fusão efetiva de várias empresas numa só ou '*holding*' quando uma empresa assume legalmente o controle de outras diferentes. À nível horizontal, empresas diferentes se uniam de maneira extraoficial (algumas vezes secretamente) nos chamados 'cartéis' para controlar os preços de um determinado mercado, mantendo-os altos sem necessidade apenas para garantir maior lucro a todos ou reduzindo-os desproporcionalmente ('*dumping*') para evitar a entrada de novas empresas ou grupos competidores na região que controlavam (Aquino, 2002, p. 306).

A associação do grande capital com os grandes industriais nos países mais ricos daquele tempo criou pequenas elites privilegiadas, altamente agressivas nos seus objetivos exclusivistas na administração dos resultados, com "[...] grande força política, exercida direta ou indiretamente sobre os governos nacionais [...]" (Aquino, 2002, p. 306). A competição entre estes grupos na contínua busca por condições privilegiadas gerou conflitos políticos cada vez mais acirrados em disputas relacionadas com políticas protecionistas e a conquista de novos territórios, até que as desmesuradas ambições de poder do capital se transformaram em crises de proporções mundiais que, por sua vez, terminaram em duas grandes guerras mundiais num intervalo de tempo de apenas vinte e dois anos.

[...] uma crise econômica sem precedentes [1929] que colocou até mesmo os países capitalistas mais poderosos de joelhos e reverteu a expectativa da criação de uma única economia mundial universal, que fora a grande conquista do capitalismo liberal do século XIX. Mesmo os EUA, à salvo de guerras e revoluções, parecia à beira do colapso. E enquanto a economia cambaleava e o fascismo e seus satélites autoritários avançavam, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram do mundo entre 1917 e 1942, exceto apenas por algumas pequenas regiões da Europa e partes da América do Norte e Oceania (Hobsbawm, 1995, p. 18)<sup>70</sup>.

Um dos primeiros trabalhos teóricos tratando da influência das grandes corporações sobre o Estado foi 'O Capital Financeiro', publicado em 1910 por Rudolf Hilferding, teórico econômico marxista que ocupou o cargo de ministro das finanças durante a República de Weimar.

[...] Na Alemanha, portanto, e de maneira levemente diferente nos EUA, as relações dos banqueiros com a indústria foi necessária, desde o início, algo bem distinto do que aconteceu na Inglaterra. Apesar desta diferença ter ocorrido devido ao desen-

---

<sup>70</sup> Tradução nossa, do original: "[...] a world economic crisis of unprecedented depth brought even the strongest capitalist economies to their knees and seemed to reverse the creation of a single universal world economy, which had been so remarkable an achievement of nineteenth century liberal capitalism. Even the USA, safe from war and revolution, seemed close to collapse. While the economy tottered, the institutions of liberal democracy virtually disappeared between 1917 and 1942 from all but a fringe of Europe and parts of North America and Australasia, as fascism and its satellite authoritarian movements and regimes advanced."

volvimento tardio do capitalismo na Alemanha, a proximidade entre os capitais industrial e financeiro se tornou, tanto na Alemanha quanto na América, um elemento importante para o avanço destes países em direção a um nível de organização capitalista mais elevado. A união da política protecionista com o financiamento da indústria através dos bancos produziu, necessariamente, e sob um rápido crescimento industrial, aquela tendência à formação de cartéis que terminou por se realimentar devido à mudança na função das tarifas alfandegárias (Hilferding, 1981, p. 307)<sup>71</sup>.

O Capital Financeiro coloca, de maneira crescente, o controle da produção social nas mãos de um pequeno número de associações capitalistas, separa o gerenciamento da produção dos seus proprietários e distribui a produção pela máxima extensão que o capitalismo permite. Os limites de distribuição da produção capitalista são definidos, inicialmente, pela divisão do mercado mundial nos territórios econômicos nacionais de cada Estado, uma divisão que só pode ser superada, parcialmente e com grande dificuldade, através da formação de cartéis internacionais, o que só faz prolongar as disputas que estes mesmos cartéis e trustes travam entre si com a ajuda dos Estados (Hilferding, 1981, p. 367)<sup>72</sup>.

O poder exercido através de uma estrutura econômica capitalista é, destacadamente, uma das principais, senão a principal, preocupação da maioria dos estudos marxistas. Entretanto, considerações semelhantes sobre a capacidade de influência dos grupos que controlam o capital também podem ser encontradas em autores de linhas teóricas distintas como, por exemplo, no pluralista David Truman ao afirmar que "a posição de favorecimento dos negócios é facilitada por um sistema econômico onde a confiança e as expectativas de lucro dos empresários são consideradas de suma importância para a saúde da economia"<sup>73</sup> (Truman *apud* Luger, 2005, p. 23) ou no conservador Joseph Schumpeter; ao tratar especificamente do imperialismo.

Portanto, encontramos aqui, entre um grupo social [os empreendedores] que possui grande peso político, um forte e inquestionável interesse econômico em coisas como tarifas protecionistas, cartéis, preços monopolizados e exportações forçadas ('dumping'), uma política econômica agressiva e uma política externa geralmente violenta, voltada para a guerra, incluindo guerras de expansão com um caráter tipicamente imperialista (Schumpeter, 1955, p. 85)<sup>74</sup>.

---

71 Tradução nossa, do original: "[...] In Germany, therefore, and in a somewhat different way in the United States, the relation of banks to industry was necessarily, from the outset, quite different from that in England. Although this difference was due to the backward and belated capitalist development of Germany, the close connection between industrial and bank capital nevertheless became, in both Germany and America, an important factor in their advance toward a higher form of capitalist organization. This conjunction of a protective tariff policy with the financing of industry by the banks necessarily produced, in conditions of rapid industrial growth, those tendencies towards cartelization which themselves then created new groups which had a stake in protective tariffs, because the function of the tariff changed."

72 Tradução nossa, do original: "Finance capital puts control over social production increasingly into the hands of a small number of large capitalist associations, separates the management of production from ownership, and socializes production to the extent that this is possible under capitalism. The limits of capitalist socialization are constituted, in the first place, by the division of the world market into national economic territories of individual states, a division which can only be overcome partially and with great difficulty through international cartelization, and which also prolongs the duration of the competitive struggle which the cartels and trusts wage against one another with the aid of state power."

73 Tradução nossa, do original: "the favored position of 'business' is furthered by the existence of an economic system under which businessmen's confidence and expectations of profit are of crucial importance to the health of the economy".

74 Tradução nossa, do original: "Thus we have here, within a social group [the entrepreneurs] that carries great political weight, a strong, undeniable, economic interest in such things as protective tariffs, cartels, monopoly prices, forced exports (dumping), an aggressive economic policy, an aggressive foreign policy generally, and war, including wars of expansion with a typically imperialist character"

Apesar da influência das grandes corporações sobre o Estado se mostrar evidente dentro do contexto histórico e no pensamento de vários autores importantes, é necessário, para podermos falar de poder corporativo, que estabeleçamos uma definição formal de poder coerente com a percepção deste fenômeno social e consistente com os estudos de Ciência Política existentes sobre o tema. Considerando que "A Ciência Política se preocupa em estudar a governança<sup>75</sup> social, ou seja, como as sociedades são organizadas e se transformam. A questão mais básica relacionada com estes aspectos é o poder: quem define a mudança, quem se beneficia com ela e quem não é beneficiado por ela [...]" (Luger, 2005, p. 16)<sup>76</sup>, o que, conseqüentemente, o coloca como um objeto básico de análise dentro do contexto político.

Entretanto, definir "poder" de maneira satisfatória exige que levemos em conta não só a maneira com que as principais linhas de pensamento dentro da ciência política interpretam este fenômeno, mas também as muitas sutilezas e dinâmicas dos mecanismos que controlam ou afetam a política no governo e na sociedade em geral.

Lidar com as questões relacionadas ao poder é particularmente complexo numa democracia liberal onde o sistema político se baseia numa igualdade formal ao mesmo tempo em que o sistema econômico é baseado na desigualdade de [acesso aos] recursos. Apesar dos recursos econômicos claramente representarem uma enorme vantagem política, aqueles com recursos limitados também têm conseguido influenciar as políticas públicas porque o poder em uma esfera não é automaticamente ou completamente transferido para a outra. Portanto, não está previamente definido quem sairá vencedor numa disputa política específica [...] (Luger, 2005, p. 16)<sup>77</sup>.

A posição central ocupada pelo poder em muitos tipos de estudos políticos distintos fez com que surgissem visões múltiplas sobre a sua natureza, como ele se manifestaria e como seria exercido. As correntes de pensamento relacionadas com a ciência política possuem abordagens bastante diversificadas e algumas vezes antagônicas sobre como interpretar e identificar o poder. Dentro das correntes mais amplamente aceitas, dependendo do método e do objeto de análise escolhido, e colocando a questão de maneira bem

<sup>75</sup> Tradução nossa, do original: "Comparar com a definição adotada pelo Banco Mundial: "governança é a maneira como o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais de um país tendo em vista o desenvolvimento. O Banco Mundial identifica três aspectos distintos da governança: (i) a forma do regime político (ii) o processo através do qual a autoridade é exercida no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais para o desenvolvimento e (iii) a capacidade dos governos em projetar, formular e implementar políticas e atribuir funções. O primeiro aspecto é considerado fora do escopo de atuação do banco que tem focado no segundo e terceiro aspectos." (World Bank, 1994, p. xiv).

<sup>76</sup> Tradução nossa, do original: "Political science is concerned with the study of social governance, or how societies are organized and how they change. A corollary to these issues is the question of power: Who in society shapes change, who benefits, and who does not [...]"

<sup>77</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Grappling with the issue of power is particularly complex in a liberal democracy where a political system based on formal equality is coupled with an economic system based on inequality of resources. While economic resources clearly present a tremendous political advantage to their holders, those with limited economic resources have also succeeded in shaping public policy because power held in one sphere is not automatically or completely translated into the other. Thus it is not axiomatic who will be triumphant in any particular political battle [...]"

genérica, o poder poderia ser visto como difuso na sociedade, concentrado no governo ou concentrado somente nas elites.

Nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, os cientistas políticos e sociólogos debatiam sobre o poder a partir de duas posições principais: pluralismo e elitismo. Mais recentemente, entretanto, o neomarxismo e as análises centradas no Estado têm orientado este debate [...] Para os pluralistas, aqueles com recursos econômicos mais significativos não dominam a política; enquanto que, para os elitistas, um número relativamente pequeno de indivíduos capazes de controlar os recursos econômicos da sociedade, e com eles as suas principais instituições, direcionam o curso das transformações [sociais]. Apesar das suas diferenças básicas de abordagem, estas perspectivas assumem um caráter imutável para quem está no poder e, por isso, não conseguem lidar com variações ao longo do tempo [...] Essa incapacidade não significa, entretanto, que não existam padrões diversificados de poder, significa apenas que as variações não têm recebido a atenção adequada dentro dessas interpretações (Luger, 2005, p. 17)<sup>78</sup>.

A abordagem elitista surgiu a partir dos trabalhos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels (Hollanda, 2011, p. 1-6). O desenvolvimento dos estudos destes autores, ocorrido entre o final do século XIX e meados do século XX, acompanhou todo o processo histórico de decadência do liberalismo clássico e o surgimento do capitalismo financeiro, sistema que alimentou as disputas imperialistas no início do século XX e as catástrofes políticas das duas guerras subsequentes, passando pelas crises financeiras que levaram ao autoritarismo e ao fascismo do entre guerras. Não por acaso, a concepção de poder nesta corrente está ligada à centralização excessiva e à noção de grupos privilegiados que definem, sozinhos, o destino do Estado e da população. As ideias destes autores tomam a forma de uma crítica visceral à democracia liberal, identificando-a com um grande simulacro ao denunciarem o abismo conceitual entre a teoria formal e sua práxis.

Essa nova arquitetura política foi objeto da crítica de Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936), autores que constituem o cânone do que se convencionou denominar teoria das elites. Apesar das nuances e até importantes distâncias nas visões políticas desses três pensadores, todos convergem na descrição da democracia liberal como regime utópico cuja rotina institucional não guarda vínculos com sua motivação ideal. Nessa perspectiva, as ideias de soberania popular, igualdade política e sufrágio universal compõem um universo abstrato de discurso, sem sustentação real. Na percepção elitista, todo exercício da política, alheio às suas justificativas formais, está fadado à formação de pequenos grupos que subordinam a maior parte da população (Hollanda, 2011, p. 6).

---

<sup>78</sup> Tradução nossa, do original: "In the first decades after World War II, political scientists and sociologists debated power from two main positions: pluralism and elitism. More recently, neomarxism and state-centered theory have framed much of the debate [...] For pluralists, those with significant economic resources do not dominate politics, while for elitists, a relatively small number of individuals who control society's economic resources, and with them other key social institutions, direct the course of change. Yet, despite this difference, each perspective offers an unchanging description of who holds power that does not adequately account for variations over time [...] This is not to suggest, however, that there are no discernible patterns to power, only that there has been inadequate attention to the variations within broad interpretations."

Ao ser utilizado para analisar fenômenos políticos, o elitismo é muito eficiente em identificar atores privilegiados, aqueles com maior capacidade de influência dentro da sociedade mas, ao mesmo tempo, se mostra bastante limitado por considerá-los como os únicos efetivos detentores do poder, como se fossem uma força inexorável, uniforme em essência e constante ao longo do tempo, da qual não é possível se evadir. Desta maneira, o elitismo despreza uma considerável gama de hipóteses e fenômenos sociais como conflitos internos e externos entre as supostas elites dominantes, os aspectos processuais relacionados ao exercício e manutenção do poder, a influência da opinião pública, etc. Entretanto, a sociologia norte-americana do pós-guerra encontrou no elitismo uma poderosa ferramenta explicativa para os meandros da Guerra Fria relacionados com a expansão internacional corporativa estadunidense.

[...] levando a análise elitista a nível nacional durante os anos 1950, C. Wright Mills afirmava que o poder na sociedade americana estava concentrado em grupos cada vez menores. Longe se vão os dias em que o destino ou o acaso alteravam os desígnios da sociedade. Agora, afirmava Mills, a história acontecia a partir das decisões daqueles que, através das suas [elevadas] posições institucionais, comandavam os recursos sociais. Para Mills, os altos círculos do poder poderiam ser encontrados nos níveis hierárquicos de três instituições-chave: os militares, as grandes corporações e os ramos executivos do governo federal. À frente destes postos de comando, estariam uns poucos milhares de indivíduos capazes de definir a direção das mudanças em nossa sociedade (Luger, 2005, p. 20)<sup>79</sup>.

A teoria elitista do poder fez contribuições notáveis, entre elas se destaca o fato de ter atraído a atenção para um grupo de instituições onde o poder é [efetivamente] exercido na sociedade americana. Entretanto, esta teoria não conseguiu explicar porque as pressões populares são, algumas vezes, bem sucedidas em influenciarem as políticas públicas, e tão pouco foi capaz de analisar a dinâmica dos processos políticos [...] A tendência [geral] de muitos teóricos elitistas tem sido mapear as estruturas de poder para demonstrar a sobreposição das redes de conexão entre as elites, menosprezando, desta forma, a maneira pela qual estas elites utilizam as suas posições de poder (Luger, 2005, p. 20)<sup>80</sup>.

A visão pluralista, aqui considerada através do trabalho de um dos seus maiores expoentes, Robert Dahl, identifica o governo como um dos principais atores políticos mas, no extremo oposto do elitismo, entende que não existe uma posição privilegiada de poder e

---

79 Tradução nossa, do original: "[...] Taking the analysis of elitism to the national level in the 1950s, C. Wright Mills argued that power in American society was being concentrated in increasingly fewer and fewer hands. Gone were the days when fate or blind drift seemed to alter the course of society. Now, Mills argued, history was made by the decisions of those key individuals who, through their institutional positions, commanded the resources of society. For Mills, the higher circles of power could be found in the bureaucratic hierarchies of three key institutions: the military, the large corporation, and the executive branch of the federal government. Sitting atop these command posts of power were a few thousand individuals who were able to shape the direction of change in our society."

80 Tradução nossa, do original: "Power elite theory made several notable contributions, among them attention to the array of institutions through which power in American society is exercised. However, it did not analyze why public pressures were sometimes successful in shaping political outcomes, nor did it scrutinize the dynamics of the policy process [...] the tendency of many elite theorists has been to map power structures by demonstrating the overlapping networks among elites, thereby downplaying how these elites use their positions of power."

que este está difuso entre variadas fontes e sob formas diversas na sociedade. Para Dahl, o poder é entendido como uma relação entre pessoas na qual "[...] A tem poder sobre B na medida em que consegue fazer B realizar algo que B não faria de outra forma [...]" (Dahl, 1957, p. 202)<sup>81</sup> e que poderia ser medido através da probabilidade de B realizar a ação sem a influência de A. Desta maneira, é possível identificar relações de poder em inúmeros momentos da vida social tais como autoridade legal, comércio, prestígio e carisma pessoal, habilidade técnica, etc., até chegarmos à conclusão de que todos possuem algum tipo de poder, por menor que possa ser ou parecer. Além disso, pelo fato das fontes de poder serem muito heterogêneas e diversificadas, não haveria soma significativa destas forças e, portanto, não haveria também atores privilegiados (Dahl, 1957).

Esta definição bem descentralizada de poder ofereceu a Dahl um suporte teórico consistente ao ponto de afirmar que a democracia liberal estadunidense é um sistema pluralista, e que o poder não estaria concentrado numa pequena elite, conforme afirmavam os elitistas, mas sim difuso em meio a uma grande quantidade de grupos distintos que competem o tempo todo entre si. Dahl criou o conceito de "poliarquia" para identificar regimes pluralistas que caminham para uma "democracia perfeita" onde o poder pluralista estaria igualmente distribuído entre todos os indivíduos. Utilizando-se uma lista de características previamente estabelecidas pelo autor, seria possível comparar o regime político de um determinado Estado e a noção de "democracia ideal" por ele criada, obtendo-se assim um valor numérico representativo do quão próximo ou não aquele Estado estaria de um ideal democrático (Dahl, 1971).

Para Dahl, a principal característica de uma democracia é "[...] a contínua responsividade do governo perante às preferências dos seus cidadãos, considerados como politicamente iguais [...]" (Dahl, 1971, p. 1)<sup>82</sup>. Ou seja, a teoria de Dahl, em muitos momentos, funciona como uma legitimação para o procedimento representativo porque considera basilar a distinção entre governo e povo, algo que, em última instância, soa fortemente antagônico ao conceito clássico de democracia.

---

81 Tradução nossa, do original: "[...] A has power over B to the extent that he can get B to do something that B would not otherwise do [...]"

82 Tradução nossa, do original: "I assume that a key characteristic of a democracy is the continuing responsiveness of the government to the preferences of its citizens, considered as political equals [...]"



O trabalho seminal deste autor, refutando a visão de poder e as conclusões elitistas em voga naquele tempo, foi uma pesquisa empírica realizada na cidadezinha de New Haven, um pequeno município que ele extrapola para todos os EUA como exemplo característico da democracia americana.

A principal prova de uma mudança do regime oligárquico para o pluralismo pode ser encontrada nas mudanças das características sociais dos representantes eleitos em New Haven desde 1784 [...] No primeiro período (1784-1842), os cargos públicos eram praticamente uma prerrogativa exclusiva das famílias patricias. [Mas] No segundo período (1842-1900), os novos negociantes e empreendedores assumiram estes cargos. Desde então, os cidadãos comuns, ascendendo da classe trabalhadora ou oriundos de famílias de imigrantes de classe média baixa, têm predominado. Estas mudanças refletem profundas transformações na comunidade, durante as quais importantes fontes para a obtenção de influência foram se fragmentando e se dispersando. A riqueza foi separada da posição social através do crescimento industrial, e os mais ricos ocuparam os cargos públicos. Mais tarde, a popularidade se divorciou tanto da riqueza quanto da posição social devido ao influxo de imigrantes e os cargos públicos foram assumidos pelo cidadão comum, que não possuía nem riqueza e nem posição social mas tinha a vantagem numérica (Dahl, 1961, p. 11)<sup>83</sup>.

Como se pode observar, muitas das limitações associadas a estas duas correntes de pensamento estão relacionadas com seu objeto de análise: enquanto os pluralistas costumam se concentrar nas posições e decisões governamentais para identificar o poder, os elitistas focam nas instituições. Portanto, os primeiros não olham para os mecanismos de poder, apenas para as consequências deles; enquanto os segundos se concentram somente nos atores mais destacados, ignorando todo o resto.

A considerável distância entre as conclusões das teorias elitistas e os pluralistas acontece, em parte, devido a uma diferença fundamental na maneira como cada corrente define o seu objeto de análise. Os estudos sociológicos focam num conjunto de instituições-chave para documentar a existência de uma elite moldando o coletivo. Já os pluralistas, independente da importância atribuída ou não aos grupos de interesse, limitam o foco dos seus estudos sobre poder no exame das decisões governamentais [...] como resultado destas restrições em seu método, os pluralistas ignoram uma vasta gama de decisões e relações fora do âmbito governamental [...] (Luger, 2005, p. 21)<sup>84</sup>.

---

83 Tradução nossa, do original: "The main evidence for the shift from oligarchy to pluralism is found in changes in the social characteristics of elected officials in New Haven since 1784 [...] In the first period (1784-1842), public office was almost the exclusive prerogative of the patrician families. In the second period (1842-1900), the new self-made men of business, the entrepreneurs, took over. Since then, the "ex-plebes" rising out of working-class or lower middle-class families of immigrant origins have predominated. These transformations reflected profound alterations in the community, in the course of which important resources for obtaining influence were fragmented and dispersed. Wealth was separated from social position by the rise of industry, and public office went to the wealthy. Later, popularity was divorced from both wealth and social position by the influx of immigrants, and public office went to the ex-plebes, who lacked wealth and social position but had the advantage of numbers."

84 Tradução nossa, do original: "The long-standing gap between the conclusions of elite theories and pluralists was based, in part, on a pivotal difference in how each defined the subject to be examined. Sociological studies focused on a range of key institutions to document the existence of an elite shaping community life. Pluralist writers, regardless of the importance they placed on interest groups, narrowed the focus of the study of community power to an examination of government decisions [...] As a result of this methodological narrowing, pluralists ignored a wide range of decisions and relations outside of government [...]".

Ainda no que tange ao pluralismo, é importante ressaltar que Dahl e outros autores importantes desta linha interpretativa de poder reviram diversas vezes as suas ideias visando adaptá-las às compreensões mais recentes e acolher críticas oriundas de outras escolas. Neste sentido, e dentro do tema em questão, se destaca o conceito de "dependência do Estado", desenvolvido posteriormente, que coloca as empresas e os empresários como parte intrínseca do Estado e não mais apenas como um grupo de interesse em meio a inúmeros outros.

[...] Charles Lindblom, um dos decanos do pluralismo do Pós-Guerra, surpreendeu o mundo acadêmico em meados dos anos 1970 quando, junto com Robert Dahl, reconsiderou as suas conclusões originais relativas ao poder e o papel das empresas adotando o conceito de dependência do Estado. Hoje, ambos reconhecem as empresas como mais do que um grupo de interesse por terem mais poder do que estes grupos. A percepção central para o novo entendimento de Lindblom sobre poder é a posição privilegiada das empresas dentro das sociedades de mercado. Devido ao fato de que empregos, preços, produtos, crescimento, padrão de vida e segurança econômica de todos estão nas mãos das empresas, ele escreve "o governo não pode ser indiferente à maneira com que as empresas realizam as suas funções [dentro da sociedade]. Recessão, inflação e outros problemas econômicos podem derrubar um governo". Como resultado, os empresários não são apenas representantes de interesses especiais, "Eles aparecem como parte do governo executando funções que o próprio governo considera indispensáveis" [...] (Luger, 2005, p. 24)<sup>85</sup>.

Além destas, uma outra corrente de pensamento em voga, com métodos e abordagens próprias, são as teorias estadocêntricas que assumem que o Estado e a sua burocracia como as únicas e verdadeiras fontes de poder na sociedade. Desta forma, incorrem em limitações semelhantes às correntes anteriores por desprezarem forças sociais distintas e hipóteses explicativas com maior amplitude e capacidade de penetração nos mecanismos sociais de poder.

As teorias centradas no Estado se tornaram moda entre as ciências sociais nos dias de hoje. Rejeitando cada uma das outras teorias como centradas na sociedade, os teóricos desta corrente argumentam que a política pública e os acontecimentos políticos são melhor explicados como resultado das ações dos serviços públicos agindo independentemente das pressões sociais [...] seus defensores se baseiam numa visão truncada da história que não leva em conta as mudanças nas relações entre as classes ou a especificidade das condições econômicas devido, em parte, a uma aceitação acrítica deste tipo de visão (Luger, 2005, p. 17).

---

85 Tradução nossa, do original: "[...] Charles Lindblom, one of the deans of postwar pluralism, created a tremendous stir in the mid-1970s when he, along with Robert Dahl, reconsidered their original conclusions concerning power and the role of business by embracing the notion of state dependence. Today, both acknowledge business to be more than just one of many interests, having a more powerful influence than the designation "interest group" would imply. Central to Lindblom's new understanding of power is the privileged position of business within market societies. Because "jobs, prices, production, growth, the standard of living, and the economic security of everyone" rests in the hands of business, he wrote, "government officials cannot be indifferent to how well business performs its functions. Depressions, inflation, or other economic distress can bring down a government." As a result, businessmen are not mere representatives of special interests. "They appear as functionaries performing functions that government officials regard as indispensable [...]"

A ênfase que a corrente estadocêntrica coloca na história como base para os seus estudos é uma diferença positiva em relação às outras duas escolas já citadas que costumam se ater ao contexto político mais imediato, esteja ele relacionado com a aprovação de políticas públicas ou com o controle de posições-chave no governo. Entretanto, mesmo esta abordagem histórica se mostra excessivamente enviesada devido ao exagerado desprezo de elementos claramente significativos no contexto geral de funcionamento dos processos políticos e da sustentação do governo perante à sociedade. A insistência em assumir uma hipotética independência total do Estado termina por levar a contradições teóricas que comprometem muitas das conclusões apresentadas. O trabalho de dois destacados autores desta linha (Orren, Skowronek, 2004), propondo uma "reconstrução histórica da política" é particularmente esclarecedor neste sentido.

[...] Orren e Skowronek afirmam que o estudo da história é "a base natural para se provar que as instituições têm uma influência independente e formativa na política." O que eles querem dizer com isso é que as instituições [públicas] são independentes das pressões sociais. Eles veem este enfoque como um antídoto para "um longo período em que as forças e processos sociais se constituíram tópicos predominantes nos estudos [políticos]". A estreiteza desta orientação "política" é uma das muitas críticas apresentadas contra as teorias estadocêntricas [...] a afirmação de que os atores estatais podem resolver conflitos através de ações autônomas sugere que Estado e sociedade são entes separados e não há qualquer interrelação entre um e outro [...] (Luger, 2005, p. 30)<sup>86</sup>.

Por fim, a última corrente de pensamento aqui considerada, "O marxismo é hoje um mosaico heterogêneo, muitas vezes conflituoso, de teorias ornamentando uma avaliação compartilhada do passado e presente, projetando esperanças para o futuro [...]" (Gorman, 1985, p. 1)<sup>87</sup>. Mais particularmente, as teorias recentes que buscam ampliar ou adaptar o marxismo, chamadas genericamente de 'neomarxismo', têm muito a dizer sobre a burguesia e o poder, mas sem constituir uma uniformidade de ideias:

Para conseguirem competir de maneira efetiva com suas contrapartes burguesas, os [pensadores] neomarxistas tentaram elaborar filosofias coerentes e consistentes a partir dos escritos de Marx. Este projeto, entretanto, se tornou ainda mais complicado pelo fato de que, rejeitando a filosofia [em favor da ação revolucionária], Marx se utilizou de muitas perspectivas filosóficas incipientes [não devidamente elaboradas] que, tomadas como um todo, apresentam-se como mutuamente exclusivas e

<sup>86</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Orren and Skowronek contend that the study of history is "the natural proving ground for the claim that institutions have an independent and formative influence on politics." By this they mean that institutions are independent of societal pressures. They see their focus as an antidote to "a long season in which social forces and processes were the predominant topics of study." The narrowness of this "political" orientation is one of the many criticisms lodged against state-centered theory [...] the contention that state actors resolve conflict through autonomous actions suggests that the state and society are separate from and independent of each other [...]"

<sup>87</sup> Tradução nossa, do original: "Marxism today is a mosaic of dissimilar, often conflicting theories decorating a shared evaluation of past and present and a hopeful reading of the future [...]"

contraditórias [...] Desta forma, o neomarxistas se viram obrigados a selecionar de Marx uma linha teórica [mais adequada aos seus propósitos específicos] e, a partir dela, tecer uma teoria social revolucionária convincente [...] (Gorman, 1985, p. 4)<sup>88</sup>.

Apesar da diversidade de abordagens oferecidas pela visão neomarxista, observa-se uma tendência à análise estrutural ligada à acumulação de capital (visando manter a economia saudável) e à legitimação de poder (estratégias para obter e manter o apoio público). Desta forma, os neomarxistas demonstram um tipo de preocupação não observada nas outras correntes de pensamento já analisadas: estrutura econômica e variações de poder (Luger, 2005, p. 17). Dentro deste enfoque, o Estado é comumente visto como subserviente às elites capitalistas não por imposição direta mas sim por necessidade de sobrevivência:

Esta posição privilegiada, devemos enfatizar, é vista como uma restrição estrutural atuando sobre os Estados capitalistas. Ao mesmo tempo em que oferece às organizações políticas do capital um acesso privilegiado ao Estado e, em termos gerais, amplia as capacidades organizacionais da classe capitalista, ela não impede que o Estado aja contra as preferências políticas do capital. Também, não significa que cada uma das políticas [públicas] implementadas está vinculada a algum objetivo econômico de curto prazo. O que esta restrição verdadeiramente significa é que a acumulação de capital se torna uma preocupação política básica porque dela depende a estabilidade e prosperidade econômica do Estado [...] (Isaac, 1987, p. 180)<sup>89</sup>.

Podemos observar, a partir desta exposição muitíssimo resumida e simplificada, que as principais correntes de pensamento da ciência política chegaram a conclusões distintas a partir de objetos também distintos de análise: o pluralismo foca na dinâmica dos grupos de interesse tendo em vista a implementação de políticas públicas, o elitismo foca nas instituições para apontar atores preponderantes e o neomarxismo se preocupa com a maneira com que estrutura econômica capitalista viabiliza capacidades de dominação sobre a sociedade ao longo do tempo. Excetuando-se as teorias estadocêntricas, que assumem o poder estatal como independente, todas chegam eventualmente à conclusão de que, em maior ou menor grau, as grandes corporações possuem uma capacidade privilegiada de influência sobre o Estado. É possível, portanto, analisar o poder corporativo pelo menos

---

88 Tradução nossa, do original: "In order to compete effectively with bourgeois alternatives, neo-Marxists have formulated coherent philosophies consistent with Marx's own writings. This project, however, is further complicated by the fact that, while overtly rejecting philosophy altogether, Marx also provided several inchoate philosophical perspectives. Taken together, these are mutually exclusive and contradictory [...] Hence neo-Marxists are forced to select from Marx one theoretical thread and weave a convincing revolutionary social theory [...]".

89 Tradução nossa, do original: "This privileged position, it must be emphasized, is conceived of as a structural constraint upon capitalist states. While it provides the political organizations of capital with privileged access to the state, and in general enhances the organizational capacities of the capitalist class, it does not mean that the state is incapable of acting against the politically expressed preferences of capital. Nor does it mean that every policy pursued by the state is undertaken with an eye toward short-term economic prosperity. It simply, but crucially, means that successful capital accumulation is an essential policy consideration due to the state's dependence on economic prosperity for revenues and stability [...]".

a partir de três compreensões distintas: a dinâmica de comportamento dos grupos de interesse, a primazia das elites financeiras e as mudanças nas condições socioeconômicas de poder.

[...] Assume-se uma base tripla para se tentar entender o poder que combina elementos de diferentes perspectivas. Foca-se na dinâmica das atividades dos grupos de interesse no contexto dos acontecimentos e das estruturas sociais que definem a habilidade dos atores políticos em influenciar as políticas públicas. Desta forma, é possível se manter sensitivo a três tipos diferentes de explicações que os acadêmicos normalmente mantêm separadas: comportamento político (atividade dos grupos de interesse), estrutura social (a dependência do Estado para com as grandes corporação tendo em vista a atividade econômica) e mudanças históricas (variações nas condições socioeconômicas dentro da dinâmica mais ampla da economia política) (Luger, 2005, p. 17)<sup>90</sup>.

Esta soma de variáveis sociais, embora possa parecer um pouco confusa ou heterodoxa num primeiro momento, oferece um poderoso leque de opções teóricas que possibilitam entender com mais profundidade o contexto e as relações causais envolvidas num determinado fenômeno político. Também, é necessário considerar que estes elementos acontecem simultaneamente no mundo real:

[...] apesar de podermos separá-los para efeito de simplificação analítica, o acadêmico deve tentar capturar as interações complexas entre eles. A contingência e os agentes não começam onde a estrutura acaba. Da mesma maneira que não é somente a conjuntura histórica de eventos que define o resultado de uma disputa política. A tarefa dos pesquisadores é explicar como estes fatores interagem e afetam uns aos outros. (Luger, 2005, p. 17)<sup>91</sup>.

Um exemplo interessante que pode ser considerado através desta maneira de se pensar o poder está nas possíveis explicações para o fato de que "[...] as crises econômicas geralmente aumentam a dependência do capital na medida em que os políticos se preocupam cada vez mais com a estabilidade econômica [...]" (Luger, 2005, p. 31)<sup>92</sup>. Diversos caminhos diferentes para uma pesquisa interdisciplinar são possíveis ao levarmos em conta a intensificação de conflitos, tanto políticos quanto sociais, que esta situação acarreta; ou a intensificação das já notáveis conexões entre as elites econômicas e o governo que,

---

90 Tradução nossa, do original: "[...] It presents a three-part framework for understanding power that combines elements from a number of different perspectives. It focuses on the dynamics of interest group activity in the context of the events and social structures that shape the ability of political actors to influence policy outcomes. In this way, it is possible to remain sensitive to three realms of explanation that most scholars usually hold apart: political behavior (interest group activity), social structure (state dependence on large corporations for economic activity), and historical change (variation in socioeconomic conditions within the broader dynamics of the political economy)."

91 Tradução nossa, do original: "[...] While they can be separated for analytical simplicity, scholarship must try to capture the complex interaction among the three. Contingency and agency do not begin where structure ends. Nor does a historical conjunction of events determine the outcome of a particular political battle. The task for researchers is to explain how these factors interact and affect one another".

92 Tradução nossa, do original: "[...] economic downturns generally amplify the state's dependence on capital as the policy makers increasingly worry about economic stability [...]".

por sua vez, tende a ceder cada vez mais às exigências do capital; ou as experiências históricas prévias, particularmente o final do século XIX até meados do século XX, um período pródigo em conflitos estruturais e sociais gerados pelos interesses corporativos e financeiros agindo diretamente sobre o Estado; etc. Neste sentido, é oportuno citar um relato associado a um dos líderes do setor automobilístico nos EUA:

[...] as perdas na indústria automobilística têm reforçado o poder do seu 'lobby' específico [no Congresso]. Em outras palavras, há vantagens políticas em crises econômicas. Jim Johnson, vice-presidente da GM para as relações entre indústria e governo [o 'lobby' nos EUA é considerado uma atividade legal], fez um comentário sobre isto em 1994 ao se aposentar após trinta anos de trabalho como um dos principais articuladores políticos: "Quando há recessão as pessoas ouvem com mais atenção o que nós estamos dizendo porque ficam preocupadas em fazerem coisas que agravem os problemas econômicos. Então, eles ouvem melhor em tempos difíceis" (Luger, 2005, p. 31)<sup>93</sup>.

Esta observação simples, de um experiente lobista no governo dos EUA representando uma das mais poderosas e tradicionais empresas estadunidenses, demonstra a fragilidade das premissas que sustentam as correntes teóricas aqui citadas: a) se as elites fossem onipotentes ou pudessem definir à vontade as políticas de uma democracia liberal, não haveria necessidade dos 'lobbies' existirem; b) no extremo oposto, se não houvesse uma preponderância das grandes empresas perante a agenda pública e o poder fosse efetivamente difuso entre uma grande variedade de atores distintos, os 'lobbies' seriam de muito pouca ou nenhuma utilidade; c) se o Estado fosse independente de pressões externas, os 'lobbies' não teriam efeito; d) se a estrutura capitalista fosse determinante sobre os agentes, não haveria variação significativa na capacidade de influência dos 'lobbies' sobre as políticas públicas.

Estas inconsistências reforçam, mais uma vez, a necessidade de se observar um contexto mais amplo e, mesmo que de maneira ponderada, abandonar posições estáticas preconcebidas e considerar a diversidade das interações possíveis no ambiente social. Além disso, não podemos esquecer que nenhum Estado existe sozinho, e que a dinâmica das relações entre a comunidade internacional também influencia fortemente as políticas públicas internas de cada país.

---

<sup>93</sup> Tradução nossa, do original: "[...] auto industry's economic losses have enhanced its lobbying clout. In other words, there are political advantages to economic downturns. Jim Johnston, GM's vice president of industry-government relations, noted this situation in 1994 on retiring after thirty years as one of the industry's main political liaisons: "When there is a recession, people listen more closely to what we're saying because they are wary about doing things that might keep the recession going. So they listen better in times of trouble."

Uma das mais graves deficiências das teorias existentes sobre o Estado é a tendência que elas têm em se concentrar, por exemplo, na barganha de grupos dentro de uma Nação-Estado (pluralismo), ou nos cidadãos e suas relações com o Estado (democracia liberal), ou na relação entre classes, economia e Estado num país capitalista com ambições imperialistas (marxismo). É importante relacionar o Estado com o contexto das condições e pressões internacionais. Por exemplo, o mundo capitalista foi criado de forma dependente para com um mercado internacional - a 'economia mundial europeia' - que gerou múltiplas interconexões entre Nações-Estado que vão além do controle de qualquer Estado único. O trabalho de [Max] Weber [destacando-se, neste caso, o livro 'Economia e Sociedade'] tem um impacto notável no desenvolvimento de ideias como essas, enfatizando como a natureza do Estado se cristaliza na interseção entre condições e pressões nacionais e internacionais (Held, 1989, p. 46)<sup>94</sup>.

David Held, no seu livro '*Teoria Política e o Estado Moderno*', apresenta uma definição de poder estatal e poder em si bem pertinente em termos políticos e que, de certa forma, leva em consideração, simultaneamente, os elementos aqui considerados: agentes, estrutura e historicidade.

O poder do Estado não é meramente a expressão voluntarista da capacidade de um ator em influenciar a conduta dos outros, e também não é somente um poder estruturado seguindo um viés institucional. Ao contrário, poder é a facilidade dos agentes em agir dentro das instituições e coletividades visando aplicar os recursos destas instituições e coletividades para seus próprios fins, mesmo quando determinados arranjos institucionais limitam a sua ação. Portanto, o poder estatal expressa, ao mesmo tempo, as intenções e propósitos do governo e dos seus agentes (poderiam agir de forma diferente) e os parâmetros definidos pelo contexto institucionalizado das relações entre Estado e sociedade (Held, 1989, p. 74)<sup>95</sup>.

Um último exemplo, também extraído da indústria automobilística norte-americana, ilustra como o dinamismo das interações entre as diversas forças sociais pode gerar resultados totalmente diferentes para atores que, se considerados a partir de parâmetros isolados, teriam comportamentos constantes.

Um rápido exemplo ilustra o diferente impacto que as crises na indústria podem gerar sobre a influência política. Durante o início da década de 1980, quando o setor automobilístico conheceu sua primeira grande crise depois da Segunda Guerra Mundial, registrando prejuízos recordes, foram realizadas uma quantidade significativa de mudanças nas políticas públicas visando auxiliar a sua recuperação.

---

94 Tradução nossa, do original: "[...] One of the most severe deficiencies of existing theories of the state is their tendency to concentrate on, for example, group bargaining within a nation-state (pluralism), or on the citizen and his or her relation to the state (liberal democracy), or on the relation between classes, the economy and the state in a capitalist country albeit with imperialist ambitions (Marxism). It is important to relate 'the state' to the context of international conditions and pressures. For instance, the capitalist world was created in dependence on an international market – the 'European world economy' – which generated multiple interconnections between nation-states that were beyond the control of any one such state (Wallerstein, 1974a). Weber's work has had a notable impact on the development of ideas such as these, emphasizing how the very nature of the state crystallizes at the intersection of international and national conditions and pressures."

95 Tradução nossa, do original: "State power Power is not merely the voluntarist expression of the capacity of an actor to influence the conduct of others, nor is it merely structured power following from institutional bias. Rather, power is the facility of agents to act within institutions and collectivities – to apply the resources of these institutions and collectivities to their own ends, even while institutional arrangements narrow the scope of their activities. Hence, state power expresses at once the intentions and purposes of government and state personnel (they could have acted differently) and the parameters set by the institutionalized context of state-society relations."

[Entretanto,] no início dos anos 1990, quando o mesmo setor sofreu um outro impacto econômico ainda mais grave do que o anterior, as grandes empresas automobilísticas montaram uma campanha de influência política ainda mais intensa mas não obtiveram os resultados desejados. Explicar as diferenças entre estas duas respostas políticas bem distintas exige atenção a um contexto histórico mais amplo da economia política pós-segunda guerra mundial. A primeira grande crise não só foi inédita mas também aconteceu num momento de reestruturação nacional dos fabricantes em resposta às novas forças econômicas globais. Com o fim do "século americano", as políticas de temporização do passado foram reeditadas numa tentativa de se restabelecer o crescimento econômico do setor. A segunda grande crise, bem diferentemente, ocorreu logo após um período de lucros recordes em meados da década de 1980. [Desta forma,] Muitos viram as últimas perdas como autoinfligidas pelo setor [devido a erros comerciais] ou simplesmente como um fenômeno cíclico [tudo voltará ao normal em breve]. Em qualquer um dos casos, as empresas automobilísticas não eram mais merecedoras de uma atenção política especial (Luger, 2005, p. 32)<sup>96</sup>.

A concorrência de diversos fatores distintos para a obtenção de um resultado político pode, em alguns momentos, até mesmo produzir a ilusão pluralista da difusão de poder. Entretanto, devemos considerar, assumindo agora uma perspectiva mais realista, que no mundo da práxis os atores aprendem a se adaptar às contingências conjunturais tendo em vista a consecução dos seus objetivos.

Assim sendo, a tendência das grandes empresas a concentrarem poder dentro do mercado capitalista, fato que pode ser facilmente constatado historicamente através da falência, na prática, dos ideais ligados à escola econômica clássica logo no fim do século XIX (Aquino, 2002, p. 305), nos coloca diante da estratégia das grandes empresas para lidarem com obstáculos multifacetados. Tanto hoje em dia quanto em tempos pretéritos, a formação de grandes conglomerados empresariais é um fenômeno que se realimenta rapidamente na mesma medida em que sua influência cresce de maneira desproporcional, modificando a sociedade ao redor de si para se favorecer e conquistar vantagens cada vez maiores.

A estrutura dos grandes conglomerados de corporações atuais - integradas verticalmente e concentradas horizontalmente - foi desenvolvida por especialistas em negócios não só para ganhar controle sobre mercados mas também para estes grupos

---

96 Tradução nossa, do original: "A brief example will illustrate the different impact that the industry's downturns have had on its political fortunes. During the early 1980s, when the auto industry experienced its first major crisis in the post—World War II era — and record losses — a number of major policy changes were made to aid the industry. In the early 1990s, when the industry experienced another round of losses that dwarfed this earlier episode, industry officials mounted a more elaborate political campaign but achieved far more mixed results. Explaining the differences between these two sets of policy responses to industry losses requires attention to the broader historical context of the post-World War II political economy. The first round of losses was not only unprecedented for the industry but came at a time of nationwide restructuring as manufacturers responded to new global economic forces. With the end of the "American century," the political compromises of the past were reopened in an attempt to restore economic growth. The industry's second crisis, by contrast, followed soon after a period of record profits in the middle to late 1980s. Many saw this later round of losses as either self-inflicted by the automakers themselves or simply as cyclical. Either way, they were less deserving of a major political response."



se protegerem de forças externas. Empresas integradas verticalmente organizam meticulosamente as suas operações para reduzirem as transações de mercado. Empresas concentradas horizontalmente têm a habilidade de controlar o desenvolvimento da tecnologia, de moldar a demanda através do marketing e de manter políticas [vantajosas] de preço mesmo em momentos de baixa nos ciclos comerciais. Conglomerados são capazes de mover recursos entre as suas unidades para usufruírem de benefícios fiscais e políticas comerciais e, assim, se manterem à frente das forças do mercado. Cada um destes arranjos demonstra que, através dos seus mecanismos estratégicos internos, as modernas corporações estão bem distantes da visão original de Adam Smith para produtores econômicos autônomos ou atores competitivos (Luger, 2005, p. 32)<sup>97</sup>.

O resultado destes arranjos são posições privilegiadas de influência que fazem uso de vários recursos diferentes envolvendo a manipulação de agentes, as vantagens estruturais e os contextos históricos locais para manterem a sua primazia diante da sociedade e do mercado. Numa situação limite, com a excessiva acumulação de poder levando a um cenário de impasse comercial mundial, conforme aconteceu na primeira metade do século XX, os grandes atores corporativos podem passar a apoiar a adoção, por parte do Estado, de condutas violentas, fortemente protecionistas, autoritárias e imperialistas, rompendo completamente, desta forma, com o regime de mediação política representado pela democracia liberal.

Atualmente, o poder acumulado por uns poucos conglomerados comerciais mundiais apoiados no sistema financeiro globalizado é inédito na história da humanidade. Este assunto é tratado no capítulo seguinte.

---

<sup>97</sup> Tradução nossa, do original: "The structural form of today's large corporation — a vertically integrated, horizontally concentrated, conglomerate—was developed by business officials not only to gain control over markets but to insulate themselves from external forces. Vertically integrated firms explicitly organize their operations to reduce market transactions. Horizontally concentrated firms have the ability to control the development of technology, to shape demand through advertising, and to maintain pricing policies in the face of downturns in the business cycle. Conglomerates are able to shift resources among their units to take advantage of tax law and trade policies and to stay ahead of market forces. Each of these arrangements shows that with its internal planning mechanisms, the modern corporation is far removed from Adam Smith's view of economic producers as autonomous, competitive actors."

# A GLOBALIZAÇÃO DIGITAL

Para Francis Fukuyama, a queda do muro de Berlim em 1989 e o subsequente fim do bloco soviético de países, encerrando a bipolaridade da Guerra Fria, representava um momento decisivo para a humanidade: "[...] Vamos admitir que, por ora, a democracia liberal derrotou todos os seus rivais e, dentro do horizonte visível, não encontra nenhuma ameaça externa à sua sobrevivência [...]" (Fukuyama, 1992, p. 288)<sup>98</sup>. Mais ainda, esta suposta vitória teria um caráter bem mais profundo no sentido de que as "[...] sociedades liberais seriam, em outras palavras, livres das contradições [internas] que caracterizavam as formas anteriores de organização social e, portanto, traria a dialética histórica a um fim [...]"(Fukuyama, 1992, p. 64)<sup>99</sup>. Em outras palavras, para Fukuyama, a história havia "chegado ao fim" porque a democracia liberal derrotara todos os sistemas ideológicos rivais e não possuía contradições internas, habilitando-se, desta maneira, para assumir soberana e inquestionavelmente o papel de único regime político legítimo existente para a humanidade.

O otimismo ufanista-liberal do autor é um reflexo de sua época. Sem opositores externos ou impedimentos internos que pudessem atrapalhar seu caminho, o mercado capitalista se viu, de repente, livre para controlar todo o mundo, e assim o fez através de uma vigorosa expansão neoliberal apoiada em valores estritamente de mercado e objetivos puramente comerciais, sem preocupações com problemas sociais, ecológicos ou questões éticas financeiras. Mas para os simpatizantes mais exaltados e boa parte dos países ricos ocidentais, todos abrigando uma classe média recém-saída de (mais) um período de crise estrutural capitalista e sob efeito do "keynesianismo privado"<sup>100</sup>, era um momento de júbilo. Com impulso redobrado através das maravilhas tecnológicas, uma nova realidade consubstanciada nas conquistas mais recentes em telecomunicações e informática viajava, implacável, irresistível, através de complexas redes digitais em impulsos óticos

98 Tradução nossa, do original: "[...] But let us grant, for the moment, that liberal democracy has vanquished its foreign rivals and for the foreseeable future faces no serious external threats to its survival [...]"

99 Tradução nossa, do original: "[...] Liberal societies were , in other words , free from the "contradictions" that characterized earlier forms of social organization and would therefore bring the historical dialectic to a close [...]"

100 Vide Capítulo 1, item "1.3 A democracia no século XXI", p. 22.

na velocidade da luz. Finalmente, a ideologia liberal uniria o planeta inteiro num enlace de paz e prosperidade nunca antes visto na história humana. Surgia a chamada "globalização digital".

Na era da "globalização [digital]", os princípios liberais clássicos se tornaram expressões neoliberais de uma "globalização" na qual três processos ocorreriam, simultaneamente, para o bem da humanidade: a liberalização econômica (suposto "livre mercado" [de Adam Smith]), a democratização dos países (poder para o povo) e a universalização cultural (alguns diriam, "americanização" do mundo). Para os neoliberais, a "globalização" se tratava da disseminação benevolente da economia liberal, da política e de processos culturais, instituições e práticas ao redor do mundo (Weber, 2010, p. 109)<sup>101</sup>.

Entretanto, do outro lado do espectro político, o movimento crítico neomarxista tentava se reorganizar em torno das novas questões estruturais recém-surgidas, denunciando crescentes desigualdades, prementes tanto em essência quanto em extensão, e ameaças que se concretizariam, paulatinamente, alguns anos mais tarde. Desprovido de limitações, o capital avançaria com sua ganância insaciável sobre todos os aspectos existenciais deste planeta, desrespeitando estruturas políticas consolidadas, violando qualquer tipo de direito ou expectativa humana, depredando o meio ambiente e impondo a sua exploração consumista e imediatista em todas as direções do horizonte visível. Surgia a "nova ordem global", uma grande distopia imperialista cuja principal característica seria a extrema concentração de poder nas mãos do capital financeiro.

O império está se materializando diante dos nossos olhos. Ao longo das últimas décadas, os regimes coloniais foram derrubados e então, precipitando-se por sobre as barreiras soviéticas ao mundo capitalista, o mercado finalmente desabou. Temos testemunhado uma irresistível e irreversível globalização das trocas econômicas e culturais. Junto com o mercado global e os circuitos globais de produção se ergueu uma ordem global, uma nova lógica e estrutura de poder - resumidamente, uma nova forma de soberania. Império é o sujeito político que efetivamente controla essas trocas globais, o poder soberano que governa o mundo (Hardt; Negri, 2001, p. xi)<sup>102</sup>.

Neste ambiente novo e ainda mal compreendido, onde as ameaças não estão mais concentradas numa única classe ou origem bem definida, mas sim difusas entre forças

---

101 Tradução nossa, do original: "In an era of "globalization," classical liberal principles become neoliberal expressions of "globalization," in which three processes occur simultaneously and for the good of humankind—economic liberalization (like free trade), political democratization (power to the people), and cultural universalization (some would say the "Americanization" of the globe; see Strange, 1996). For neoliberals, "globalization" is about the benevolent spread of liberal economic, political, and cultural processes, institutions, and practices throughout the world.

102 Tradução nossa, do original: "Empire is materializing before our very eyes. Over the past several decades, as colonial regimes were overthrown and then precipitously after the Soviet barriers to the capitalist world market finally collapsed, we have witnessed an irresistible and irreversible globalization of economic and cultural exchanges. Along with the global market and global circuits of production has emerged a global order, a new logic and structure of rule—in short, a new form of sovereignty. Empire is the political subject that effectively regulates these global exchanges, the sovereign power that governs the world."

sociais as mais diversas possíveis, desde os inéditos recursos virtuais até os crescentes conflitos políticos, passando pela avassaladora força adquirida pelo poder financeiro global, o "inimigo" agora assume a forma do conceito de dominação em si, metamorfoseado em praticamente todas as áreas de atuação da sociedade e agindo diuturnamente contra as suas vítimas cada vez mais indefesas, a "multidão" submetida ao grande sistema opressor. Nesta visão caricaturada da sociedade internacional, "[...] império é a materialização - uma manifestação tangível - dos processos globais políticos, sociais e econômicos de exploração humana que oprimem o que os autores chamam de "multidão", um tipo de proletariado pós-moderno e globalizado" (Weber, 2010, p. 133)<sup>103</sup>.

Entre a utopia adesista e a distopia crítica, o otimismo liberal terminou por esvanecer rapidamente logo no início do século XXI, sucumbindo perante acontecimentos crescentemente impactantes, exibidos ao vivo em rede internacional e retransmitidos incontáveis vezes através da Internet, demonstrando que, muito ao contrário do que queriam crer, a história continuava seu curso e que as transformações mais notáveis dificilmente poderiam ser consideradas benevolentes ou alvissareiras.

Do ponto de vista estrutural econômico, o capitalismo financeiro caminhava rapidamente para a sua mais grave crise desde a Grande Depressão de 1929. A ampla substituição do crédito público pelo privado durante a década de 1990 (Streeck, 2011, p. 20-21), aliada ao controle privilegiado de umas poucas agências classificadoras de risco sobre os investimentos em todo mundo (ao mesmo tempo em que estas, por sua vez, visavam somente rendimentos cada vez maiores e mais rápidos), levou a uma quebra sem precedentes no sistema financeiro global. Após esta catástrofe e o descomunal auxílio fornecido ao sistema financeiro privado, utilizando recursos públicos dos governos, a tendência de grandes fusões corporativas aumentou ainda mais, fazendo com que os gigantes transnacionais atingissem proporções inimagináveis poucos anos antes (Brennan, 2017; The Economist, 2019).

Do ponto de vista social, a desigualdade no mundo voltou a atingir níveis recorde, somente comparáveis, mais uma vez, ao período da Grande Depressão. Nos EUA, a

---

103 Tradução nossa, do original: "Empire is the materialization - the tangible actualization - of political, social, and economic global processes of exploitation that repress what Hardt and Negri call "the multitude," a sort of globalized, postmodern proletariat."

concentração de renda entre os 10% mais ricos subiu acima de 45% do PIB no final da década de 1990 e chegou a 50% em meados de 2000, superando a maior marca até então registrada, durante a década de 1920 (Piketty, 2013, p. 52). As consequências desta acumulação descontrolada em termos de redução da qualidade de vida na classe média dos países mais desenvolvidos e no resto do mundo não demoraria a afetar o campo político, não apenas na forma de protestos cada vez mais intensos mas, principalmente, em incentivos crescentes ao radicalismo e intolerância. A frustração acumulada pelas contínuas perdas financeiras se transformou em ferramenta de manipulação de opinião através do populismo: "[...] o problema fundamental para a democracia americana continua sendo o extremismo partidário, este que é alimentado não apenas por diferenças políticas mas por profundos ressentimentos, incluindo as diferenças religiosas e raciais. A grande polarização americana precede o mandato de Trump e, muito provavelmente, continuará após ele." (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 175)<sup>104</sup>.

Do ponto de vista do contexto histórico, os ataques de 11 de setembro de 2001 em território estadunidense (Encyclopedia Britannica, 2019b) deflagraram uma nova fase expansionista militar deste país, agora voltada para o controle das principais reservas de petróleo do mundo, situadas no Oriente Médio, tendo em vista favorecer seus interesses comerciais (Juhasz, 2013; Nafeez, 2014). A invasão do Iraque e várias outras ações unilaterais dos EUA envolvendo operações militares ao redor do planeta foram chamadas de 'Guerra ao Terror' e inauguraram um período de grande belicosidade no cenário internacional, alterando súbita e radicalmente as prioridades dos governos mundiais e redirecionando considerável quantidade de recursos para as áreas de armamento e segurança, incluindo investimentos crescentes no amplo monitoramento da população - para combater os terroristas, afirmam os governantes (Allison, 2017).

---

<sup>104</sup> Tradução nossa, do original: "[...] the fundamental problem facing American democracy remains extreme partisan division—one fueled not just by policy differences but by deeper sources of resentment, including racial and religious differences. America's great polarization preceded the Trump presidency, and it is very likely to endure beyond it."

# Os Oligopólios e a Globalização no Século XXI

A crescente riqueza e poder das grandes corporações - das empresas aéreas aos farmacêuticos e gigantes da tecnologia - tem levantado preocupações sobre uma concentração excessiva e uma quantidade muito grande de poder de mercado nas mãos de poucos. Em particular, nas economias mais avançadas, o poder corporativo em ascensão tem sido considerado culpado por baixos investimentos apesar dos lucros crescentes, decadência no dinamismo dos negócios, baixa produtividade e salários menores.

A ascensão dos gigantes corporativos gera questionamentos sobre se esta tendência continuará e, em caso afirmativo, se algum tipo de reformulação das políticas públicas será necessário para manter uma competição justa e forte durante a Era Digital [...] (Diez; Leigh, 2018)<sup>105</sup>.

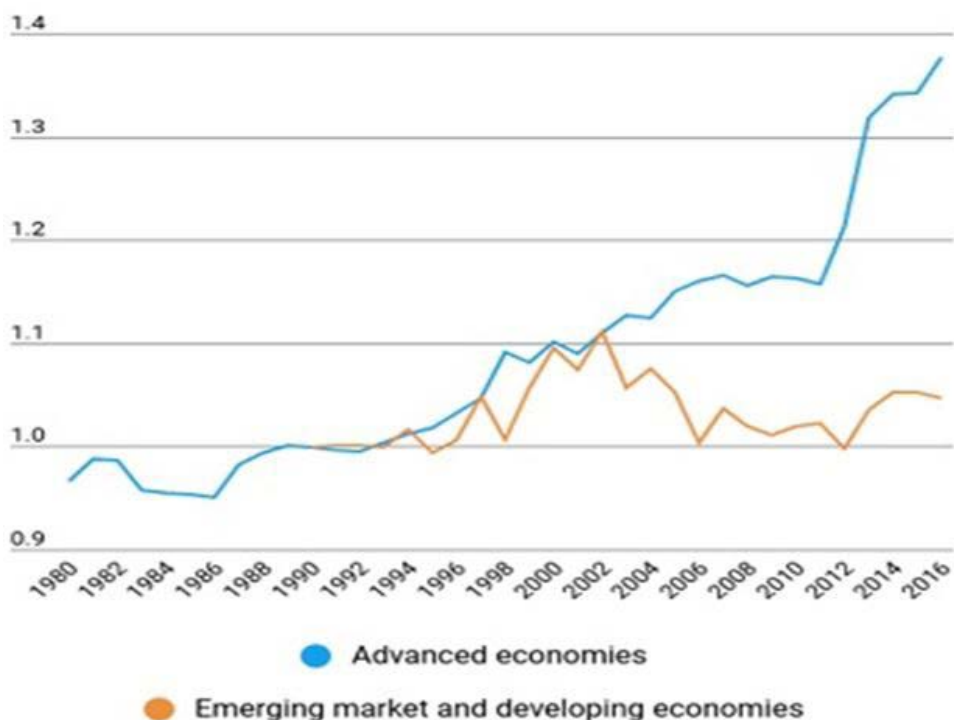
O poder de mercado de uma empresa é geralmente compreendido como uma característica elusiva e dependente de diversos fatores distintos, mas existem alguns índices específicos que são considerados indicadores confiáveis deste tipo de poder. Entre eles, se sobressai o '*markup*' que é, em termos simples, a diferença entre o preço de venda e o custo de uma mercadoria. Em mercados onde existe uma competição acirrada a tendência é que o preço seja reduzido o máximo possível para que se consiga vender o produto, o que gera '*markups*' muito pequenos (preço de venda quase igual ao preço de custo) e, conseqüentemente, lucros muito baixos. Por outro lado, em mercados onde há pouca ou nenhuma competição (oligopólios ou monopólios), a limitação do preço está somente no volume da demanda, ao mesmo tempo em que a oferta do produto pode ser facilmente controlada pelas empresas ou pela empresa que domina aquele mercado. Desta forma, o '*markup*' tende a subir cada vez mais, à medida em que se busca lucros cada vez maiores. Portanto, '*markups*' altos são considerados indicadores de mercados dominados por poucas ou apenas uma empresa (Díez *et al.*, 2018, p. 3-4). O gráfico abaixo, elaborado por uma equipe especializada do FMI em 2018, utiliza dados públicos sobre as principais empresas atuantes em 74 países. Nele, para facilitar a comparação, os valores médios de '*markup*' são apresentados como uma razão em relação ao '*markup*' médio medido em 1990, ao qual foi atribuído o valor 1 (um).

<sup>105</sup> Tradução nossa, do original: "The growing economic wealth and power of big companies — from airlines to pharmaceuticals to high-tech companies — has raised concerns about too much concentration and market power in the hands of too few. In particular, in advanced economies, rising corporate market power has been blamed for low investment despite rising corporate profits, declining business dynamism, weak productivity, and a falling share of income paid to workers.

The rise of corporate giants has raised fresh questions about whether this trend might continue and, if so, whether some rethinking of policy is needed to maintain fair and strong competition in the digital age [...]"

Figura 2 - Crescimento médio dos 'markups' nos mercados desde 1980.

**Market power**  
Markups in advanced economies have been rising since the 1980s.  
(average markups of listed firms in each country income group, index 1990 = 1)



Fonte: Díez et al. 2018.

Podemos observar como a concentração de poder de mercado entre as grandes corporações cresceu rapidamente junto com o surgimento da Era da Informação e, muito mais rápido ainda, logo após a crise de 2008.

A popularização da informática na década de 1990 e o surgimento da Internet comercial em 1996 (O'Reilly, 2005) podem explicar os picos iniciais de 'markup' devido ao surgimento de mercados mais amplos para as empresas, tanto nos países ricos quanto naqueles em desenvolvimento, durante o otimismo da primeira fase da globalização. Entretanto, a força do capital financeiro internacional, ganhando um impulso excepcional em meados de 2000 (vide o item "1.3 democracia no século XXI"), marca a concentração de vários mercados estratégicos em torno de gigantes corporativos sediados nos países ricos, restringindo ou impedindo, desta forma, o acesso de competidores com menor capacidade financeira.

Este *paper* conclui que o poder corporativo de mercado aumentou ao longo de vários segmentos nas economias mais avançadas. Os '*markups*' têm mantido um ritmo consistente de crescimento desde os anos 1980 e aceleraram significativamente desde meados dos anos 2000. A concentração das empresas e os níveis de lucratividade refletem este crescimento nos '*markups*'. Dados oriundos das empresas sugerem que esta tendência tem sido liderada por um grupo relativamente pequeno de corporações '*superstar*' situadas no topo das cadeias de distribuição e que têm se mostrado capazes de extrair altos '*markups*' [...] Nós deixamos a exploração das causas deste aumento no poder de mercado para um trabalho futuro. Nos casos em que as barreiras de entrada estão motivando o incremento no poder de mercado, e onde este poder tem sido usado para controlar estoques ou implementar políticas predatórias de preço, a adoção de políticas antitruste poderia se mostrar de grande valia. Ao mesmo tempo, a formação de redes, a restrição de informações estratégicas e o significativo crescimento nos retornos podem indicar a existência de oligopólios em determinadas indústrias (Díez *et al.*, 2018, p. 16)<sup>106</sup>.

Segundo a definição mais usual em Economia, oligopólio é uma estrutura de organização de mercado na qual uma pequena quantidade de empresas interdependentes competem (Hubbard; O'Brien, 2017, p. 358). Trata-se de uma situação bastante vantajosa para estas poucas empresas (e extremamente indesejável para os consumidores e possíveis concorrentes) porque, sem a regulação de mercado imposta pela concorrência, estas empresas não encontram restrições para definir a margem de lucro sobre os produtos comercializados ou controlar a oferta dos estoques e, desta forma, podem manter os preços de venda no maior patamar possível. Uma das principais características dos oligopólios são as barreiras de entrada, ou seja, os consideráveis obstáculos que estas empresas impõem a qualquer concorrente que ambicione este mercado. As barreiras de entrada são de três tipos: a) escalabilidade, quando os custos de produção caem em função do aumento na quantidade de mercadorias vendidas; b) controle de insumos, quando o oligopólio controla o acesso a determinados insumos-chave necessários à produção da mercadoria; c) protecionismo, quando o oligopólio consegue convencer o governo a criar leis impedindo ou limitando o acesso ao mercado (Hubbard; O'Brien, 2017, p. 370-373).

Uma maneira comumente utilizada para se identificar oligopólios é a taxa de concentração de mercado das quatro maiores empresas. Quando a porcentagem de controle de mercado destas empresas é maior do que 40%, costuma-se considerá-lo um

106 Tradução nossa, do original: "This paper concludes that corporate market power has increased across a range of industries in advanced economies. Markups have been rising steadily since the 1980s, and at an accelerated pace since the mid-2000s. Measures of firm-level profitability and industry concentration have mirrored this increase in markups. Corporate level data suggest that these trends have been driven by a relatively small number of "superstar" firms in the upper tail of the distribution that are able to extract increasingly large markups [...] We leave an exploration of the causes of rising market power for future work. In cases where barriers to entry are driving the increase in market power, and where that power is being used to, restrict supply, or engage in predatory pricing, antitrust policies could play important roles. At the same time, rising network and information externalities and increasing returns to scale may justify the existence of an oligopolistic structure in certain industries."



oligopólio. Apesar de possuir algumas falhas por não levar em conta possíveis competições internas entre as empresas e os efeitos do comércio internacional sobre os mercados em questão, este índice é adotado pelo governo estadunidense nas análises de concorrência interna (Hubbard; O'Brien, 2017, p. 370-371).

**Quadro 1 - Concentração de mercado em alguns setores nos EUA, valores de 2007.**

Retail Trade		Manufacturing	
Industry	Four-Firm Concentration Ratio	Industry	Four-Firm Concentration Ratio
Discount department stores (Walmart and Target)	97%	Cigarettes (Phillip Morris and R.J. Reynolds)	98%
Warehouse clubs and supercenters (Sam's Club and BJ's Wholesale Club)	94%	Beer (Anheuser-Busch and MillerCoors)	90%
College bookstores (Barnes & Noble and Follett)	75%	Computers (Hewlett-Packard and Dell)	87%
Hobby, toy, and game stores (Toys "R" Us and Michael's)	72%	Aircraft (Boeing and Lockheed Martin)	81%
Radio, television, and other electronic stores (Best Buy and Apple)	70%	Breakfast cereal (Kellogg's and General Mills)	80%
Athletic footwear stores (Footlocker and Champs)	68%	Dog and cat food (Mars and Procter & Gamble)	71%
Pharmacies and drugstores (Walgreens and CVS Caremark)	63%	Automobiles (General Motors and Ford)	68%

**Fonte: Hubbard; O'Brien, 2017, p. 370.**

Dependendo da sua amplitude de ação e do setor onde operam, os oligopólios podem proporcionar às empresas altíssima lucratividade e uma superioridade financeira considerável diante de possíveis concorrentes, além de significativa capacidade de influência sobre a sociedade em geral. Tal qual aconteceu no início do século XX, devido à fraca regulamentação estatal e a crescente penetração dos industriais nos governos dos países então líderes da Revolução Industrial (Aquino, 2002, p. 305), as recentes políticas neoliberais de desregulamentação, implementadas nos EUA a partir da década de 1980, fortaleceram as empresas mais bem posicionadas em diversos segmentos do mercado que, desta forma, acabaram se transformando em oligopólios.

Desde o início dos anos 1980, uma crescente concentração de poder nas mãos de poucas corporações se tornou realidade em muitos setores da economia americana - um fenômeno que se espalhou por quase todas as nações ricas e países em desenvolvimento ao redor do mundo-. Setores anteriormente competitivos foram transformados em oligopólios controlados por gigantescas corporações. Fusões, aquisições e apropriações impulsionadas pela desregulamentação e crescente importância do capital financeiro, geraram uma consolidação sem precedentes de grandes corporações em quase todos os setores da economia. Apesar das políticas neoliberais predominarem, e do fato de que os ideólogos neoliberais geralmente assumem que a desregulamentação leva ao aumento da concorrência, na verdade, o que ocorreu foi exatamente o contrário (Suarez-Villa, 2015, p. 11)<sup>107</sup>.

Os exemplos de concentração de poder em poucas corporações, desvirtuando flagrantemente os princípios básicos de boa saúde econômica, são fartos e se estendem por todos os setores da atividade econômica nos EUA e na maioria dos países, incluindo o mercado internacional. Um primeiro exemplo significativo está entre os lojistas:

No comércio varejista, a concentração de mercado nas quatro maiores corporações americanas ligadas ao ramo de informática cresceu de 26% em 1992 para quase 75% em 2007. Já no comércio atacadista, a concentração subiu de 50% para mais de 73% durante o mesmo período [...] (Suarez-Villa, 2015, p. 11)<sup>108</sup>.

No ensino superior, setor básico para o desenvolvimento da sociedade, a substituição das universidades públicas por privadas nos EUA é liderada por seis grandes empresas onde está matriculada a maioria dos estudantes americanos. Operando prioritariamente através do ensino à distância, estas instituições alcançam margens de lucro que chegam a 40%, porcentagem superior à boa parte dos negócios considerados mais rentáveis. Além disso, são investimentos com risco muito baixo porque "[...] financiamentos públicos - na forma de empréstimos garantidos pelo Estado - representam quase todo o faturamento destas empresas, no que se constitui um novo tipo de 'welfare state' corporativo sustentado pelo contribuinte" (Suarez-Villa, 2015, p. 13)<sup>109</sup>.

A saúde pública oferece outro exemplo sobre como os oligopólios alcançaram setores-chave da sociedade estadunidense e da economia. Um oligopólio de empresas hospitalares vem se formando já há tempos entre as grandes corporações [...] abrangendo dois terços de todos os serviços hospitalares nos EUA. Em compara-

---

107 Tradução nossa, do original: "Since the early 1980s, a rising concentration of power in the hands of a few corporations became a reality in most sectors of the American economy—a phenomenon that spread to almost every rich nation and many developing nations around the world. Sectors that were previously competitive were taken over by oligopolistic corporate behemoths. Mergers, acquisitions, and takeovers, fueled by deregulation and the growing importance of finance capital, generated an unprecedented consolidation of corporate firms in most every economic sector. Despite the predominance of neoliberal policies, and the fact that neoliberal ideologues typically assumed that deregulation would lead to greater competition, the opposite actually occurred."

108 Tradução nossa, do original: "In retail commerce, for example, concentration in the four largest American corporations engaged in computer-related sales increased from barely 26 percent in 1992, to almost 75 percent by 2007. In the case of general merchandise stores, concentration increased from less than 50 percent to over 73 percent during the same period [...]."

109 Tradução nossa, do original: "[...] Federal funds—in the form of government-guaranteed student loans—account for almost all of their revenue, in what amounts to a new type of taxpayer-supported corporate welfare."

ção, no final dos anos 1970, as grandes corporações controlavam pouco mais de um quarto de todos os hospitais. Diretamente relacionada com esta tendência está a ausência de dados sobre a qualidade dos serviços e as políticas de preço impostas aos pacientes [...] (Suarez-Villa, 2015, p. 16)<sup>110</sup>.

No setor bancário, o nível de concentração de empresas e recursos financeiros é dramático: a desregulamentação possibilitou que os bancos de varejo nos EUA fossem reduzidos de vinte para apenas quatro entre 1982 e 2009, com comportamento semelhante sendo observado entre os bancos de investimento. Em 1995, os seis maiores '*holdings*' bancários dos EUA representavam 17% do PIB estadunidense, em 2006 a porcentagem subiu para 55% e, em 2010, chegou a 64% do PIB (Suarez-Villa, 2015, p. 12).

Um dos exemplos mais eloquentes do poder e capacidade destrutiva deste tipo de associação entre grupos financeiros pode ser encontrado no mercado internacional durante a crise de 2008.

As principais agências de classificação de crédito do mundo são três apenas e todas estadunidenses, *Standard & Poor's (S&P)*, *Moody's* e *Fitch Group*, normalmente identificadas como 'as três grandes' elas "[...] detêm cerca de 95% do mercado mundial e possuem um status especial definido por lei - primeiro somente nos EUA e depois na Europa também -. 'As classificações das 'três grandes' foram declaradas como referência obrigatória para as empresas europeias no mercado estadunidense', explicou Thomas Straubhaar, diretor do Instituto Internacional de Economia de Hamburgo [...]" (Rönsberg, 2011)<sup>111</sup>. Após a grande quebra mundial de 2008, ocorrida devido a erros de avaliação financeira para ativos de risco, o governo dos EUA divulgou as conclusões de uma comissão especial de inquérito, onde constava:

**Nós concluímos que as falhas nas agências de classificação de crédito foram engrenagens essenciais para o mecanismo de destruição financeira.** As três agências de classificação de crédito foram os principais facilitadores da crise financeira. Os ativos associados com as hipotecas que estão no centro da crise não poderiam ter sido comercializados e vendidos sem o selo de aprovação destas agências. Os investidores confiaram nelas e quase sempre de maneira cega. Em alguns casos, eram obrigados a utilizá-las ou os padrões regulatórios de capital dependiam

---

110 Tradução nossa, do original: "Health care provides another example of how oligopoly capitalism has reached into key sectors of American society and the economy. A hospital oligopoly has long been emerging, with very large corporations [...] controlling almost two-thirds of all hospital services in the United States. In contrast, during the late 1970s large corporations controlled little more than one-quarter of all hospitals. Related to this oligopolization trend is the lack of disclosure on hospital performance and pricing practices to the public [...]"

111 Tradução nossa, do original: "The three major rating agencies hold a collective market share of roughly 95 percent. Their special status has been cemented by law - at first only in the US, but then in Europe as well. "The ratings from the big three were declared mandatory for European firms active in the US market," Thomas Straubhaar, the director of the Hamburg Institute of International Economics told Deutsche Welle."

deles. Esta crise não poderia ter acontecido sem estas agências de classificação. Suas classificações ajudaram o mercado a inflar e seus rebaixamentos entre 2007 e 2008 geraram pânico entre mercados e empresas (US Government, 2011, p. XXV, grifo do autor)<sup>112</sup>.

Neste mesmo relatório constam as seguintes considerações sobre o mercado financeiro nos EUA:

De 1978 a 2007, a quantidade de débito controlada pelo setor financeiro subiu de U\$ 3 trilhões para U\$ 36 trilhões, mais do que o dobro do PIB estadunidense. O enquadramento de muitas empresas de 'Wall Street' mudou de parcerias privadas, relativamente estáveis, para empresas de capital aberto, assumindo riscos cada vez maiores e mais diversificados. Em 2005, os 10 maiores bancos comerciais dos EUA possuíam 55% dos ativos do setor produtivo, mais do que o dobro do percentual em 1990. Às vésperas da crise, em 2006, os lucros do setor financeiro constituíam 27% de todo lucro corporativo nos EUA, enquanto representavam apenas 15% em 1980 [...] (US Government, 2011, p. XVII)<sup>113</sup>.

A partir destes montantes financeiros é possível deduzir que o poder de influência das 'três grandes' não diminuiria após a crise de 2008. E, de fato, em 2011 elas já estavam influenciando diretamente a maneira com que a União Europeia tratava a crise interna de alguns de seus países, o que levou a mais um comentário do então diretor do Instituto Internacional de Economia de Hamburgo: "Não podemos ter companhias privadas, cujo objetivo primeiro é maximizar o lucro, agindo como juízes soberanos e emitindo opiniões que afetam a terceiros desinteressados" (Rönsberg, 2011)<sup>114</sup>.

Neste mesmo sentido, o nível de concentração de poder e capacidade de influência das grandes corporações que controlam os setores mais importantes para a globalização digital - *hardware*, *software* e telecomunicações - é comparável somente ao do setor financeiro.

No setor de fabricação de microprocessadores, o mais básico e estratégico de toda a indústria computacional, somente duas grandes transnacionais controlam praticamente

---

112 Tradução nossa, do original: "**We conclude the failures of credit rating agencies were essential cogs in the wheel of financial destruction. The three credit rating agencies were key enablers of the financial meltdown. The mortgage-related securities at the heart of the crisis could not have been marketed and sold without their seal of approval. Investors relied on them, often blindly. In some cases, they were obligated to use them, or regulatory capital standards were hinged on them. This crisis could not have happened without the rating agencies. Their ratings helped the market soar and their downgrades through 2007 and 2008 wreaked havoc across markets and firms.**"

113 Tradução nossa, do original: "**From 1978 to 2007, the amount of debt held by the financial sector soared from \$3 trillion to \$36 trillion, more than doubling as a share of gross domestic product. The very nature of many Wall Street firms changed—from relatively staid private partnerships to publicly traded corporations taking greater and more diverse kinds of risks. By 2005, the 10 largest U.S. commercial banks held 55% of the industry's assets, more than double the level held in 1990. On the eve of the crisis in 2006, financial sector profits constituted 27% of all corporate profits in the United States, up from 15% in 1980 [...].**"

114 Tradução nossa, do original: "**'We can't have private companies, whose primary goal is maximizing profit, behaving like sovereign judges passing down opinions that are binding for disinterested third parties', Straubhaar said.**"

todo o mercado internacional: Intel e AMD. Qualquer pessoa ou empresa que usa um microcomputador no mundo (compatível com o padrão IBM PC<sup>115</sup>), é inevitavelmente cliente de uma destas duas corporações (Suarez-Villa, 2015, 290), fato que oferece uma clara percepção do poder que elas têm não só em termos de controle do setor mas também no que se refere à capacidade de monitoramento de usuários e invasão de privacidade.

No que tange às telecomunicações, setor responsável pela transmissão de dados digitais através de equipamentos físicos de altíssimo custo interligando todo o planeta (o setor que possibilita a existência da Internet), há um pequeno grupo de apenas cinco gigantes internacionais dominando este mercado (Statista, 2019a) cuja tendência, vale acrescentar, continua seguindo em direção a uma concentração ainda maior de empresas (Ponciano, 2018). Isto significa que estas megacorporações controlam a maior parte do tráfego mundial de dados (Caida, 2019), incluindo quase todas as informações que circulam pela Internet, e que continuam usando este enorme poder acumulado para adquirir as empresas concorrentes menores restantes ou pertencentes a setores próximos. Nos EUA, centro da internet mundial para a parte do mundo que não está sob influência direta do governo chinês, cerca de 70% do mercado de telecomunicações está nas mãos de apenas duas empresas, AT&T e Verizon (Statista, 2019b), respectivamente a primeira e segunda maiores do mundo no setor segundo a lista da Forbes de 2018 (Ponciano, 2018).

Para que se possa entender o poder e as implicações deste oligopólio na transmissão de dados, é preciso explicar que o termo metafórico "nuvem", muito utilizado em informática (o arquivo está "na nuvem"), se refere a uma gigantesca estrutura de computadores de alto desempenho operando interligada através de milhares de quilômetros de cabos óticos. Praticamente todos os dados que circulam na internet (99%) trafegam por estes computadores e cabos que são instalados e mantidos pelas empresas de telecomunicações (Main, 2015). Portanto, qualquer informação que o usuário doméstico acesse ou transfira via Internet, necessariamente passará por esta infraestrutura que, desta forma, pode não só "ver" o que está sendo transmitido como também bloquear ou restringir conteúdos que não lhe sejam convenientes.

---

<sup>115</sup> Vide *Encyclopaedia Britannica. Personal Computer*. Acessível em < <https://www.britannica.com/technology/personal-computer#ref61213> > Acesso em 2 jan. 2020.

Este é o problema associado ao tão propalado "fim da neutralidade na rede", ou seja, o fim do impedimento legal, aprovado pelo governo Trump, para que as empresas de telecomunicações interfiram no conteúdo que elas mesmas transmitem (Kang, 2017). As deletérias consequências deste ato vão muito além do que o cidadão comum poderia, num primeiro momento, imaginar.

[...] não há, em princípio, limites para o que uma AT&T conseguiria controlar na rede. À medida em que os ISPs [Provedores de Internet] expandem sua atuação para além das funções mais básicas [de manutenção da rede], a AT&T [e outros grandes provedores] pode impedir toda e qualquer competição numa crescente gama de serviços oferecidos pela [transmissão em] banda larga. A consequência deste controle exacerbado será a ausência de competição efetiva entre os provedores de banda larga. Os serviços disponíveis aos usuários de banda larga serão determinados pelos provedores controlados pela companhia local de cabeamento de internet. (Lemley; Lessig, 2001, p. 23)<sup>116</sup>.

Dominar um mercado que fornece insumos ou recursos imprescindíveis ao funcionamento de outras empresas não é algo novo, mas se trata de uma das estratégias mais eficientes conhecidas para se concentrar ainda mais poder do que já se tem.

[...] Quando John D. Rockefeller ainda era dono da *Standard Oil* [primeiro caso de monopólio quebrado pela justiça dos EUA em 1910<sup>117,118</sup>], uma das suas táticas mais bem sucedidas era obrigar as ferrovias que dependiam do negócio dele a lhe concederem tarifas especiais e sufocar os negócios dos seus concorrentes. O caso recente mais famoso deste tipo de estratégia foi o esforço da Microsoft para valorizar o seu Sistema Operacional [Windows] incluindo um *browser* próprio [Internet Explorer] nele [e, desta forma, tirar do mercado o principal *browser* da época, o Netscape]. Outro exemplo ainda em andamento no setor de telecomunicações é a tentativa da AT&T e Comcast em controlar o conteúdo de Internet que passa através das suas redes (Lynn, 2010, p. 20).

AT&T e Verizon, líderes do mercado de telecomunicações estadunidense e mundial, seja através da eliminação ou aquisição de quase todos os seus concorrentes, seja adotando uma política cartelizada de preços bem acima do mercado, oferecem mais um bom exemplo sobre como as políticas neoliberais de desregulação geram resultados contrários àqueles que seus entusiastas esperam. Neste aspecto, é oportuno acrescentar

---

116 Tradução nossa, do original: "[...] there is in principle no limit to what AT&T could bundle into its control of the network. As ISPs expand beyond the functions they have traditionally performed, AT&T may be in a position to foreclose all competition in an increasing range of services provided over broadband lines. The consequence of this bundling will be that there will be no effective competition among ISPs serving residential broadband cable. The range of services available to broadband cable users will be determined by the "captive" ISPs owned by each local cable company."

117 Tradução nossa, do original: "[...] When John D. Rockefeller was rolling up *Standard Oil*, one of his more successful tactics was to force the railroads that depended on his business to grant him special rates or to choke off the business of his competitors. The most famous modern version of this tactic was Microsoft's effort to leverage its control of operating systems into control of Internet browsers. An ongoing example of this tactic is the effort by telecommunications and cable companies like AT&T and Comcast to exercise power over the programming and Internet content passing through their networks."

118 Library of Congress. U.S. Reports: *Standard Oil Co. v. United States*, 221 U.S. 1 (1910). Disponível em < <https://www.loc.gov/item/usrep221001/> > Acesso em 4 jan. 2020.

que a AT&T é o 13o maior doador para campanhas políticas (de ambos os partidos republicano e democrata), totalizando US\$84 milhões declarados no período de 1989 a 2019 (TCRP, 2019).

[...] a desregulamentação [das telecomunicações] permitiu que a AT&T formasse um poderosíssimo oligopólio aumentando seus preços à vontade. As taxas para o serviço telefônico básico, mais usado pelos trabalhadores e a população menos favorecida, subiram rapidamente ultrapassando bastante a inflação. Os valores dos outros serviços também aumentaram muito. As tarifas para assistência telefônica, por exemplo, deram um salto de 226% nos três primeiros anos após a desregulamentação, ao mesmo tempo em que a taxa para manter um número fora da lista subiu 614%. Mas a AT&T não estava sozinha na sua política de preços. A outra empresa oligopolista deste setor surgida após a desregulamentação, a Verizon, aumentou seus preços junto com a AT&T estabelecendo assim uma política de "siga o líder" para este mercado (Suarez-Villa, 2015, p. 40)<sup>119</sup>.

Finalmente, no setor de software, ou seja, no desenvolvimento dos programas de computador que proporcionam aos usuários a funcionalidade final encontrada na Internet (mecanismos de busca, redes sociais, sites, blogs, jornais, etc.) e que operam apoiados nos níveis anteriores (microprocessadores permitindo o funcionamento dos computadores pessoais e telecomunicações permitindo a conexão entre os computadores), encontramos um nível de concentração de empresas ainda mais intenso gerando a uma capacidade de influência nunca antes vista na história da humanidade.

Olhando para além dos provedores de serviço, a própria Internet se transformou num ninho para a criação de oligopólios. Somente uma corporação, Google, controla quase três quartos dos mecanismos de busca e continua aumentando seu poder. Outras grandes corporações relacionadas com a Internet, como Intel, Microsoft, Amazon, Cisco, Facebook e eBay, têm um considerável poder de oligopólio sobre suas áreas específicas de atuação e estão posicionadas para se expandirem ainda mais [...] o poder destas empresas e a convergência que está em andamento nos serviços de comércio, telecomunicações e entretenimento, representam sérias ameaças à privacidade individual. Os dados pessoais [dos usuários] têm sido coletados e processados por estas corporações numa extensão sem precedentes, tornando possível espionar transações [comerciais] individuais, preferências pessoais e mensagens privadas para encontrar maneiras de se lucrar através delas (Suarez-Villa, 2015, p. 40)<sup>120</sup>.

---

119 Tradução nossa, do original: "[...] Through the deregulation dynamic, AT&T became an extremely powerful oligopolist, raising prices at will. Its rates for basic telephone service—the one most commonly used by working people and the poor—went up considerably, far outpacing inflation. Charges for other services also increased substantially—fees for direct telephone assistance, for example, went up by 226 percent over the three years following AT&T's deregulation, while charges for keeping a telephone number unlisted went up by 614 percent. AT&T was not alone in pursuing this strategy, however. Another telephone oligopolist that emerged after deregulation—Verizon—followed AT&T's practices in what became a follow-the-leader mode of price fixing."

120 Tradução nossa, do original: "Looking beyond service provision, the Internet itself has become a medium for oligopoly creation. One corporation—Google—controls almost three-quarters of the search engine sector, and seems set to increase its power. Large Internet-related corporations—such as Intel, Microsoft, Amazon, Cisco, Facebook, and eBay—have substantial oligopolistic power over specific sectors and are set to expand their control to related service niches [...] power of these corporations, and the ongoing convergence of Internet-based commerce, telecommunications, and entertainment, also pose serious threats to individual privacy. Personal data are being collected and mined by these corporations to an unprecedented extent, making it possible to spy on individuals' transactions, preferences, and communications in order to find ways to profit from them."

Constituindo-se na principal ferramenta da globalização desde o final do século XX, a Internet se transformou no paroxismo da enorme concentração de poder que este processo tem representado para as grandes corporações transnacionais. Não só por viabilizar maneiras mais rápidas e eficientes de se conduzir negócios internacionais e regionais, mas também por eliminar barreiras relacionadas com a localização geográfica e logística de acesso aos consumidores, as grandes empresas oligopolistas encontraram na Internet o espaço de consolidação global para sua superioridade comercial.

O fato óbvio é que o comércio na Internet tende a se transformar num quase-monopólio ainda mais rápido do que no mundo real. Exatamente pelo fato de que a Internet elimina a "tirania" da localização, ela remove a maioria dos obstáculos físicos à centralização como, por exemplo, o preço dos imóveis comerciais. O resultado é uma consolidação [agrupamento de empresas] além de qualquer coisa que já tenhamos visto no mundo físico, ocorrendo geralmente na forma de uma única entidade superdominante (Netflix, Amazon, iTunes, etc.) que tende a usufruir de vantagens reais de custo sobre seus concorrentes no mundo físico (Lynn, 2010, p. 54)<sup>121</sup>.

A pervasividade e ubiquidade dos recursos computacionais contemporâneos aliados às novas tecnologias de telecomunicações permitiu ao grande capital vantagens inéditas em termos de poder se comparados com os recursos disponíveis nos períodos históricos anteriores e, desta forma, não só viabilizou uma nova forma de globalização comercial mais intensa e profunda, como também ofereceu fôlego renovado às contradições inerentes à democracia liberal após a crise de 2008, através da suposta criação de um modelo de negócios virtual "mais justo" e "mais humano". A esperança do mundo agora estaria na conexão global e nos enormes bancos de dados das empresas da '*Big Tech*'.

[...] a expansão da '*Big Tech*' foi facilitada pelas crescentes aspirações das elites globais no sentido de o setor de tecnologia não só conseguir tirar a economia mundial da crise – o que explica por que o imenso crescimento desse setor responde pela maior parte do crescimento nas atuais bolsas de valores –, como também garantir uma transição suave para um modelo econômico muito diferente, desprovido das características parasitárias e rentistas que se notam no atual clima econômico. Em outras palavras, a ascensão da '*Big Tech*' não é vista como sintoma da crise econômica mundial, do enfraquecimento das leis antimonopolistas ou da privatização do bem-estar e outras funções do Estado. Em vez disso, ela aparece principalmente como uma solução para todos esses problemas – e, na mais ambiciosa dessas visões, como garantia de que um novo compromisso político e econômico – uma espécie de *New Deal* – seja firmado (Morozov, 2018, p. 135).

Chamada de 'Quarta Revolução Industrial', 'Globalização 4.0' ou apenas 'Globalização Digital' (Lund; Tyson, 2018) - numa tentativa de recuperar um pouco do

121 Tradução nossa, do original: "The obvious fact is that commerce on the Internet tends to collapse into near monopoly even faster than commerce in the real world. Precisely because the Internet eliminates the "tyranny" of locality, it eliminates most of the physical obstacles to centralization, such as the price of real estate. The result is consolidation beyond anything we have ever seen in the physical world, often in the form of a single superdominant entity — Netflix, Amazon, iTunes — that also tends to enjoy real cost advantages over real - world rivals."



otimismo que acompanhou o surgimento da Internet comercial, nos anos 2000 (O'Reilly, 2005) -, esta visão benfazeja da "revolução tecnológica", aliada à coleta e monitoração intensiva de dados individuais e às estratégias on-line de formação e manipulação de opinião que se utilizam de distorções, técnicas de desinformação e "teorias" excêntricas em meio a sofisticados recursos de inteligência artificial, ganhou fôlego redobrado após a crise de 2008. O grande capital financeiro internacional passou a se apoiar nos gigantes da tecnologia para tentar criar um novo contexto internacional ainda mais propício aos seus ideais predatórios de supremacia capitalista, agora exercendo uma capacidade de influência que se expande por todos os setores da atividade humana.

A ascensão da chamada '*Big Tech*', as grandes empresas associadas a plataformas de uso intensivo de dados, quase todas situadas na América do Norte, e também cada vez mais na China, aconteceu em uma conjuntura histórica curiosa. Não notada pela maioria dos observadores, sua rápida predominância – manifestada, por exemplo, no fato de as empresas de tecnologia norte-americanas ocuparem os cinco primeiros lugares entre as dez maiores empresas do mundo por capitalização de mercado – sobrepôs-se, pelo menos cronologicamente, ao início da recuperação (ainda em andamento e ainda precária) subsequente à crise financeira global (Morozov, 2018, p. 135).

Desta forma, considerando-se as ferramentas tecnológicas utilizadas pelas forças econômicas para exercer poder nos mercados regionais e internacionais, associadas ao contexto político internacional e seus atores preponderantes, é possível identificar, pelo menos, quatro grandes momentos para a expansão comercial ocidental apoiada na tecnologia. A saber (Vanham, 2019).

Era dos Descobrimentos (séculos XV ao XVIII); expansão europeia para os "novos mundos", liderada pela Espanha, Portugal, Inglaterra e França, fazendo uso do conhecimento científico que permitiu as grandes navegações.

Globalização 1.0 (século XIX até 1914); expansão capitalista mundial apoiada nas primeiras fases da Revolução Industrial, liderada pela Inglaterra. Globalização 2.0 (1945-1989); consolidação internacional dos blocos econômicos mundiais, Ocidental e Oriental, através da bipolaridade ideológica e política entre EUA e URSS.

Globalização 3.0 (1989-2008); expansão neoliberal mundial após o fim da URSS se apoiando nos novos recursos tecnológicos computacionais e de telecomunicações, liderada

pelos EUA.

Globalização 4.0 ou 'Globalização Digital' (2008 - ?); o ciberespaço se torna a base predominante para movimentação e sustentação das economias internacionais e regionais cada vez mais divididas entre dois grandes líderes: EUA e China.

**Quadro 2 - Um breve histórico da globalização.**

Globalization Era	Age of Discovery (15 <sup>th</sup> -18 <sup>th</sup> century)	Globalization 1.0 (19 <sup>th</sup> century – 1914)	Globalization 2.0 (1945-1989)	Globalization 3.0 (1989-2008)	Globalization 4.0
Leading Exports	Raw Material / Basic Goods	Textiles / Industrial Goods	Factories	Global Supply Chain	Digital Goods / Services
Leading Nations					
Exports as % World GDP	<5%	6-14%	5-15%	15->>20%	?
Enabling Era	Scientific Revolution (15 <sup>th</sup> -17 <sup>th</sup> century)	1st Industrial Revolution (1780s-mid 19 <sup>th</sup> century)	2 <sup>nd</sup> Industrial Revolution (1870s-1910s)	3 <sup>rd</sup> Industrial Revolution (1960s-1990s)	4 <sup>th</sup> Industrial Revolution (2000s-2010s)
Enabling Innovations					
Characterizing GDP Trend	Europe ↗	Britain ↗↗	World ↗	United States ↗↗↗	China ↗↗↗↗

Fonte: Vanham, 2019.

## A Internet como Instrumento de Poder

O Ciberespaço, aqui entendido como uma rede global de sistemas eletrônicos digitais interconectados que permite a comunicação remota através do mundo e da qual a Internet faz parte (Kuehl, 2009, p. 29), representa um meio com peculiaridades próprias, algumas delas inéditas na história humana, e que, por isso, viabiliza novas formas ou potencializa formas de poder já existentes.

Quando começou a se popularizar, durante otimismo político e financeiro do final da década de 1990, a Internet<sup>122</sup> era vista como algo revolucionário, um meio de se burlar o poder financeiro internacional e fazê-lo funcionar a favor de ideais mais humanos e coletivos. Este idealismo perdurou por um tempo, alimentado por usuários, programadores e entusiastas da "nova era", chegando até a produzir manifestos (on-line) como este, escrito por Aron Swartz, precursor de várias ferramentas virtuais comunitárias ainda em uso hoje em dia (como a Wikipédia), e que se suicidou em 2013 em meio a intensa perseguição judicial promovida pelo governo dos EUA (Franceschi-Bicchierai, 2013):

122 A Internet pode ser entendida como sinônimo de Ciberespaço no escopo deste trabalho sem nenhum prejuízo para a compreensão do conteúdo apresentado.

Informação é poder, mas como todo poder, há aqueles que querem se apropriar dele. A herança científica e cultural do mundo, publicada através dos séculos em livros e jornais, está sendo digitalizada e tornada inacessível por um pequeno grupo de empresas privadas. Gostaria de ler os artigos descrevendo as mais famosas descobertas da ciência? Você terá que pagar enormes quantias a editoras como a Reed Elsevier [...]

As grandes corporações, é claro, estão cegas pela ganância. As leis sob as quais elas funcionam exigem isso - seus investidores se revoltariam com qualquer coisa diferente. E o mesmo se aplica aos políticos que foram comprados para protegê-las, aprovando leis que as dão poder exclusivo para decidir quem pode fazer cópias.

Não há justiça em seguir leis injustas. Este é o momento de sair à luz e, em nome da grande tradição da desobediência civil, declarar o nosso repúdio a este roubo privado do conhecimento da humanidade [...]

Se houver uma quantidade suficiente de apoio [a esta causa] ao redor do mundo, nós conseguiremos enviar uma forte mensagem contra a privatização do conhecimento e a transformaremos numa coisa do passado. Quer se juntar a nós? (Swartz, 2008)<sup>123</sup>.

Este tipo de sentimento revolucionário alimentou uma cultura romântica, durante os anos 2000, de hackers e rebeldes virtuais agindo contra governos, empresas e instituições financeiras ao mesmo tempo em que estas, gradual e sutilmente, assumiam posições cada vez mais influentes entre os recursos do mundo on-line. E com a consolidação do modelo de operações em hipertexto voltado para transações comerciais - a chamada WEB 2.0 (O'Reilly, 2005) -, as empresas passaram a investir pesadamente no Ciberespaço, criando estruturas de segurança e ambientes interativos complexos que lhes permitiam uma presença destacada entre as rápidas transformações tecnológicas que vinham ganhando importância na vida das pessoas. Neste processo, empresas autóctones surgidas pela iniciativa de especialistas em programação ou entusiastas do mundo digital se transformaram em gigantes de negócios, estabelecendo modelos estratégicos que passaram a ser copiados e cobiçados. O ideal revolucionário da Internet perdeu sua razão de ser, transformando-se numa mera lembrança de tempos distantes, à medida em que as grandes corporações assumiam definitivamente o controle do mundo on-line e o moldavam segundo os seus propósitos financeiros. Na segunda década do século XXI, nada mais havia de verdadeiramente altruísta ou libertário na rede além de uns poucos e renitentes

---

<sup>123</sup> Tradução nossa, do original: "Information is power. But like all power, there are those who want to keep it for themselves. The world's entire scientific and cultural heritage, published over centuries in books and journals, is increasingly being digitized and locked up by a handful of private corporations. Want to read the papers featuring the most famous results of the sciences? You'll need to send enormous amounts to publishers like Reed Elsevier. [...] Large corporations, of course, are blinded by greed. The laws under which they operate require it — their shareholders would revolt at anything less. And the politicians they have bought off back them, passing laws giving them the exclusive power to decide who can make copies. There is no justice in following unjust laws. It's time to come into the light and, in the grand tradition of civil disobedience, declare our opposition to this private theft of public culture. [...] With enough of us, around the world, we'll not just send a strong message opposing the privatization of knowledge — we'll make it a thing of the past. Will you join us?".

sonhadores, contemplando sozinhos o epílogo de uma utopia sufocada pelo grande capital e pela ambição de lucro, como quem vê seus peixes de estimação morrerem sem oxigênio num aquário contaminado:

Examinando o mundo tecnológico atual, não é difícil chegar a uma conclusão similar: no fundo, estamos diante do nosso próprio aquário digital, repleto de peixes mortos que, milagrosamente, continuam a nadar. E fazem isso apesar dos crescentes indícios de que os sonhos utópicos, que estão por trás da concepção da internet como uma rede intrinsecamente democratizante, solapadora do poder e cosmopolita, há muito perderam seu apelo universal. A aldeia global jamais se materializou – em vez disso, acabamos em um domínio feudal, nitidamente partilhado entre as empresas de tecnologia e os serviços de inteligência (Morozov, 2018, p. 10).

Na sua essência, a Internet se tornou uma ferramenta do grande capital. E embora algumas das antigas batalhas de transformação social através do compartilhamento de ideias e informações ainda sejam travadas em pequenos fóruns ou blogs independentes, com uns poucos usuários participando, a grande maioria é, hoje, refém de uma gigantesca máquina de produzir ilusões consumistas e formar opiniões convenientes. A dependência que as pessoas se acostumaram a sentir das redes sociais, aplicativos de mensagens e sistemas on-line é um tipo de poder difícil de ser mensurado mas plenamente evidente do dia-a-dia. E tudo isso é vendido como se fosse uma nova "facilidade gratuita", oferecendo vantagens crescentes ao usuário quando, na verdade, o que acontece é exatamente ao contrário.

[...] a principal iniciativa do Facebook para os países em desenvolvimento é oferecer aos usuários acesso praticamente gratuito a serviços básicos on-line, como o próprio Facebook ou a Wikipédia. Assim que educação, saúde e outros serviços forem deslocados para a nuvem, as empresas de tecnologia terão ainda mais importância nessas áreas [...] o “empoderamento do usuário”, tão insistentemente disseminado pelo Vale do Silício, é repleto de promessas desse tipo. Tendo como pano de fundo o decrépito estado de bem-estar social, incapaz de cumprir as promessas feitas à população, o Vale do Silício nos propõe uma nova rede social: ainda que sejamos forçados a vender nossos carros e deixar de pagar nossas hipotecas, jamais perderemos o acesso ao Spotify e ao Google. Ainda é possível morrer por falta de comida, mas não por falta de conteúdo (Morozov, 2018, p. 41).

Embora seja possível encontrar, na Internet, espaços que efetivamente podem beneficiar os usuários, como o jornalismo de opinião independente e aplicativos diversos, tratam-se de recursos cada vez mais ambíguos na sua aparente gratuidade e suposta "honestidade" de ideais. Ao mesmo tempo em que a Internet atual pode proporcionar um ambiente interativo e informativo poderosíssimo para o usuário leigo, tanto em abrangência

quanto nas incalculáveis possibilidades de conexões - afinal, este era o objetivo inicial dos precursores no início da década de 1990 (Solon, 2018)<sup>124</sup> -, seu uso se desvirtuou cada vez mais dos objetivos comunitários originais em favor do enriquecimento privado. À medida em que estes espaços passaram a ser controlados pelas grandes empresas tendo em vista a obtenção de lucro, a aparência externa dos *sites* se sofisticou, as equipes de desenvolvimento se diversificaram ao agregarem especialistas em diversas áreas ligadas ao psiquismo humano, os portais se expandiram em acessos e abrangência, e o conteúdo se enviesou por caminhos deceptivos.

[...] o conto de fadas do empoderamento, difundido pelo Vale do Silício, não passa disso: um conto de fadas. Ele oculta o fato de que a informação dita gratuita disponível no Google não é igualmente útil para um universitário desempregado ou para um fundo de hedge dissimulado com acesso a tecnologias avançadas que transformam dados em informações financeiras lucrativas. O mesmo vale para canais que dependem da nossa atenção, como o Twitter: eles não são igualmente úteis para uma pessoa comum, com cem seguidores, e uma empresa capitalista proeminente, seguida por um milhão de pessoas. (Morozov, 2018, p. 42).

Além disso, o uso intensivo de Inteligência Artificial como uma maneira de aumentar a eficiência do sistema em identificar o comportamento dos usuários para utilizá-lo em favor dos interesses das empresas e, em última instância, contra o próprio usuário, consiste-se num novo paradigma de poder destas corporações.

Amazon, Facebook, Microsoft, para não mencionar a Alphabet – todas investiram e avançaram consideravelmente nesse campo. Os usos dessa tecnologia estão longe de ser triviais, como atesta a parceria da Alphabet com o National Health Service [Serviço Nacional de Saúde] da Grã-Bretanha: graças às suas tecnologias de inteligência artificial – impulsionadas com a aquisição da empresa DeepMind –, a Alphabet pôde, por exemplo, detectar sinais precoces de doença renal. E, quanto mais dados são introduzidos no sistema, mais precisas são as previsões. Desde educação a seguros, passando pelo uso de energia aos serviços bancários, setores inteiros e áreas da sociedade são transformados pela inteligência artificial. E, uma vez que os mais recentes avanços em IA estão associados a 1) um grande volume de dados coletados; 2) milhões de pessoas que, ao fazerem outras coisas, acabam treinando o sistema para que fique mais inteligente, é evidente que os únicos agentes capazes de conduzir essas transformações são as grandes empresas de tecnologia [...] (Morozov, 2018, p. 139).

Ao serem reunidos com a ideologia neoliberal e suas noções de Estado Mínimo, eficiência, supervalorização do capital e transformação das pessoas em mercadoria, os

---

124 A Internet existente nos tempos de hoje é totalmente diferente em aparência, possibilidades e implementação técnica, do conceito de Internet militar para defesa do território desenvolvido durante a Guerra Fria, na década de 1960. A Internet do século XXI surgiu de um conceito inédito de interatividade digital motivado por interesses comerciais e voltado para o usuário leigo, desenvolvido durante a década de 1990 e implementado ao longo dos anos 2000 (O'REILLY, 2005). Neste sentido vide: *Internet Society. A Brief History of the Internet*. Disponível em < <https://www.internetsociety.org/internet/history-internet/brief-history-internet/> > Acesso em 4 jan. 2020.

poderes tecnológicos destes gigantes corporativos da "nova era" começam subitamente a lembrar a distopia de uma "velha era", não tão distante assim, quando o autoritarismo e o preconceito sustentaram governos comprometidos com estratégias imperialistas de mercado que, no seu expansionismo desmedido, levaram aos cataclismas mundiais da primeira metade do século XX.

Impulsionado por um dispositivo de coleta de dados em tempo real extremamente refinado, que atualmente começa na pré-escola, o capitalismo digital contemporâneo conta com o meio perfeito para fazer suas apostas no "capital humano" – ou seja, nas pessoas – e para separar os ativos mais promissores (que merecem ser cultivados e cuidados) daqueles de baixo desempenho (que não merecem muita coisa e são, de maneira geral, um estorvo para o sistema) [...] O espírito do igualitarismo, ao apoiar o compromisso social-democrata do Estado de Bem-Estar – com sua premissa de solidariedade, anonimato e equidade –, é um empecilho ao tipo de ordenamento social (e às suas respectivas e inevitáveis hierarquias) que deve existir para que a economia do conhecimento se liberte dos grilhões humanos que teve de carregar desde o princípio (Morozov, 2018, p. 144).

Ainda neste sentido, a precarização das condições sociais no mundo real, ao mesmo tempo em que se investe cada vez mais no mundo virtual, alimenta a ilusão capitalista da livre iniciativa individual num livre mercado idealizado: o empreendedorismo dentro das "novas tecnologias" realizaria tudo o que Estado Social não foi capaz de fazer, consistindo-se num sistema efetivo de redistribuição de renda ao mesmo tempo em que criaria condições ideais para ascensões rápidas baseadas na competência e criatividade individual. A meritocracia digital substituiria finalmente os decadentes e ineficientes sistemas anteriores de proteção social por um ambiente novo onde reinaria a competência e a qualidade.

[...] a conexão entre o surgimento de grandes plataformas tecnológicas e a crise financeira mundial não é óbvia nem direta: a crise prolongada não só cria uma demanda por serviços mais baratos e por mais oportunidades de ganhar a vida (por mais precárias que sejam as condições de trabalho), como, principalmente em função do lucro baixo da maioria das fontes tradicionais de rendimentos para os investidores (por exemplo, dividendos de ações e de títulos de dívida pública), também reorienta muito do capital global pertencente a fundos soberanos e investidores institucionais, à procura de aplicações mais rentáveis nas promissoras plataformas tecnológicas [...] (Morozov, 2018, p. 137).

No fundo, as "maravilhosas" promessas tecnológicas aliadas ao gigantismo corporativo representam apenas mais uma manobra do grande capital para tentar ocultar a contradição básica da democracia liberal, acumular ainda mais recursos, e adiar uma grande crise capitalista relacionada com a carência de mercados capazes de atender ao gigantismo incontrolável da especulação financeira global atual.

[...] embora a ascensão da '*Big Tech*' tenha permitido à economia global fluir sem desencadear transformações políticas sistemáticas – possibilitando que as elites globais, na vívida expressão de Wolfgang Streeck, comprem mais tempo –, é bastante provável que, no longo prazo, essa ascensão somente multiplicará as contradições do sistema atual, tornando muitos de seus elementos, relacionamentos e práticas ainda mais hierarquizados e centralizados [...] (Morozov, 2018, p. 136).

Ou seja, o caráter profundamente deceptivo do poder exercido pelas grandes empresas no ambiente virtual pode levar as contradições da democracia liberal a um paroxismo definitivo, impedindo-a de continuar a existir e degenerando o sistema político internacional de maneira irreversível conforme aconteceu durante os anos 1930.

As expectativas políticas que os Estados democráticos estão agora projetando sobre os seus [limitados] recursos públicos talvez sejam impossíveis de se atender. Os mercados internacionais e as instituições estão exigindo que não somente os governos mas também os cidadãos se comprometam com a austeridade fiscal. Os partidos políticos que se opõem a este tipo de agenda deverão ser completamente derrotados nas eleições nacionais e tanto governo quanto oposição serão obrigados a se comprometerem com a "responsabilidade fiscal", ou então os custos da dívida subirão ainda mais. [Surgindo assim] Pleitos nos quais os eleitores não possuem opções efetivas de escolha [contra a austeridade] e que podem ser entendidos como fraudulentos, podendo levar a todo tipo de instabilidade política, desde a apatia do eleitorado à ascensão de partidos populistas, passando por protestos nas ruas. (Streeck, 2011, p. 27)<sup>125</sup>.

A crescente radicalização do eleitorado acompanhando o intenso uso da Internet para o direcionamento da opinião pública e de resultados eleitorais através de *fake news*, desinformação e propaganda partidária orientada (através dos dados armazenados sobre os usuários)<sup>126</sup> realimenta a insatisfação popular ao projetá-la numa "sala de espelhos", onde nada é o que parece ser e todos os caminhos acessíveis são falsos e tendenciosos.

Será a crise das *fake news* a causa do colapso da democracia? Ou seria ela só a consequência de um mal-estar mais profundo, estrutural, que está em desenvolvimento há muito tempo? Como é impossível negar a existência de uma crise, a pergunta que toda democracia madura deveria estar se fazendo é se sua causa são mesmo as *fake news* ou é provocada por algo completamente diferente (Morozov, 2018, p. 173).

A natureza deceptiva do poder na internet foi explorada por Nye Jr (2011) no trabalho intitulado '*O Poder Cibernético*', onde, afirma o autor, o poder na Internet é quase

---

125 Tradução nossa, do original: "The political expectations that democratic states are now facing from their new principals may be impossible to meet. International markets and institutions require that not just governments but also citizens credibly commit themselves to fiscal consolidation. Political parties that oppose austerity must be resoundingly defeated in national elections, and both government and opposition must be publicly pledged to 'sound finance', or else the cost of debt service will rise. Elections in which voters have no effective choice, however, may be perceived by them as inauthentic, which may cause all sorts of political disorder, from declining turnout to a rise of populist parties to riots in the streets."

126 Sobre as crescentes tendências de manipulação eleitoral através de recursos e estratégias virtuais vide: CADWALLADR, Carole. Fresh Cambridge Analytica leak 'shows global manipulation is out of control'. *The Guardian*, London, 4 jan. 2020. Disponível em < [https://www.theguardian.com/uk-news/2020/jan/04/cambridge-analytica-data-leak-global-election-manipulation?fbclid=IwAR3u8vGXOtr4xXPSuD7vAV433dqFj6R9nJtWd\\_p2yvOe-ZEQfAf07KYySVA](https://www.theguardian.com/uk-news/2020/jan/04/cambridge-analytica-data-leak-global-election-manipulation?fbclid=IwAR3u8vGXOtr4xXPSuD7vAV433dqFj6R9nJtWd_p2yvOe-ZEQfAf07KYySVA) > Acesso em 6 jan. 2020.

sempre exercido de maneira indireta através da manipulação ou apropriação (lícita ou não) de informações que irão posteriormente orientar decisões estratégicas, controlar o funcionamento de sistemas específicos ou influenciar o comportamento de pessoas. Uma vez que o Ciberespaço é essencialmente um transmissor de mensagens por meio eletrônico, a intervenção neste meio envolve o uso de ferramentas programacionais ou equipamentos digitais que sejam capazes de interagir com seus diferentes sistemas e redes: "[...] o poder cibernético é a habilidade de se obter os resultados desejados através do uso de informações eletronicamente interconectadas dentro do domínio cibernético [...]" (Nye Jr, 2011, p. 3)<sup>127</sup>. Esta definição permite distinguir as ações no meio cibernético de ações em outros domínios distintos ao mesmo tempo em que aponta sua característica mais significativa: o uso de informações, adulteradas ou não, para a obtenção de resultados previamente definidos dentro ou fora do Ciberdomínio.

Nye Jr também faz distinção entre o "poder rígido" (*hard power*) e o "poder suave" (*soft power*), e estes conceitos encontram muitas aplicações nos variados tipos de ações possíveis dentro do domínio cibernético, uma vez que os meios para se manipular a informação dentro do Ciberespaço vão desde a modificação no funcionamento de sistemas digitais que controlam recursos físicos militares, como armamentos e indústrias, até intervenções mais sutis como a implantação de ideias favoráveis a determinados interesses e o direcionamento da opinião pública.

É possível notar uma forte influência da escola pluralista neste tipo de visão de poder apresentada por Nye Jr e, efetivamente, falar em poder difuso faz mais sentido na Internet do que nas políticas de Estado porque a assimetria dos usuários no ambiente virtual pode ser reduzida através de conhecimentos e ferramentas digitais adequadas. Entretanto, é preciso enfatizar que a capacidade de monitoração e intervenção dos Estados e grandes corporações no Ciberespaço se tornou, na 'Globalização Digital', muitíssimo maior do que era na 'Globalização 3.0'. Ou seja, embora ainda exista um poder efetivo de ação do pequeno usuário na Internet, este se tornou bem mais limitado do que era quando a Internet começou.

---

<sup>127</sup> Tradução nossa, do original: "[...] cyber power is the ability to obtain preferred outcomes through use of the electronically interconnected information resources of the cyber domain [...]".



A evolução das definições modernas de ciência social para o poder comportamental é algumas vezes resumida como as "três faces do poder". O primeiro aspecto ou "face" do poder foi definido por Robert Dahl nos seus estudos em New Haven durante a década de 1950. O seu trabalho sobre como conseguir que as pessoas façam coisas que, de outra maneira, elas não fariam é amplamente utilizado hoje em dia [como definição de poder], apesar de abranger apenas parte do poder comportamental. Entretanto, na década de 1960 os cientistas políticos Peter Bachrach and Morton Baratz chamaram a atenção para o fato de que o trabalho de Dahl não abordava o que eles entendiam como sendo a "segunda face do poder", a dimensão da opacidade, ou seja: a capacidade de ocultar o exercício do poder de tal forma que a coerção não se torne clara ou visível. Por fim, na década de 1970, o sociólogo Steven Lukes afirmou que ideias e crenças também ajudam a moldar as preferências das pessoas e, por isso, o poder também pode ser exercido pela indução do desejo nos outros. [A partir destes estudos], na década de 1990, eu fiz a distinção entre poder "rígido" e "suave" dentro de uma escala de intensidade que vai desde a ordem de comando até a cooperação voluntária. O poder "rígido" (hard power) se baseia na coerção e no poder financeiro, enquanto o poder "suave" (soft power) acontece através da opacidade, atração ou persuasão (Nye Jr, 2011, p. 2)<sup>128</sup>.

Paralelamente a esta definição de poder existem dois níveis estruturais básicos no Ciberespaço que, devido às suas peculiaridades técnicas, limitam naturalmente os tipos de intervenção possíveis.

O primeiro deles, chamado de "nível físico" ou "infraestrutura", está relacionado com os recursos tangíveis que compõem as redes de dados digitais por onde trafegam as informações cibernéticas (roteadores de altíssima velocidade e largura de banda, milhares de quilômetros de cabos óticos reforçados, etc.). O enorme custo de aquisição e manutenção destes equipamentos eletrônicos muito específicos, além do fato deles ocuparem espaços geográficos bem definidos, faz com que sejam necessariamente propriedade de Estados ou de grandes grupos empresariais, o que conseqüentemente os transforma em recursos físicos submetidos a uma soberania específica que pode, seguindo interesses próprios, utilizá-los para restringir ou definir conteúdos, manipulando desta forma o acesso às informações disponíveis no Ciberespaço.

Devido ao fato dos componentes físicos que compõem a infraestrutura da internet estarem situados em pontos específicos do planeta, e os governos serem soberanos sobre espaços geográficos, a localização é um recurso importante do ciberespaço. Os governos podem tomar iniciativas para subsidiar infraestrutura, educação

---

128 Tradução nossa, do original: "The evolution modern social science definitions of behavioral power is sometimes summarized as "the three faces of power." The first aspect or "face" of power was defined by Robert Dahl in studies of New Haven in the 1950s. His focus on getting others to do what they would not otherwise do is widely used today even though it covers only part of power behavior. In the 1960s, the political scientists Peter Bachrach and Morton Baratz pointed out that Dahl's definition missed what they called the "second face of power," the dimension of agenda setting, or framing issues in such a way that the issue of coercion never arose. In the 1970s, the sociologist Steven Lukes pointed out that ideas and beliefs also help shape others' preferences, and one can also exercise power by determining others' wants. In 1990, I distinguished hard and soft power along a spectrum from command to co-optive behavior. Hard power behavior rests on coercion and payment. Soft power behavior rests on framing agendas, attraction or persuasion."

digital e proteção de propriedade intelectual que irão encorajar ou (desencorajar) o desenvolvimento de determinadas capacidades dentro das suas fronteiras [...] (Nye Jr, 2011, p. 9)<sup>129</sup>.

Neste sentido é bem conhecida a atitude de censura e controle de acesso a conteúdo disponíveis na Internet empreendida por países com governos autoritários. Menos conhecida, por outro lado, é a filtragem ou redirecionamento sutil de informações para o grande público realizados por regimes democráticos como os EUA e União Europeia.

Segundo a '*Open Net Initiative*', pelo menos 40 países adotam políticas altamente restritivas e equipamentos específicos (firewalls) para evitar a discussão de conteúdos considerados indesejados [na Internet]. Dezoito países realizam uma censura política que é descrita como 'invasiva' na China, Vietnam e Irã, e 'significativa' na Líbia, Etiópia e Arábia Saudita. Mais de 30 Estados realizam filtragem de conteúdo por motivos sociais, bloqueando o acesso a assuntos como sexo, jogo e drogas. Mesmo os EUA e muitos países europeus realizam este procedimento de maneira "seletiva". Algumas vezes isto é aceito e outras não. Se a filtragem de conteúdo é realizada de maneira oculta, torna-se muito difícil para o cidadão comum descobrir o que ele não sabe que existe [...] (Nye Jr, 2011, p. 8)<sup>130</sup>.

A atuação no nível físico, devido às suas características técnicas e os altíssimos custos dos equipamentos envolvidos, está restrita aos governos e às grandes corporações, e varia segundo as tendências políticas e de mercado, caracterizando-se pelo uso da força coerciva (militar ou policial), legal (legislação específica) e da tecnologia de ponta (supercomputadores e grandes bancos de dados) para controlar ou orientar o uso do Ciberespaço. Exemplos claros deste tipo de poder podem ser vistos nas prisões de pessoas que publicam conteúdo considerado indesejado ou proibido no Ciberespaço (perseguição política, direitos autorais ou pedofilia, por exemplo) (Harmon, 2003), na desativação de sites pelos mesmos motivos (Pfanner, 2010), nos esforços de censura e/ou monitoração de usuários existentes em países como China e Irã (Schmidt; Cohen, 2014) e também na "publicidade inteligente" que faz uso da inteligência artificial e bancos de dados de grande porte ('big data') para armazenar os hábitos dos internautas e utilizá-los como parâmetros em sistemas dedicados ao incentivo de comportamento consumista, identificação de indivíduos de interesse (ou não), criação de "listas negras" (maus pagadores ou outros), etc. (Manjoo, 2014).

129 Tradução nossa, do original: "Because the physical infrastructure of the internet remains tied to geography and governments are sovereign over geographical spaces, location still matters as a resource in the cyber domain. Governments can take steps to subsidize infrastructure, computer education, and protection of intellectual property that will encourage (or discourage) the development of capabilities within their borders [...]".

130 Tradução nossa, do original: "According to the Open Net Initiative, at least 40 countries use highly restrictive filters and firewalls to prevent the discussion of suspect materials. Eighteen countries engage in political censorship, which is described as "pervasive" in China, Vietnam and Iran, and "substantial" in Libya, Ethiopia, and Saudi Arabia. More than 30 states filter for social reasons, blocking content related to topics such as sex, gambling and drugs. Even the United States and many European states do this "selectively." Sometimes this is accepted and sometimes not. If the filtering is secretive, it is hard for citizens to know what they do not know [...]".

O segundo nível, chamado de "nível virtual", diferencia-se muito do primeiro tanto nos tipos de atores que se beneficiam com as suas peculiaridades quanto nos tipos de ações possíveis. Isto acontece devido ao baixo custo e a grande disponibilidade de aplicativos (incluindo aqueles específicos para ataques virtuais), além da facilidade de publicação de conteúdos e interação com outros usuários, características que oferecem ao cidadão comum e aos pequenos grupos organizados a possibilidade de influência regional e internacional.

[...] as barreiras para se acessar o Ciberespaço são tão pequenas [hoje em dia] que atores não estatais e pequenos Estados podem exercer papéis significativos com custos baixos. Ao contrário do mar, ar e espaço sideral; o Ciberespaço compartilha, em termos até bem mais amplos, três características com a guerra terrestre: o número de participantes, facilidade de entrada e oportunidades de ocultação (Nye Jr, 2011, p. 4)<sup>131</sup>.

Ações perniciosas como a implantação de programas maliciosos em computadores de terceiros ("vírus de computador"), monitoração de pessoas, espionagem de empresas, propaganda extremista, doutrinação ideológica e até mesmo pequenos ataques capazes de causar danos físicos estão ao alcance dos usuários no nível virtual da internet. Para cada uma destas atividades existem ferramentas programacionais disponíveis em sites especializados, e o uso da maioria delas não exige maiores conhecimentos além da utilização básica da internet.

[...] os indivíduos podem atuar sem dificuldade no domínio cibernético devido ao seu baixo custo de entrada, largas possibilidades de ocultação e facilidade de saída. Algumas vezes eles agem com consentimento governamental e outras contra o governo. Por exemplo: antes do ataque russo à Geórgia em 2008, qualquer civil russo ou aspirante a guerreiro cibernético podia visitar determinado sítio simpatizante da causa russa e baixar um programa contendo as instruções necessárias para lançar um ataque de 'Negação de Serviço' ou 'Denial of Service' (DOS) contra a Geórgia. Durante os protestos populares no Irã, em 2009, o Twitter e as redes sociais foram essenciais para organizar e divulgar as manifestações. [Durante este período] o governo dos EUA pediu aos executivos do Twitter que não tirassem o seu sítio do ar para a manutenção de rotina programada. Os norte-americanos temiam que a interrupção atrapalhasse as passeatas. Em represália, seis meses depois um grupo autointitulado 'Exército Cibernético Iraniano' conseguiu redirecionar o tráfego endereçado ao Twitter para uma página contendo slogans antiamericanos. Em fevereiro de 2010 o governo iraniano bloqueou a maior parte do acesso ao Twitter e vários outros sítios semelhantes (Nye Jr, 2011, p. 13)<sup>132</sup>.

---

131 Tradução nossa, do original: "[...] the barriers to entry in the cyber domain are so low that non-state actors and small states can play significant roles at low levels of cost. In contrast to sea, air and space, cyber shares three characteristics with land warfare – though in even greater dimensions: the number of players, ease of entry, and opportunity for concealment... On land, dominance is not a readily achievable criterion [...]."

132 Tradução nossa, do original: "[...] individuals can easily play in the cyber domain because of the low cost of investment for entry, virtual anonymity, and ease of exit. Sometimes they act with government approval and sometimes against them. For example, before the 2008 Russian attack on Georgia, any civilian, Russian born or otherwise, aspiring to be a cyber warrior was able to visit pro-Russia websites to download the software and instructions necessary to launch denial of service attacks on Georgia. During student protests in Iran in 2009, Twitter and social networking sites were crucial for organizing and reporting demonstrations. The U.S. government asked Twitter executives not to take the site down for scheduled maintenance. They were

O nível virtual tem sido de grande utilidade também para grupos pequenos em busca de visibilidade para a sua causa ou ideologia. É bem conhecida a maneira com que a organização terrorista 'Al Qaeda' usou a internet para se expandir pelo mundo, aumentando consideravelmente a sua área de influência e quantidade de seguidores.

Graças às ferramentas cibernéticas a 'Al Qaeda' tem sido capaz de se expandir saindo de uma organização hierárquica restrita a células geograficamente estruturadas para uma rede mundial na qual os voluntários podem se autorecrutar. Conforme descreve um especialista em terrorismo: "o principal local de radicalização não é o Paquistão ou o Iêmen ... Mas sim uma solitária experiência de comunidade virtual: a 'ummah' na Internet" (Nye Jr, 2011, p. 13)<sup>133</sup>.

Todo este poder, entretanto, encontra limites significativos diante da capacidade de controle exercida pelos governos e grandes empresas. Apesar de reduzir a assimetria entre os pequenos e grandes atores, o nível virtual está longe de nivelá-los, e por isso a capacidade coerciva técnica e operacional do poder instituído tende a prevalecer no ciberespaço.

É digno de nota que os atores individuais se beneficiam de vulnerabilidades assimétricas no domínio cibernético quando comparados com governos e grandes organizações. Eles necessitam de um investimento muito pequeno e têm pouco a perder ao entrar e sair [do Ciberespaço]. A grande vulnerabilidade que eles possuem é a coerção legal e ilegal que podem sofrer das autoridades se forem descobertos, mas apenas um pequeno percentual destes atores são efetivamente identificados e incriminados. Por outro lado, as empresas possuem grandes vulnerabilidades devido aos vultosos investimentos feitos em sistemas operacionais complexos, em propriedade intelectual e reputação no mercado. Da mesma maneira, os governos também dependem de sistemas complexos [em infraestrutura] que podem ser interrompidos ou danificados, [além de serem vulneráveis a] instabilidades políticas e [ameaças ao seu] poder de influência (*soft power*). Ao mesmo tempo em que os pequenos ataques empreendidos por indivíduos dificilmente subjugarão governos ou grandes empresas, eles podem impor danos ao comprometerem serviços ou reputações, tudo isso utilizando investimentos mínimos (Nye Jr, 2011, p. 13)<sup>134</sup>.

Observamos então que os conceitos de poder rígido (*hard power*) e suave (*soft power*), atuando tanto a nível físico quanto virtual, nos permitem agrupar de maneira clara e didática os tipos de ações empreendidas pelos atores cibernéticos voltadas para o efetivo exercício de poder em vários níveis.

---

worried that might interfere with how Twitter was being used to organize demonstrations. Six months later, however, an unknown group called the Iranian Cyber Army successfully redirected Twitter traffic to a website with an anti-American message, and in February 2010, the Iranian government blocked most access to Twitter and other sites."

133 Tradução nossa, do original: "Thanks to cyber tools, Al Qaeda has been able to move from a hierarchical organization restricted to geographically organized cells to a horizontal global network to which local volunteers can self-recruit. As one expert on terrorism describes: 'the key place for radicalization is neither Pakistan nor Yemen nor Afghanistan ... but in a solitary experience of a virtual community: the ummah on the Web'."

134 Tradução nossa, do original: "It is worth noting that individual actors in the cyber domain benefit from asymmetrical vulnerability compared to governments and large organizations. They have very low investment and little to lose from exit and re-entry. Their major vulnerability is to legal and illegal coercion by governments and organizations if they are apprehended, but only a small per cent are actually caught. In contrast, corporations have important vulnerabilities because of large fixed investments in complex operating system, intellectual property, and reputation. Similarly, large governments depend on easily disrupted complex systems, political stability, and reputational soft power. While hit and run cyber strikes by individuals are unlikely to bring governments or corporations to their knees, they can impose serious costs of disruption to operations and to reputations with a miniscule investment [...]"

**Quadro 3 - Dimensões física e virtual do poder cibernético.**

	DENTRO do ciberespaço	FORA do ciberespaço
Físico	Hard: controle governamental ou pressões sobre empresas e provedores, firewalls, filtros de conteúdo Soft: infraestrutura beneficiando determinados grupos	Hard: destruição de roteadores e cabos, prisão de ativistas, ameaças à bloggers Soft: campanhas para prejudicar provedores
Virtual	Hard: ataques de negação de serviço (DOS), malwares Soft: definição de normas e padrões digitais, restrições em mecanismos de busca	Hard: ataques contra instalações industriais Soft: manipulação da opinião pública, estímulo a preferências, normas de rejeição

Fonte: Nye Jr, 2011, p. 5<sup>135</sup>.

Uma outra maneira de se agrupar os tipos de ação cibernética é observá-los segundo a relação de influência estabelecida, orientando-se pelas "três faces do poder" comportamental:

**Quadro 4 - As três faces do poder no domínio cibernético.**

	A induz B a fazer coisas que inicialmente não faria	A reduz as opções de ação para B	A orienta as ações de B
<b>HARD</b>	ataques DOS, malwares, prisão de ativistas, ataques industriais	firewalls, filtros de conteúdo e pressões sobre empresas	ameaças de punição a bloggers
<b>SOFT</b>	manipulação de opinião	regras e padrões, restrições em mecanismos de busca	estímulo a preferências (nacionalismo, etc.), normas de rejeição (pornografia infantil)

Fonte: Nye Jr, 2011, p. 7<sup>136</sup>.

A comparação dos atores, seus poderes e vulnerabilidades, com os principais tipos de ameaças virtuais existentes oferece uma visão geral do ciberespaço no que se refere à segurança e exercício efetivo de poder.

135 Tradução nossa, do original: "Table 1: Physical and Virtual Dimensions of Cyber Power".

136 Tradução nossa, do original: "Table 2: Three Faces of Power in the Cyber Domain".

**Quadro 5 - Os atores e suas fontes de poder no ciberespaço.**

<b>Ator</b>	<b>Poderes</b>	<b>Vulnerabilidades</b>
Governos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Construção e manutenção da infraestrutura física</li> <li>● Definição das regras de uso e de propriedade intelectual</li> <li>● Coerção legal e física de indivíduos</li> <li>● Controle de acesso ao seu mercado interno</li> <li>● Recursos para ataque e defesa cibernéticas</li> <li>● Definição da legislação dentro do seu território</li> <li>● Confiança dos eleitores gerando capacidade de convencimento e cooptação (soft power)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Grande dependência de sistemas complexos de infraestrutura cujo funcionamento pode ser facilmente interrompido</li> <li>● Estabilidade política</li> <li>● Manutenção de boa reputação pelas figuras públicas</li> </ul>
Organizações de Grande Porte	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Grande disponibilidade de orçamento e recursos humanos</li> <li>● Atuação transnacional</li> <li>● Alto controle do seus códigos e produtos desenvolvidos</li> <li>● Reputação da marca no mercado gerando capacidade de influência sobre as pessoas (soft power)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Disputas judiciais com grande impacto financeiro</li> <li>● Roubo de propriedade intelectual</li> <li>● Interrupção no funcionamento dos seus sistemas</li> <li>● Perda de reputação no mercado</li> </ul>
Indivíduos e Organizações de Pequeno Porte	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Baixo custo de investimento para atuação no Ciberespaço</li> <li>● Anonimato e facilidade para saída do sistema</li> <li>● Vulnerabilidade assimétrica se comparados com outros atores mais poderosos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Coerção legal e física caso seja identificado</li> </ul>

**Fonte: Nye Jr, 2011, p. 10<sup>137</sup>.**

Além dos poderes descritos acima é importante acrescentar que vários países possuem grupos militares especializados em realizar ataques cibernéticos. O crescente reconhecimento do Ciberespaço como um domínio independente e altamente estratégico pelas forças armadas tem levado à percepção de que, no campo de batalha digital, não basta ser capaz de se proteger, é imprescindível saber atacar com eficiência: "[...] os governos também possuem capacidades ofensivas no ciberespaço. Por exemplo: a 'Décima Frota Norte-Americana' ou a 'Vigésima Quarta Força Aérea' não possuem navios ou aviões, o campo de batalha destas forças militares é o Ciberespaço [...]"(Nye Jr, 2011, p. 10)<sup>138</sup>. Entretanto, uma vez que o domínio virtual é apenas um meio de transmissão das informações e não o alvo final da maioria dos ataques, os militares costumam considerá-lo preponderantemente como auxiliar aos combates no mundo físico.

[...] muitos especialistas veem o ataque cibernético muito mais como um importante auxiliar à guerra entre os Estados do que como uma arma de destruição em massa (como as armas atômicas). Os Estados invadem os seus respectivos sistemas computacionais como uma 'preparação do campo de batalha' visando possíveis conflitos futuros. Tanto teóricos militares norte-americanos como os chineses têm discutido esses passos mas muito pouco é divulgado publicamente sobre doutrinas

<sup>137</sup> Tradução nossa, do original: "Table 3: Relative Power Resources of Actors in the Cyber Domain".

<sup>138</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Governments also have the capacity to carry out offensive cyber attacks. For example, America's Tenth Fleet and Twenty-fourth Air Force have no ships or planes. Their battlefield is cyberspace [...]".

ofensivas no ciberespaço [...]" (Nye Jr, 2011, p. 11)<sup>139</sup>.

A soberania que os governos possuem sobre seus respectivos territórios e o rígido controle que as grandes corporações mantêm sobre as redes e equipamentos digitais dos quais são proprietárias têm como consequência uma distribuição irregular e muitas vezes competitiva do controle exercido sobre as atividades no ambiente cibernético. Embora a nível virtual exista um certo grau de liberdade nas interações transnacionais e intersistêmicas, no nível de infraestrutura há muitas partes no Ciberespaço com governança bem definida e identificada, onde as ações de atores externos são restritas ou cuidadosamente controladas. Estas duas realidades antagônicas e sobrepostas fazem com que o controle de conteúdo no ambiente virtual seja fugidio e mutante.

[...] Alguns veem o Ciberespaço como uma 'terra sem lei' semelhante ao velho oeste [dos filmes norte-americanos], mas na prática ele possui muitas áreas de governança tanto públicas quanto privadas [...] A governança imperfeita do Ciberespaço pode ser classificada como um regime complexo de instituições e normas fracamente acopladas; algo entre uma instituição integrada, que impõe regras através de sua estrutura hierárquica, e práticas altamente fragmentadas sem qualquer coesão discernível (Nye Jr, 2011, p. 14)<sup>140</sup>.

Em termos de governança o Ciberespaço representa uma relação dinâmica e instável entre uma grande quantidade de interesses divergentes e simultâneos, tendo como elementos principais, de um lado, o desejo de controle, oriundo dos grandes grupos de poder que nele atuam, e de outro, a liberdade de ação e interação exigida para que haja uma conexão remota minimamente útil entre atores variados. O nível de liberdade e utilidade pública no tráfego de informações ao redor do mundo através da Internet depende de um compromisso imperfeito entre a capacidade de influência, sobre seu funcionamento, destes dois grandes interesses principais e antagônicos: controle e liberdade.

No início da popularização do Ciberespaço, quando a estrutura física era mantida prioritariamente pelos governos e os usuários eram majoritariamente técnicos, preponderava a liberdade dos usuários (Berners-Lee, 2012) porque não havia maiores interesses ou restrições comerciais envolvidas. Mas, à medida em que as grandes empresas foram

---

<sup>139</sup> Tradução nossa, do original: "[...] Most experts see cyber attack as an important adjunct rather than an overwhelming weapon (unlike nuclear) in inter-state wars. States intrude into each others' cyber systems in "preparation of the battlefield" for what could be future conflicts. Both American and Chinese military theorists have discussed such steps, but little is publicly stated about offensive cyber doctrines [...]"

<sup>140</sup> Tradução nossa, do original: "Some see cyberspace as analogous to the ungoverned lawless Wild West, but in practice there are many areas of private and public governance [...] The imperfect governance of cyberspace can be categorized as a "regime complex" of loosely coupled norms and institutions somewhere between an integrated institution that imposes regulation through hierarchical rules, and highly fragmented practices and institutions with no identifiable core and non-existent linkages."

assumindo o controle da infraestrutura e os usuários se tornaram majoritariamente leigos, a natureza operacional da rede foi se acomodando cada vez mais em torno dos objetivos de controle corporativos e dos governos, seja através de filtros ocultos de conteúdo e do redirecionamento de tráfego, seja através da manipulação de conteúdo e aplicativos. Entretanto, o conflito básico de poder entre liberdade e controle continua acontecendo devido à razão mais básica, motivação maior, para a existência da Internet que é o livre compartilhamento e troca de informações. Quanto mais a Internet se afasta deste princípio, mais ela perde sua razão de ser.

[...] afirma-se que a China, por exemplo, tem controlado o desenvolvimento das suas empresas por trás dos seus 'firewalls' [sistemas de segurança locais], de maneira que possa se desconectar [facilmente] da internet global caso seja atacada. Por outro lado, esta mesma China - entre outros governos - busca intensamente os benefícios da conectividade [internacional]. A tensão [entre estes dois extremos] leva a compromissos imperfeitos (Nye Jr, 2011, p. 16)<sup>141</sup>.

Dentro da visão neoliberal, preponderante durante a 'Globalização 3.0'<sup>142</sup>, a interdependência complexa tenderia a criar laços cada vez mais intensos e diversificados entre os Estados, reforçando, desta forma, a dependência das nações entre si e a dependência mundial do principal meio de viabilização deste processo: o Ciberespaço. Entretanto, na 'Globalização 4.0' ou 'Globalização Digital', os interesses centralizados em poucas empresas disputando mercados cada vez mais restritos tendem a se sobrepôr em valor e expectativas às conexões globais.

Conforme temos constantemente visto, o poder corporativo global é fortemente organizado sobre uma base regional. Isto sugere uma interpretação local para a formação de uma Classe Capitalista Transnacional [...] De fato, no nível das corporações transnacionais, a 'hipótese de regionalização' [...] se encaixa nos resultados das nossas pesquisas. Se comparada com a expansão inter-regional, a expansão intrarregional oferece vantagens como custos mais baixos e redes gerenciais mais fáceis de se lidar. Considerando-se também o fato de que somente nove das 500 maiores empresas mundiais conseguiram alcançar vendas equilibradas na região da tríade [América do Norte, Oeste Europeu e Oceania, os principais centros comerciais mundiais] [...] [podemos então] argumentar que a maioria dos negócios internacionais são 'semi globais', e que muitas das corporações transnacionais estão organizadas a nível regional e não global. A elite corporativa mundial tende a seguir uma lógica similar na sua estrutura: apesar de estar conectada por uma única grande rede, ela é fortemente agrupada em linhas regionais e nacionais (Carrol, 2010, p. 229)<sup>143</sup>.

<sup>141</sup> Tradução nossa, do original: "[...] China, for example, is described as developing its own companies that it can control behind its firewall, and planning to disconnect from the global Internet if it is attacked. Nonetheless, China — and other governments — still seek the economic benefits of connectivity. The tension leads to imperfect compromises."

<sup>142</sup> Vide: Quadro 2 - Um breve histórico da globalização, p. 80.

<sup>143</sup> Tradução nossa, do original: "As we have consistently seen, global corporate power is substantially organized on a regional basis. This suggests a



A percepção desta natureza regional por detrás do poder transnacional é capaz de explicar as fortes disputas comerciais bipolares (EUA x China) que temos visto e a força renovada que os oligopólios têm adquirido após esta última grande crise capitalista de 2008 para, desta maneira, esclarecer a motivação última pela qual o poder é atualmente exercido dentro da Internet.

De uma forma mais ampla, é possível pensarmos que a interdependência complexa, por se apoiar numa base ambígua e contraditória, num ideal irreal de democracia liberal mundial, falhou miseravelmente nos seus objetivos democráticos de integração cultural e comercial mundial, restando-lhe apenas os objetivos capitalistas regionais que exacerbam os comportamentos de confronto, disputa e radicalização.

Este ímpeto financeiro exclusivista e seletivo se reflete nas transformações pelas quais o Ciberespaço tem passado. A Internet se converteu num voraz jogo de soma zero: "o Ciberespaço pode ser categorizado como o que Elinor Ostrom chamou de 'recurso de uso comum', um meio do qual a exclusão é difícil e a exploração exclusiva por uma parte subtrai valor para as outras partes [...]" (Nye Jr, 2011, p. 15)<sup>144</sup>.

A percepção de que a expansão global das grandes corporações, apesar de ter resultado numa integração entre países até certo ponto, manteve-se, na verdade, sempre atrelada aos interesses regionais, sugere que as transformações atuais representam muito mais um esforço expansionista, imperialista, do que qualquer outra coisa.

[...] o mais popular livro sobre globalização já escrito, publicado pelo colunista do 'The New York Times', Thomas Friedman, e intitulado "O Mundo é Plano", afirma que [com a globalização digital] a competição e a colaboração no mercado internacional passaram a acontecer "no mesmo nível" [para todos os participantes]. Este é um mito que tem sido repetidamente desmascarado há mais de uma década pelo Professor da Universidade de Nova York, Pankaj Ghemawat. A grande maioria das atividades comerciais que podem acontecer tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais ainda são muito mais domésticas do que internacionais. Por exemplo: somente 20% da produção global é exportada, 17 a 19% do turismo é internacional, 9% do faturamento mundial é oriundo de empresas multinacionais,

---

*place-specific interpretation of TCC formation [...] Indeed, at the level of TNCs, Rugman and Verbeke's 'regionalization hypothesis' of world business fits our findings. Compared to inter-regional expansion, intra-regional expansion offers firm-specific advantages of lower costs and more tractable managerial networks. In view of the fact that only nine of the world's top 500 firms have been able to achieve balanced sales across the three regions of the triad, Rugman and Verbeke argue that most transnational business is characterized by 'semi-globalization', and that many TNCs 'are organized at the regional level rather than the global level' (2007: 200–201). The global corporate elite seems to follow a similar logic in its organization: linked together by a single, connected network, it is nevertheless strongly clustered along regional and national lines."*

<sup>144</sup> Tradução nossa, do original: "Cyber space can be categorized as what Elinor Ostrom terms a "common pool resource" from which exclusion is difficult and exploitation by one party can subtract value for other parties [...]"

cerca de 7% das ligações telefônicas (incluindo via internet) são internacionais e 3% dos trabalhadores vivem fora do país onde nasceram. Portanto, mercado, capital, informação e pessoas ainda sofrem fortes restrições devido à distância (The Washington Post, 2019)<sup>145</sup>.

E a natureza regional dos oligopólios nos quais se apoia a 'Globalização Digital' pode ser, muito paradoxalmente, o motivo pelo qual o poder globalizado ainda continua a fazer algum sentido para as disputas hodiernas: enquanto houver um espaço comum e potencialmente lucrativo para se disputar, a lógica competitiva capitalista insistirá em fazer sentido. Ou seja, mesmo fraca e tendenciosa, a interconexão mundial resiste como uma esperança de continuidade para o capital.

[...] Diferente das alianças bipolares mundiais que dividiram a interdependência militar durante a Guerra Fria, atualmente países como EUA, China e outros estão interconectados por múltiplas redes. A China, por exemplo, iria perder muito com um ataque que prejudicasse severamente a economia estadunidense e vice-versa (Nye Jr, 2011, p. 16)<sup>146</sup>.

Neste contexto crescente de supremacia regional e internacional envolvendo o fim da neutralidade de rede (que permite controle ilimitado sobre os conteúdos), os poderosos bancos de dados do '*big data*', a inteligência artificial e a avantajada capacidade de processamento somente encontrável em grandes centros computacionais, os gigantes corporativos alimentados pelo capital financeiro controlam sobremaneira os limites de atuação dentro da Internet e, por isso, se colocam numa posição muitíssimo à frente de qualquer indivíduo ou pequena empresa que pretenda utilizar a Internet em benefício próprio ou, pior ainda, para confrontá-los.

Embora ainda haja uma reduzida possibilidade de poder disponível aos atores menores dentro do ciberespaço, principalmente àqueles que dispõem de maior conhecimento técnico, a 'Globalização Digital', definitivamente, é a era do poder informacional concentrado nas grandes corporações empresariais.

---

145 Tradução nossa, do original: "[...] the most popular book about globalization ever, New York Times columnist Thomas Friedman's 2005 volume, "The World Is Flat," proclaimed a "level playing field" for global competition and collaboration. NYU Stern and IESE Business School professor Pankaj Ghemawat has been debunking this myth for more than a decade: The vast majority of activities that could happen either within or across national borders are still domestic rather than international. For example, only about 20 percent of economic output is exported, 17 to 19 percent of tourism is international, 9 percent of global output comes from the foreign operations of multinational firms, roughly 7 percent of phone call minutes are international (including calls over the Internet), and 3 percent of people live outside the countries where they were born. Furthermore, trade, capital, information and people flows are all still dampened significantly by distance [...]"

146 Tradução nossa, do original: "[...] Unlike the single strand of military interdependence that linked the U.S. and the Soviet Union in the Cold War, the United States, China, and other countries are entangled in multiple networks. China, for example, would itself lose from an attack that severely damaged the American economy, and visa versa."

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democracia liberal, expressão política maior do poder econômico e militar estadunidense durante a Guerra Fria, foi inicialmente concebida como o sonho idealizado de um viajante francês que projetou suas esperanças de liberdade, igualdade e fraternidade sobre desconhecidos horizontes d'além mar. Esta 'Democracia na América' foi mais tarde lapidada por um austríaco que, em meio à Segunda Guerra Mundial, buscava algum tipo de compromisso possível entre um governo popular e os interesses capitalistas das elites, fugindo, desta forma, dos graves desenganos que destruíam a sua terra. Entretanto, por detrás da imaginária sociedade democrática de Tocqueville e do conveniente procedimento representativo de Schumpeter, no seio da nova potência mundial surgida a partir das ambições comerciais dos grandes agricultores nas colônias inglesas americanas, estava o desprezo democrático dos seus "pais fundadores", mais notavelmente de Madison, e o reconhecimento de que um verdadeiro governo popular, embora oferecesse certo apelo no mundo das ideias, era impossível e indesejável no mundo real. Estas incoerências básicas da "democracia americana" perseveraram e se aprofundaram ao longo do tempo, guardando profundas relações com conflitos políticos do século XXI. O teórico político Sheldon Wolin, num esforço intelectual de grande amplitude, desenvolve sobre as inquietações descritas neste trabalho projetando-as sobre o governo Bush Jr, iniciando pela natureza elitista do governo estadunidense e suas consequências para o país e o mundo ocidental.

Quando James Madison afirmou que "Se cada ateniense fosse um Sócrates, toda deliberação [política] em Atenas seria um tumulto", ele estava se referindo ao medo que as elites têm das pressões populares pela democracia direta, esta que prevaleceu em Atenas. O medo das multidões [e dos seus 'tumultos'] era o medo de que o poder popular pudesse "nivelar" todas as distinções civis de riqueza e capacidade de ação (Wolin, 2010, p. 176)<sup>147</sup>.

Mesmo Tocqueville, em meio ao seu sonho libertário, reconheceu que haveria sérios problemas na realidade democrática, na ameaça que a "tirania da maioria" exerceria sobre o ideal de liberdade individual, e por isso criou o conceito de 'interesse bem compreendido',

147 Tradução nossa, do original: "When James Madison declaimed, 'Had every Athenian citizen been a Socrates, every Athenian assembly would have still been a mob,' he was expressing a political elite's fear of the type of popular pressures for direct democracy that had prevailed in Athens. The fear of assembled numbers was a fear that popular power might "level" all civilized distinctions of wealth and ability."

uma espécie de casamento imperfeito entre o coletivo e o privado que iria se refletir no ideário da democracia liberal mas que estava condenado a se revelar uma união conflituosa, deveras frustrante para a democracia, ao longo da história americana.

Dois séculos depois de Hobbes ter concebido um superpoder baseado no consentimento democrático, e cerca de meio século após a ratificação da Constituição [estadunidense], Alexis de Tocqueville publicou o volume final do seu 'Democracia na América'. Este trabalho foi a primeira análise mais abrangente do fenômeno democrático nos EUA [...] Quase no final da obra, Tocqueville se coloca um questionamento sobre o que poderia dar errado numa democracia e qual forma de perversão poderia daí surgir. Diferente de Hobbes, cuja teoria de soberania absoluta foi inspirada na realidade histórica de uma Inglaterra cuja ordem política fora destroçada pela revolução e guerra civil, Tocqueville imagina as "novas características" de um despotismo que se desenvolveria natural e pacificamente da democracia (Wolin, 2010, p. 104)<sup>148</sup>.

O principal motivo desta frustração está no rompimento com o princípio mais básico da democracia ateniense, o "governo do povo". Num simulacro mal engendrado, criou-se uma "democracia" antidemocrática, um sistema de poder que afasta a população do centro das decisões, transformando-a num mero espectador vez ou outra convocado para legitimar os espoliadores do seu direito mais básico: o direito de decidir sobre o próprio destino.

A democracia toquevilliana, simpática ao despotismo, e o racionalismo libertário de Hobbes, que opta pelo absolutismo, possuem ambos uma afinidade eleitoral. Tocqueville imagina uma realidade despótica porque os cidadãos decidiram, eles mesmos, renunciar à participação política ativa, fato que Tocqueville classifica como o mais notável, difundido e essencial elemento da vida política americana. Ao abandonarem o envolvimento mais intenso nos assuntos comuns em favor dos seus interesses pessoais, os americanos, qual signatários do contrato de Hobbes, escolheram se transformar em súditos ao invés de cidadãos (Wolin, 2010, p. 105)<sup>149</sup>.

Mas para Schumpeter, o outro grande nome associado às origens da teoria democrática liberal, não havia mal nesta renúncia. Ao admitir uma "democracia" onde o povo não governa, e que se restringe apenas a oferecer às pessoas "[...] oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que as governam [...]" (Schumpeter, 2008, p. 284), o pensador austríaco segue o mesmo raciocínio de Platão milênios atrás, para quem o melhor governo nunca seria democrático, mas sim de uma aristocracia letrada, filosófica e desinteressada

<sup>148</sup> Tradução nossa, do original: "Two centuries after Hobbes had conceived of a superpower based upon democratic consent, and about a half century after the ratification of the U.S. Constitution, Alexis de Tocqueville published the final volume of *Democracy in America*. That work was the first comprehensive inquiry into the phenomenon of American democracy [...] Toward the close of that work Tocqueville posed the question of how democracy might go wrong and what form a perverted democracy might take. Unlike Hobbes, whose theory of the absolute sovereign was inspired by the historical reality of an England whose political order had been shattered by revolution and civil war, Tocqueville imagines "the new features" of a despotism evolving naturally and peacefully out of a democracy."

<sup>149</sup> Tradução nossa, do original: "Tocqueville's democrat comfortable with despotism and Hobbes's free rationalist who opts for absolutism share an elective affinity. Tocqueville imagines a despotism made possible because citizens have chosen to relinquish participatory politics, which he had singled out as the most remarkable, widespread, and essential element of American political life. By abandoning their intense involvement with the common affairs of their communities in favor of personal ends they, like the signatories to Hobbes's contract, have chosen to be apolitical subjects rather than citizens."

(Cornford, 1970, p. 119), como se esta imagem idealizada pudesse, algum dia, encontrar correspondência na vida real.

Supostamente, as elites são capazes de suportar as tempestades das paixões populares, resguardarem o que é correto e se levantarem contra aquilo que Madison chamou de "confusão e intemperança das multidões". Entretanto, as mais desastrosas guerras da história americana foram instigadas não por multidões raivosas mas sim por elites: a "aristocracia sulista" gerou a guerra civil americana, os "melhores e mais brilhantes" lideraram o país para o atoleiro do Vietnã, e os qualificados assessores de Bush junto com os neoconservadores produto das universidades de elite transformaram o Iraque num pesadelo nacional e internacional. (Wolin, 2010, p. 208)<sup>150</sup>.

O próprio Madison, ao tentar desvalorizar o ideal democrático grego, terminou por apontar os principais problemas do sistema elitista que ele mesmo estava criando.

[Numa democracia direta] o semblante do governo pode parecer mais democrático, mas a alma que o anima será mais oligárquica. A máquina [pública] será ampliada mas, na maioria das vezes, cada vez mais secretas serão as molas que direcionam o seu movimento (James Madison *apud* Wolin, 2010, p. 167)<sup>151</sup>.

Pois foi exatamente esta "alma oligárquica" que se mostrou como fruto da contraditória "democracia" americana, da expectativa irreal de se atender, simultaneamente, aos interesses da população e do grande capital. Esta suposta "democracia", tão pouco democrática nos seus ritos eleitorais representativos e tão elitista nas suas agendas públicas construídas por líderes completamente divorciados das agruras populares, terminou por se consolidar num simulacro que se arrastou por meio século, atravessando sucessivas crises do capitalismo até chegar ao paroxismo de uma catástrofe financeira global de amplitude e proporções nunca antes vistas na história.

[...] O poder corporativo se tornou a base sobre a qual o Estado se apoia, à medida em que as suas próprias ambições, tal qual as das grandes corporações, se tornaram mais amplas, mais globais, e, em alguns intervalos de tempo, mais belicosas. Juntos, Estado e Empresas se transformaram nos principais patrocinadores e coordenadores dos poderes proporcionados pela ciência e tecnologia. O resultado é uma inédita combinação de forças caracterizada por tendências totalitárias, poderes que desafiam não apenas fronteiras - políticas, morais, intelectuais e econômicas - mas cuja natureza intrínseca é desafiar continuamente quaisquer limites, até mesmo os limites do planeta terra [...] (Wolin, 2008, p. XV)<sup>152</sup>.

---

150 Tradução nossa, do original: "Elites are supposed to withstand the gales of popular passions, stand firm for what is right against what the Founding Father Madison described as "the confusion and intemperance of a multitude." And yet the most disastrous wars in American history have been instigated, not by rabid majorities but by elites: the "Southern aristocracy" provoked the Civil War; "the best and the brightest" led the country into the quagmire of Vietnam; and Bush's advisory "Vulcans" and the neocon products of elite universities have made of Iraq a national and international nightmare."

151 Tradução nossa, do original: "[In a direct democracy] the countenance of the government may become more democratic; but the soul that animates it will be more oligarchic. The machine will be enlarged, but the fewer and often, the more secret will be the springs by which its motions are directed."

152 Tradução nossa, do original: "[...] Corporate economic power became the basis of power on which the state relied, as its own ambitions, like those of giant corporations, became more expansive, more global, and, at intervals, more bellicose. Together the state and corporation became the main sponsors and coordinators of the powers represented by science and technology. The result is an unprecedented combination of powers distinguished by their

Solapando o alicerce do compromisso civilizatório moderno, o Estado, este ideal democrático americano, logo no alvorecer do século XXI, tombou amargamente sobre as ruínas do seu próprio espólio, como um sonho delirante que, ao se dar conta de sua própria ilusão, descobriu-se um pesadelo. Wolin criou um nome para esta aberrante "democracia" totalitária que começou a transparecer mais fortemente no governo Bush Jr., logo após aos ataques de 11 de setembro. O termo "totalitarismo invertido" representa a completa inversão dos ideais democráticos antigos por grupos alheios a qualquer tipo de representação efetiva, eliminando, desta forma, a oposição política ao mesmo tempo em que se mantém as instituições democráticas funcionando somente na aparência, mas não de maneira efetiva.

Politicamente, assim como socialmente e economicamente, o totalitarismo invertido é melhor compreendido como um fenômeno imperialista, e por isso pós-democrático, ou melhor, pós-social-democrata. Ele é marcado por uma expansão dos horizontes e ambições das classes governantes acompanhando pelo aumento dos seus instrumentos de poder, tanto privados quanto públicos, enquanto o poder popular declina nos seus instrumentos de governança (a política democrática) e nas suas agendas de apoio socioeconômico (social-democracia) (Wolin, 2008, p. 221)<sup>153</sup>.

O totalitarismo invertido [...] ao mesmo tempo em que explora a autoridade e os recursos do Estado, adquire sua dinâmica ao se combinar com outras formas de poder como as religiões evangélicas e, mais notavelmente, ao encorajar uma relação simbiótica entre o sistema tradicional de governo e a governança privada representada pelas empresas modernas. O resultado não é um sistema de codeterminação entre parceiros iguais que mantém as suas respectivas identidades, mas sim um sistema que representa o surgimento da era do poder corporativo (Wolin, 2008, p. 20)<sup>154</sup>.

Neste mesmo sentido, é interessante ressaltar como a religião interage, alimentando-se dela e, ao mesmo tempo, reforçando essa grande inversão de valores e prioridades no governo e na sociedade em geral.

Assim como na história da democracia, o movimento evangélico começou como um protesto contra a dominação por congregações de elites bem educadas, exigindo a ordenação de sacerdotes que "viesses do povo". Mas, ao invés disto, uma elite gerencial surgiu de dentro de uma religião que fora famosa pela sua força popular. Os evangélicos seguiram um caminho muito similar à cidadania democrática. A pro-

---

*totalizing tendencies, powers that not only challenge established boundaries — political, moral, intellectual, and economic — but whose very nature it is to challenge those boundaries continually, even to challenge the limits of the earth itself [...]*"

153 Tradução nossa, do original: "Politically, as well as socially and economically, inverted totalitarianism is best understood as imperialist and hence as a postdemocratic or, better, post-social democratic phenomenon. It is marked by an expansion of the horizons and ambitions of the governing classes and an accompanying increase in the instruments of power, private as well as public, as well as by a decline in demotic power both in its instruments of governance (political democracy) and in its socioeconomic supports (social democracy)."

154 Tradução nossa, do original: "Inverted totalitarianism [...] while exploiting the authority and resources of the state, gains its dynamic by combining with other forms of power, such as evangelical religions, and most notably by encouraging a symbiotic relationship between traditional government and the system of "private" governance represented by the modern business corporation. The result is not a system of codetermination by equal partners who retain their distinctive identities but rather a system that represents the political coming-of-age of corporate power".

eminência das técnicas [comerciais] de organização sugere que a história recente dos evangélicos - e eles não são os únicos grupos religiosos a conhecerem este tipo de problema - guarda uma forte semelhança com a relativamente recente desvirtuação da cidadania democrática: elites pastorais como gerentes [comerciais], elites políticas como pastores (Wolin, 2008, p. 144)<sup>155</sup>.

A base das transformações sociais que alimentam o 'totalitarismo invertido', mais um vez, é a separação entre o povo e o poder efetivo de decisão. Quanto maior a apatia política, maior a desilusão com os políticos, e maior o espaço para a manipulação desta mesma desilusão através da demagogia, religião ou por movimentos populistas.

[...] o totalitarismo invertido prospera numa sociedade politicamente desmobilizada, onde os cidadãos, longe de serem continuamente motivados pelas questões públicas, se tornam letárgicos, politicamente indolentes, resquícios menores da cidadania privada imaginada por Tocqueville. Algo em torno da metade e dois terços dos eleitores americanos não comparece às urnas, o que torna a manipulação do eleitorado "ativo" ainda mais fácil, enquanto cada cidadão apático representa um defensor silencioso da causa do totalitarismo invertido. Entretanto, esta apatia não é, simplesmente, resultado de uma cultura televisiva. Ela é, na sua própria maneira, uma resposta política. Os cidadãos comuns têm sido vítimas de uma contrarrevolução que causou retrocessos em muitos tipos de serviços sociais fruto de longas batalhas políticas, que administrações republicanas como Eisenhower e Nixon foram obrigadas a aceitar como elementos inalienáveis de um consenso nacional. Retrocessos não apenas revertem velhos ganhos sociais, eles também ensinam sobre a futilidade dos mesmos. E então, seguindo este caminho, antigos defensores passam a zombar do ideal e da prática do consenso [público] (Wolin, 2008, p. 144)<sup>156</sup>.

Desta forma, aquele que fora criado para servir ao povo, o Estado, num descuido, se tornou escravo do capital, e sob ânsia incontrolável de acumulação crescente através da imposição do privado sobre o coletivo, passou a controlar àqueles que deveriam controlá-lo. Apoiado nas conquistas tecnológicas, estas também promessas ilusórias de redenção para a esperança popular, propaladas maliciosamente como conquistas de e para toda a humanidade, o Estado se entrega aos descaminhos da antipolítica em mais uma fase da globalização, como mera ferramenta nas mãos mesquinhas do capital, arrancando dos homens o que lhes seria de direito, e subjugando acintosamente qualquer expectativa de bom senso social.

155 Tradução nossa, do original: "As with the history of democracy evangelicalism began as a protest against the domination of congregations by educated elites and as a demand for evangelists who "came from the people." Instead a managerial elite has emerged within a religion once famous for its populism. Thus the evangelicals have followed a path strikingly similar to that of the democratic citizenry. The prominence of these techniques of organization suggests that the recent history of evangelicals—and in this respect they are not unique among religious groups—bears a strong resemblance to the relatively recent displacement of the democratic citizenry: pastoral elites as managers; political elites as pastors."

156 Tradução nossa, do original: "[...] inverted totalitarianism thrives on a politically demobilized society, that is, a society in which the citizens, far from being whipped into a continuous frenzy by the regime's operatives, are politically lethargic, reminiscent of Tocqueville's privatized citizenry. Roughly between one-half and two-thirds of America's qualified voters fail to vote, thus making the management of the "active" electorate far easier. Every apathetic citizen is a silent enlistee in the cause of inverted totalitarianism. Yet apathy is not simply the result of a TV culture. It is, in its own way, a political response. Ordinary citizens have been the victims of a counterrevolution that has brought "rollbacks" of numerous social services which were established only after hard-fought political struggles, and which the earlier Republican administrations of Eisenhower and Nixon had accepted as major elements in a national consensus. Rollbacks don't simply reverse previous social gains; they also teach political futility to the Many. And along the way they mock the ideal and practice of consensus."

A crise criada pelo capital e para o capital, agora será paga com sofrimento e sangue da população, sob o olhar impassível do Estado, laçao do poder corporativo. Ao ímpeto imperialista de expansão para dominação, característico do capital, Wolin atribui o epíteto "superpotência", numa clara referência às guerras no Iraque.

O ciclo vicioso onde o capital provoca reações hostis que ameaçam a estabilidade necessária à sua própria existência é reproduzido na 'superpotência', quando, em meio ao amálgama entre corporação e Estado, o ethos político do serviço público é substituído por um ethos de agressão e sujeição. A habilidade mais essencial que um executivo leva à sua empresa passa a ser também aquela de um alto funcionário governamental, ou seja, a capacidade de conceber e executar estratégias de engrandecimento, tanto dentro quanto fora do seu domínio. E isto algumas vezes exige que se ataque rivais, eliminando ou enfraquecendo-os antes que eles possam atacar você. Ataques preemptivos.

A simbiose entre corporação e 'superpotência' se estende além do valor comum da agressividade. Considere a noção de 'baixas civis' ou 'dano colateral': ela se tornou familiar na forma de lamentáveis fatalidades - quase sempre de civis, mulheres e crianças - reconhecidas como "custos" inevitáveis das ações militares e o preço da "vitória". Considere agora o 'enxugamento administrativo' no pensamento empresarial. Empresas diminuem de tamanho visando competir de maneira mais eficiente com seus rivais. Entretanto, esta redução implica em 'danos colaterais' [na 'guerra' comercial]: carreiras destruídas, vidas radicalmente transformadas, esperanças esmagadas. Mas o 'enxugamento' é visto como uma estratégia essencial, parte inevitável da "destruição criativa" do capitalismo (preconizada por Schumpeter). Desta mesma forma, os 'enxugamentos' [políticas de austeridade] acontecem na esfera pública através de medidas que sacrificam as necessidades dos mais pobres e das classes mais vulneráveis [abandono de agendas sociais], ou seja, são a contraparte, na administração pública, para os 'danos colaterais' [em operações militares] (Wolin, 2008, p. 169)<sup>157</sup>.

Esta projeção perversa e autodestrutiva da visão empresarial sobre as necessidades humanas na sociedade, a imposição da responsabilidade fiscal sobre a responsabilidade social, soma-se à grande ilusão do "maravilhoso mundo" tecnológico. Hipnotizados por 'gadgets' e com o olhar fixo nas telinhas brilhantes dos seus 'smartphones', qual mulas de carga portando antolhos, os entusiastas da tecnologia carregam nas costas, sem perceber, todo o peso e destino nefasto da "revolução digital". Exaltando o fluxo cada vez mais acelerado de informações, crescentemente irrelevante e tendencioso, perdem-se vítimas

157 Tradução nossa, do original: "The vicious circle, whereby capital provokes hostile reactions that threaten the stability it requires, is reproduced in Superpower. With the amalgamation of corporation and state the political ethos of public service is replaced by an aggressive and exploitative ethos. The essential skill that a corporate executive brings to his firm and to a top-level governmental position is the skill of devising and executing strategies of aggrandizement, both within and outside his or her domain. This often requires that one attack rivals, eliminating or weakening them before they can attack you. Preemption.

The symbiosis between corporate and Superpower politics extends beyond the shared value of aggressiveness. Consider the notion of "collateral damage." It has become familiar in the form of the regrettable casualties—typically of civilians, especially women and children—reckoned to be the inescapable "costs" of military actions and the "price" of "winning." Consider "downsizing" as the corporate version. Firms downsize in order to compete more efficiently with rivals. Downsizing means casualties: careers destroyed, lives radically changed, hopes blasted. It is hailed as an essential, inescapable part of the "creative destructiveness" (Schumpeter) of capitalism. Equally important, downsizing is mimicked by a politics that consistently sacrifices the needs of the poorer and often the more vulnerable classes—the counterparts to civilian casualties."



do imediatismo e da superficialidade, da incapacidade de concentração e reflexão, da negação do tempo biológico (substituído pelas incessantes demandas virtuais), da ausência de interação humana autêntica (substituída pelos perfis manipulados nas redes sociais e pela conveniência dos avatares digitais) e, desta forma, mergulham num individualismo selvagem que os afasta do tempo e lugar onde vivem para lançá-los no turbilhão de uma realidade imagética alternativa, construída para direcionar o espírito ao consumo vazio e à destruição dos valores humanos mais básicos.

Um grupo de pioneiros, personificados em Bill Gates, exploraram e abusaram de um, até então, desconhecido mundo onde o poder físico era irrelevante. Estes exploradores se aventuraram no extremo, na hipercompetitividade, na crueldade de métodos ("não faça prisioneiros") e conseguiram acumular impressionante riqueza financeira num período relativamente pequeno. Mas, acima de tudo, eles inventaram formas de tecnologia que aparentavam ter um potencial infinito de inovação [mais uma vez, a "destruição criativa" de Schumpeter]: realização da utopia de Turner, surge um limite que, como o universo, parecia desconhecer fronteiras. Assim, o surgimento da Internet foi saudado como a mais perfeita expressão da democracia: qualquer um poderia entrar na Internet e dizer qualquer coisa que lhe viesse à cabeça, como se isto fosse 'democrático'. [Na verdade] Esta conquista representa uma remoção de barreiras que tornou possível o imperialismo da 'superpotência', ou seja, a conquista do espaço e a compressão do tempo. Espaço infinito: a realização plena da estratégia de Madison para dispersar as demo [dividir e confundir os anseios populares]. Tempo comprimido, comunicação instantânea e resposta imediata: as exigências da tirania da eficiência e da subversão da democracia para impedir que o tempo seja definido em termos de deliberação, discussão e reconciliação de pontos de vista antagônicos, [virtudes] que passaram a ser vistas como 'perda de tempo' (Wolin, 2008, p. 169)<sup>158</sup>.

Diante das incomensuráveis possibilidades de realização humana que a ferramenta tecnológica poderia nos oferecer, escolheu-se a manipulação, a exploração do homem sobre o homem. A grande novidade da Internet se realiza, contemporaneamente, num museu das piores práticas de diversionismo, oportunismo, crenças exóticas e narrativas populistas. Surgida com o objetivo de informar, acabou por se transformar, para grande parte dos cidadãos leigos, num meio privilegiado de desinformação e consumismo. Dissociada da honestidade, travestida sob miríades de máscaras convenientes, fomentada pelo lucro predatório, a parte mais acessível da Internet se converteu numa máquina de fabricar ilusões prontamente a serviço das grandes corporações.

158 Tradução nossa, do original: "A band of young pioneers, personified in Bill Gates, explored and exploited a hitherto unknown world where physical power was irrelevant. The new frontiersmen were enterprising in the extreme, hypercompetitive, ruthless in their methods ("take no prisoners"), and able to accumulate staggering amounts of wealth in a relatively brief time. Above all they invented forms of technology that appeared to have the potential for endless innovation: Turner's utopia, a frontier land that, like the universe, appeared to have no borders. Predictably, the introduction of the Internet was hailed as the perfect expression of democracy: that everyone could enter the Web and voice whatever happened to be on his or her mind = democracy. The achievement represents the removal of the barriers that make Superpower's empire possible: the conquest of space and the compression of time. Endless space: the fulfillment of Madison's strategy for dispersing the demos. Compressed time, instantaneous communication, rapid response: the tyranny of efficiency and the subversion of democracy's requirement that time be defined by the requirements for deliberation, discussion, reconciliation of opposing viewpoints, all of which suddenly seem "time-consuming"."

Como conceito, a internet não é uma foto nítida e em alta resolução da realidade; ela se parece mais com uma das manchas do teste de Rorschach<sup>159</sup>. Assim, dependendo de quem contempla a imagem, e de qual é sua agenda política e ideológica, podem variar muito as lições que dali são extraídas. O problema da “internet”, como conceito regulador no qual basear a crítica ao Vale do Silício, está no fato de ela ser ampla e ambígua demais – incluindo exemplos que levam a conclusões diametralmente opostas –, o que sempre vai permitir ao Vale do Silício uma saída fácil em termos de negação [...] (Morozov, 2018, p. 15).

Perseverando em descaminhos e se entregando completamente à intemperança do capital sem mediadores qualificados, não há muito o que esperar da sociedade atual além de uma ruptura, um momento em que a democracia emitirá seu suspiro final, desfalecida sob o escuro horizonte do autoritarismo. Estaríamos, no início do século XXI, reproduzindo as mesmas catástrofes do início do século XX?

Se o capitalismo do Estado de consolidação [responsabilidade fiscal] não conseguir mais produzir nem mesmo a ilusão de um crescimento equitativo, um momento surgirá em que os caminhos do capitalismo e da democracia deverão se separar. E a consequência mais provável disto será a formação de uma sociedade ditatorial Haynekiana, na qual a economia capitalista de mercado estaria protegida das correções oriundas dos processos democráticos. A legitimidade [deste sistema] dependerá da capacidade dos ex-cidadãos [agora meros laçaios] em associarem justiça de mercado com justiça social e [desta forma] se verem como membros de uma 'Marktvolk' unificada (Streeck, 2017, p. 173)<sup>160</sup>.

Em seguidas convulsões, aliado de qualquer expectativa possível do razoável, por mínima que seja, o tecido social se degenera em radicalizações e desilusões extremadas, gerando assim políticas aberrantes a partir de atitudes cada vez mais desumanas. Estranhos tempos estes nos quais a grande ilusão do capital vale mais do que o próprio ser humano que a criou.

Na lancinante visão de um dia que se faz noite sob as cinzas das florestas que choram<sup>161</sup>, na lama contaminada, fétida e pegajosa, da natureza depredada<sup>162</sup>, entre

<sup>159</sup> Teste psicológico utilizando método projetivo no qual são exibidas folhas de papel com manchas coloridas às quais a pessoa realiza associações livres. vide: *Encyclopaedia Britannica. Rorschach test*. 23 mai. 2018. Acessível em < <https://www.britannica.com/science/Rorschach-Test> > Acesso em 15 jan. 2020.

<sup>160</sup> Tradução nossa, do original: " If the capitalism of the consolidation state can no longer produce even the illusion of equitable growth, the time will come when the paths of capitalism and democracy must part. The likeliest outcome would then be the completion of a Hayekian social dictatorship, in which the capitalist market economy was protected from democratic correction. Its legitimacy would depend on whether those who once were its citizens would have learned to equate market justice with social justice and to think of themselves as members of a unified Marktvolk [...]".

<sup>161</sup> Vide: *G1-SP. Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia*. O Globo, 19 ago. 2019. Acessível em < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghml> > Acesso em 8 jan. 2020.

<sup>162</sup> DAVENPORT, Coral; PIERRE-LOUIS, Kendra. *U.S. Climate Report Warns of Damaged Environment and Shrinking Economy*. *The New York Times*, 23 nov. 2018. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2018/11/23/climate/us-climate-report.html>> Acesso em 8 jan. 2020.

alimentos envenenados por todo o tipo de agrotóxicos<sup>163</sup> e ideias envenenadas por todo o tipo de ódio e preconceito<sup>164</sup>, encontramos-nos com nosso destino último: a política colocada diante do paroxismo da contradição mais básica, inconciliável, entre liberdade e dominação, coletivo e privado, justiça e ganância, abandonando sua existência como enlace conciliatório civilizacional para revelar a força destrutiva da passionalidade e do irracional.

A liberdade dos antigos, existindo somente pela e para a realização da polis, esvaneceu-se<sup>165</sup>; ao mesmo tempo em que o sonho liberal toquevilliano do 'interesse bem compreendido', ode a um ideal imaginário, nunca pode encontrar qualquer expressão sob o pesadelo oligopolista da Globalização Digital. Perdido de si mesmo, está o homem; perdida de si mesma, resta a política.

---

163 Vide: MOREIRA, Matheus. Número de agrotóxicos liberados no Brasil em 2019 é o maior dos últimos 14 anos. *Folha São Paulo*, 28 dez. 2019. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/numero-de-agrotoxicos-liberados-no-brasil-em-2019-e-o-maior-dos-ultimos-14-anos.shtml> > Acesso em 8 jan. 2020.

FRIEDMAN, Lisa. E.P.A. Won't Ban Chlorpyrifos, Pesticide Tied to Children's Health Problems. *The New York Times*, 18 jul. 2019. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2019/07/18/climate/epa-chlorpyrifos-pesticide-ban.html>> Acesso em 8 jan. 2020.

164 Vide: CAI, Weiyi; LANDON, Simone. Attacks by White Extremists Are Growing. So Are Their Connections. *The New York Times*, 3 abr. 2019. Disponível em <<https://www.nytimes.com/interactive/2019/04/03/world/white-extremist-terrorism-christchurch.html>> Acesso em 8 jan. 2020.

FISHER, Max; TAUB, Amanda. How Everyday Social Media Users Become Real-World Extremists. *The New York Times*, 23 nov. 2018. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2018/04/25/world/asia/facebook-extremism.html>> Acesso em 8 jan. 2020.

165 Vide: CONSTANT, 1819.

# REFERÊNCIAS

- ALLISON, Peter R. Tracking terrorists online might invade your privacy. **BBC**. 8 ago. 2017. Acessível em < <https://www.bbc.com/future/article/20170808-tracking-terrorists-online-might-invade-your-privacy> > Acesso em 30 dez. 2019.
- AQUINO, Rubim S. L. de *et al.* **História das Sociedades**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- ARISTOTLE. **Politics**. Tradução de C. D. C. Reeve. Cambridge: Hackett, 1998.
- ARENDT, Hannah. **On Revolution**. London: Penguin Books, 1990.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de S. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: SANTOS, Boaventura de S (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BARRON, James. Thousands Feared Dead as World Trade Center Is Toppled. **The New York Times**, New York, 11 set. 2001. Acessível em < <https://www.nytimes.com/2001/09/11/national/thousands-feared-dead-as-world-trade-center-is-toppled.html> > Acesso em 18 dez. 2019.
- BERNERS-LEE, Sir Tim. History of the Web. **World Wide Web Foundation**, 2012. Acessível em < [https://webfoundation.org/about/vision/history-of-the-web/?gclid=CjwKCAiA0svwBRBhEiwAHqK-jFi1LjdlfaXWj5vVAt5rgba5pP72eOhi7UqG3\\_GLtYGp76LvtRN2-QxoCoHUQAvD\\_BwE](https://webfoundation.org/about/vision/history-of-the-web/?gclid=CjwKCAiA0svwBRBhEiwAHqK-jFi1LjdlfaXWj5vVAt5rgba5pP72eOhi7UqG3_GLtYGp76LvtRN2-QxoCoHUQAvD_BwE) > Acesso em 6 jan. 2020.
- BIDELEUX, Robert; JEFFRIES, Ian. **A History of Eastern Europe: Crises and Change**. 2. ed. London: Routledge, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BRENNAN, Jordan. They Just Get Bigger: How Corporate Mergers Strangle the Economy. **Economics**, 19 fev. 2017.
- CAIDA (Center for Applied Internet Data Analysis). **ASRank**. 1 ago. 2019. Acessível em < <https://asrank.caida.org/orgs> > Acesso em 3 jan. 2020.
- CARROL, William K. **The Making of a Transnational Capitalist Class: Corporate Power in the 21st Century**. London: Zed Books, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **The Information Age: Economy, Society and Culture Volume II. The Power of Identity**. 2nd ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- CASTRO LIMA, Sérgio C de. Liberdade e Interesse bem compreendido no pensamento político de Alexis de Tocqueville. **Mosaico**, n. 10, v. 7, 2016.
- CONSTANT, Benjamin. **De la liberté des Anciens comparée à celle des Modernes**. 1819. Disponível em < <https://www.institutcoppet.org/wp-content/uploads/2015/01/7.-CONSTANT-Benjamin-De-la-liberte-des-Anciens-comparee-a-celle-des-Modernes.pdf> > Acesso em: 1 dez. 2019.

CORNFORD, Francis M. **The Republic of Plato**. Oxford: Oxford University, 1970.

DAHL, Robert A. The Concept of Power. **Behavioral Science**, v. 2, 3 abr. 1957, p. 201-215.

\_\_\_\_\_. **Who Governs?** Democracy and Power in an American City. New Haven: Yale University, 1961.

\_\_\_\_\_. **Polyarchy**: Participation and Opposition. New Haven: Yale University, 1971.

DÍEZ, Federico J; LEIGH, Daniel. This chart highlights the rise of corporate giants. **World Economic Forum**. 8 jun. 2018. Disponível em < <https://www.weforum.org/agenda/2018/06/chart-of-the-week-the-rise-of-corporate-giants> > Acesso em 29 dez. 2019.

DÍEZ, Federico J *et al.* Global Market Power and its Macroeconomic Implications. **International Monetary Fund**, jun. 2018. Disponível em < <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2018/06/15/Global-Market-Power-and-its-Macroeconomic-Implications-45975> > Acesso em 29 dez. 2019.

DUNN, John. **Setting the People Free**: The history of Democracy. 2nd ed. Princeton: Princeton University, 2019.

ENCYCLOPEDIA Britannica. **War on Terrorism**. 19 nov. 2018. Acessível em < <https://www.britannica.com/topic/war-on-terrorism> > Acesso em 18 dez. 2019.

ENCYCLOPEDIA Britannica. **Financial crisis of 2007–08**. 7 out. 2019a. Acessível em < <https://www.britannica.com/event/financial-crisis-of-2007-2008> > Acesso em 18 dez. 2019.

ENCYCLOPEDIA Britannica. **September 11 attacks**. 26 nov. 2019b. Acessível em < <https://www.britannica.com/event/financial-crisis-of-2007-2008> > Acesso em 18 dez. 2019.

FEUERBACH, Ludwig. **The Essence of Christianity**. 2. ed. London: Trübner & Co, 1881.

FRANCESCHI-BICCHIERAI, Lorenzo. Aaron Swartz's Girlfriend Explains 'Why Aaron Died'. **Mashable**, 5 fev. 2013. Disponível em < <https://mashable.com/2013/02/05/aaron-swartz-girlfriend-why-he-died/> > Acesso em 31 dez. 2019.

FUKUYAMA, Francis. **The End of History and the Last Man**. New York: Free Press, 1992.

GIRIDHARADAS, Anand. Reflections on the First Decade of the 2000s. **The New York Times**, New York, 5 dez. 2009. Acessível em < <https://www.nytimes.com/2009/12/05/us/05iht-currents.html> > Acesso em 18 dez. 2019.

GORMAN, Robert A. (Ed.). **Biographical Dictionary Of Neo-marxism**. Westport: Greenwood, 1985.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Empire**. London: Harvard, 2001.

HARMON, Amy. Recording Industry Goes After Students Over Music Sharing. **The New York Times**, New York, 23 abr. 2003. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2003/04/23/us/recording-industry-goes-after-students-over-music-sharing.html> > Acesso em: 06 jun. 2016.

HELD, David. **Political Theory and the Modern State**. Cambridge: Polity, 1989.

HILFERDING, Rudolf. (1910). **Finance Capital**: a study of the latest phase of capitalist development. London: Routledge, 1981.

HOBSBAWM, Eric. **Age of Extremes**: The short twentieth century 1914-1991. London: Abacus, 1994.

- HOLLANDA, Cristina B. de. **Teoria das Elites**. São Paulo: Zahar, 2011.
- HUBBARD, Glenn R; O'BRIEN, Anthony P. **Essential of Economics**. 5. ed. New York: Pearson, 2017.
- ISAAC, Jeffrey C. **Power and Marxist Theory: a realistic view**. Ithaca: Cornell University, 1987.
- JASMIN, Marcelo Gantus. **Alexis de Tocqueville: A historiografia como ciência da política**. Rio de Janeiro: ACESS, 1997.
- JUHASZ, Antonia. Why the war in Iraq was fought for Big Oil. **CNN**, 15 abr. 2013. Disponível em < <https://edition.cnn.com/2013/03/19/opinion/iraq-war-oil-juhasz/index.html> > Acesso em 30 dez. 2019.
- KANG, Cecilia. F.C.C. "Repeals Net Neutrality Rules". **The New York Times**, New York, 14. dez. 2017. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2017/12/14/technology/net-neutrality-repeal-vote.html> >. Acesso em: 23 ago. 2018.
- KUEHL, Daniel T. From Cyberspace to Cyberpower: Defining the Problem. In: Kramer *et al.* **Cyber-power and National security**. Washington: National Defense University Press, 2009
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **How Democracies Die**. New York: Crown, 2018.
- LEMLEY, Mark A; LESSIG, Lawrence. "The End of End-to-End: Preserving the Architecture of the Internet in the Broadband Era", **UCLA Law Review**, v. 48, p. 925, 2001. Disponível em < [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=247737](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=247737) > Acesso em: 23 ago. 2018.
- LUGER, Stan. **Corporate Power, American Democracy, and the Automobile Industry**. Cambridge: Cambridge, 2005.
- LUND, Susan; TYSON, Laura. Globalization Is Not in Retreat: Digital Technology and the Future of Trade. **Foreign Affairs**, New York, mai./jun. 2018. Disponível em < <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2018-04-16/globalization-not-retreat> > Acesso em 6 jan. 2020.
- LYNN, Barry C. **Cornered: The New Monopoly Capitalism and the Economics of Destruction**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.
- MAIN, Douglas. Undersea Cables Transport 99 Percent Of International Data. **Newsweek**, 2 abr. 2015. Disponível em < <https://www.newsweek.com/undersea-cables-transport-99-percent-international-communications-319072> > Acesso em 2 jan. 2020.
- MANJOO, Farhad. Fall of the Banner Ad: The Monster That Swallowed the Web. **The New York Times**, New York, 5 nov. 2014. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2014/11/06/technology/personaltech/banner-ads-the-monsters-that-swallowed-the-web.html> > Acesso em: 20 jan. 2017.
- MIGUEL, Luis F. Teoria Democrática Atual: Esboço de Mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 59, p. 5-42, 1o semestre 2005. Disponível em < <https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-59> >. Acesso em: 1 mar. 2019.
- MILL, John S. **Considerations on Representative Government**. [s.l.]: The Pennsylvania State University, 2004. Disponível em < <http://emilkirkegaard.dk/en/wp-content/uploads/John-Stuart-Mill-Considerations-on-Representative-Government.pdf> >. Acesso em: 23 mar. 2019.
- MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018

MOSSÉ, Claude. The Demos' Participation in Decision-Making: Principles and Realities. In: ARNASON, Johann P. *et al.* (Ed.). **The Greek Polis and the Invention of Democracy**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013.

NAFEEZ, Ahmed. Iraq invasion was about oil. **The Guardian**, London, 20 mar. 2014. Disponível em < <https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2014/mar/20/iraq-war-oil-resources-energy-peak-scarcity-economy> > Acesso em 30 dez. 2019.

NATIONAL Archives. **The Constitution of the United States: A Transcription**. Disponível em < <https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript> >. Acesso em 9 mar. 2019.

NICOLETE, Roberta S. **Quando a política caminha na escuridão**. São Paulo: Alameda, 2018.

\_\_\_\_\_. Do interesse (bem compreendido) como fundamento moral das sociedades democráticas. In: **Encontro da ABCP**, IX, 2014, Brasília.

NYE JR, Joseph S. Cyber Power. In: \_\_\_\_\_. **The Future of Power in the 21st Century**. Cambridge: Public Affairs Press, 2011.

OBAMA, Barack. **Address to the people of Greece**. 16 nov. 2016. Disponível em < <https://www.americanrhetoric.com/speeches/barackobama/barackobamagreecepeople.htm> > Acesso em: 10 jan. 2019.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0**. 30 set. 2005. Disponível em < <https://www.oreilly.com/pub/a/web2/archive/what-is-web-20.html> > Acesso em: 30 dez. 2019.

ORREN, Karen; SKOWRONEK, Stephen. **The Search for American Political Development**. Cambridge: Cambridge, 2004.

PFANNER, Eric. British Put Teeth in Anti-Piracy Proposal. **The New York Times**, New York, 14 mar. 2010. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/2010/03/15/technology/15iht-piracy15.html> > Acesso em: 20 jan. 2017.

PIKETTY, Thomas. **Le Capital au XXle siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 2013.

PONCIANO, Jonathan. The World's Largest Telecom Companies 2018: AT&T, Verizon Remain On Top As Sector Struggles. **Forbes**, Jersey City, 6 jun. 2018. Acessível em < <https://www.forbes.com/sites/jonathanponciano/2018/06/06/worlds-largest-telecom-companies-2018/#2d5df5747d39> > Acesso em 3 jan. 2020.

RODRIK, Dani. **The Globalization Paradox: Why Global Markets, States and Democracy Can't Coexist**. Oxford: Oxford University, 2011.

RÖNSBERG, Andrea. S&P warning puts damper on Eurogroup plans. **DeutschWelle**, 5 jul. 2011. Disponível em < <https://www.dw.com/en/sp-warning-puts-damper-on-eurogroup-plans/a-15212433> > Acesso em 29 dez. 2019.

RUNCIMAN, David. **Political Hypocrisy: The Mask of Power from Hobbes to Orwell and beyond**. Princeton: Princeton University, 2008.

SADER, Emir. Para Outras Democracias. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap. 13. p. 649-675.

SANTOS JR, Paulo C G dos. **O Uso do Ciberespaço para a Obtenção de Poder no Cenário Internacional durante o Início do Século XXI**. 2016. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2016.

- SANTOS JR, Paulo C G dos. **A Formação do Conceito Ocidental de Democracia Vigente após a Segunda Guerra Mundial**. 2019. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalism, Socialism, and Democracy**. New York: HarperCollins, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Imperialism & Social Classes**: two essays by Joseph Schumpeter. Cleveland: Meridian books, 1955.
- SCHMIDT, Eric E.; COHEN, Jared. The Future of Internet Freedom. **The New York Times**, New York, 11 mar. 2014. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2014/03/12/opinion/the-future-of-internet-freedom.html> > Acesso em: 20 jan. 2017.
- SOLON, Olivia. "Net neutrality: 'father of internet' joins tech leaders in condemning repeal plan". **The Guardian**, London, 11 dez. 2017. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/technology/2017/dec/11/net-neutrality-vint-cerf-tim-berners-lee-fcc-letter> >. Acesso em: 23 ago. 2018.
- STATISTA. **Telecommunication Operators/Companies Worldwide by Revenue**. jan. 2019a. Disponível em < <https://www.statista.com/statistics/221382/revenue-of-top-30-global-telecommunication-operators/> > Acesso em 3 jan. 2020.
- STATISTA. **Wireless carrier/operator subscriber share in the U.S. 2011-2019**. dez. 2019b. Disponível em < <https://www.statista.com/statistics/199359/market-share-of-wireless-carriers-in-the-us-by-subscriptions/> > Acesso em 3 jan. 2020.
- STREECK, Wolfgang. The Crises of Democratic Capitalism. **New Left Review**, n. 71, set-out. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Bying Time**: The delayed Crisis of Democratic Capitalism. 2. ed. London: Verso, 2017.
- \_\_\_\_\_; SCHÄFER, Armin. Introduction: Politics in the Age of Austerity. In: \_\_\_\_\_(Eds.). **Politics In The Age Of Austerity**. Cambridge: Polity, 2013.
- SUAREZ-VILLA, Luis. **Corporate Power, Oligopolies, and the Crisis of the State**. Albany: University of New York, 2015.
- SWARTZ, Aaron. **Guerilla Open Access Manifesto**. jul. 2008. Disponível em: < [https://archive.org/stream/GuerillaOpenAccessManifesto/Goamjuly2008\\_djvu.txt](https://archive.org/stream/GuerillaOpenAccessManifesto/Goamjuly2008_djvu.txt) >. Acesso em: 31 dez. 2019.
- TCRP (The Center for Responsive Politics). **Top Organization Contributors**. 16 dez. 2019. Disponível em < <https://www.opensecrets.org/orgs/list.php?cycle=ALL> > Acesso em 2 jan. 2020.
- THE ECONOMIST. **The biggest bank merger since the crisis may herald more**. 16 fev. 2019. Disponível em < <https://www.economist.com/finance-and-economics/2019/02/16/the-biggest-bank-merger-since-the-crisis-may-herald-more> > Acesso em 30 dez. 2019.
- THE WASHINGTON Post. **Five Myths about Globalization**. 25 jan. 2019. Disponível em < [https://www.washingtonpost.com/outlook/five-myths/five-myths-about-globalization/2019/01/25/9e0d36e8-1f94-11e9-9145-3f74070bbdb9\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/outlook/five-myths/five-myths-about-globalization/2019/01/25/9e0d36e8-1f94-11e9-9145-3f74070bbdb9_story.html) >. Acesso em: 10 out. 2019
- THOMPSON, John A. **Woodrow Wilson**. London: Pearson, 2002.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la Démocratie en Amérique**. Tome Premier. 12. ed. Paris: Pagnerre, 1848a.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la Démocratie en Amérique**. Tome douzième. 12. ed. Paris: Pagnerre, 1848b.



TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la Démocratie en Amérique**. Tome troisième. 5. ed. Paris: Pagnerre, 1848c.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **De la Démocratie en Amérique**. Tome quatrième. 5. ed. Paris: Pagnerre, 1848d.

TILLY, Charles. **Democracy**. New York: Cambridge, 2007.

WEBER, Cynthia. **International Relations Theory: A Critical Introduction**. 3. ed. London: Routledge, 2010.

US Government. **Conclusions of the Financial Crisis Inquiry Commission**. fev. 2011. Acessível em < <http://fcic.law.stanford.edu/report/conclusions> > Acesso em 29 dez. 2019.

VANHAM, Peter. A brief history of globalization. **World Economic Forum**, jan. 2019. Disponível em <<https://www.weforum.org/agenda/2019/01/how-globalization-4-0-fits-into-the-history-of-globalization/>> Acesso em 6 jan. 2019.

WEST, Thomas. **Poverty and Welfare in the American Founding**. 19 mai. 2015. Disponível em < <https://www.heritage.org/poverty-and-inequality/report/poverty-and-welfare-the-american-founding> >. Acesso em 23 mar. 2019.

WOLIN, Sheldon A. **Democracy Incorporated: Managed Democracy and the Specter of Inverted Totalitarianism**. Princeton: Princeton University, 2010. Contém novo prefácio do autor sobre o governo Barack Obama.

World Bank. **Governance: The World Bank's Experience**. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development, 1994.

ZAKARIA, Fareed. **The Future of Freedom: illiberal democracy at home and abroad**. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

---

## Sobre os Autores

### Claudio de Farias Augusto

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense/UFF (1978); graduado em Engenharia Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UEG (atual UERJ) (1972), bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian no Laboratório Nacional de Engenharia Civil/LNEC/Portugal (1974); mestre em Engenharia de Produção pela COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (1996), bolsista CAPES na Universidade de Lisboa/PT (2001); doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo/USP (2003). Desde 1979 é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, sendo, atualmente, Associado 4. Atua na Área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política e Políticas Públicas, dedicando-se principalmente aos seguintes temas: pensamento político clássico, teorias da revolução, teorias da democracia, pensamento sócio-político brasileiro, habitação e política urbana no Brasil. Trabalhou por cerca de vinte e dois anos na coordenação de Programas e Projetos de Habitação Social de médio e grande portes.

### Paulo Cesar Gomes dos Santos Júnior

Doutorando e Mestre em Ciência Política pela UFF, possui graduação em Relações Internacionais e especialização em Informática e Programação de Computadores. Trabalhou por 20 anos como desenvolvedor de sistemas nos setores público e privado e atualmente se dedica a estudos interdisciplinares relacionando política e informática.

# Índice Remissivo

## A

ações governamentais 35  
ambiente virtual 12, 95, 96, 103  
avanços tecnológicos 52

## B

bem comum 15, 21, 25, 40, 45, 51, 54, 56  
bipolaridade 13, 74, 89

## C

capital 10, 28, 29, 30, 33, 36, 39, 50, 52, 53, 56, 59, 60, 68, 69, 70, 75, 79, 82, 83, 84, 88, 89, 92, 93, 94, 106, 109, 111, 112, 114  
capitalismo 10, 19, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 76, 94, 109, 112, 114  
ciberespaço 10, 90, 97, 100, 101, 102, 103, 106  
conflito 13, 15, 16, 18, 30, 32, 37, 38, 42, 44, 47, 51, 55, 56, 104  
contexto político 61, 67, 89  
crescimento tecnológico 58  
crise 11, 25, 27, 30, 31, 33, 35, 36, 40, 53, 57, 59, 71, 72, 74, 76, 79, 83, 84, 88, 89, 94, 95, 105, 112  
crises financeiras 62

## D

decisões públicas 26  
democracia 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 64, 65, 70, 71, 73, 74, 77, 79, 88, 94, 95, 105, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 119, 122  
desenvolvimento histórico 51  
desenvolvimento humano 11  
discurso democrático 16, 17  
doutrina 25, 45, 46, 47

# E

economia 11, 13, 15, 23, 26, 28, 29, 33, 36, 50, 52, 53, 56, 59, 60, 68, 69, 71, 72, 75, 82, 88, 94, 95, 106, 114  
elitismo 54, 56, 62, 63, 68  
empresas 28, 32, 52, 58, 59, 66, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 110  
estado moderno 10  
estrutura econômica 60, 68

# F

função social 55

# G

globalização digital 11, 12, 32, 34, 75, 84, 105  
governo 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 51, 57, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 80, 81, 83, 85, 86, 90, 95, 99, 107, 108, 109, 110, 121  
governo popular 19, 20, 21, 107  
governos 14, 25, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 54, 59, 61, 76, 77, 81, 91, 94, 95, 97, 98, 100, 102, 103, 104

# H

hegemonia econômica 14, 15, 16, 51, 52  
hiperconexão global 33

# I

ideais democráticos 25, 110  
ideologia democrática 16, 18  
interconexões digitais globais 47  
interesse público 21, 25, 31, 38, 49, 55, 56  
internet 10, 32, 85, 86, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 114, 120

## L

liberalismo econômico 27, 28, 33, 52, 56  
liberdade 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 40, 41, 42, 44, 47, 49, 50, 51, 54, 103, 104, 107, 115  
liberdades individuais 49, 50, 51  
livre mercado 28, 31, 49, 52, 58, 75, 94

## M

mercado capitalista 55, 72, 74  
modelo keynesiano 30  
modelo político 23, 24, 57  
momentos históricos 18  
mundialização 28  
mundo contemporâneo 11, 48

## N

nova ordem global 75

## O

ordem mundial 48

## P

participação cívica 27  
participação política democrática 47  
poder 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113  
política 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 38, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 75, 86, 87, 89, 95, 98, 102, 107, 108, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 122  
políticas democráticas 30  
potências econômicas 17

---

práticas políticas 17, 18  
problemas sociais 50, 74  
processo social 47

## R

recursos tecnológicos 11, 89  
regime político 11, 34, 41, 57, 61, 64, 74

## S

sistema financeiro global 36, 76  
sistema político 18, 19, 34, 40, 42, 44, 50, 61, 95  
sociedade 10, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28,  
41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 61, 62, 63,  
64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 76, 81, 82, 93, 107, 110, 111,  
112, 114

## T

tecnologias 10, 88, 93, 94  
telecomunicação 10, 32  
teoria democrática 16, 25, 108  
transformações 10, 58, 62, 65, 76, 91, 93, 95, 105, 111







**AYA EDITORA**  
**2024**